ÓRGÃO CENTRAL
DO
PARTIDO COMUNISTA
PORTUGUÊS

Director
António Dias Lourenço

Avante!

Proletários de todos os países: UNI-VOS!

Ano 49 — Série VII — N.º 298
4 de Outubro de 1979

Preço: 10$00

SEMANÁRIO

Propriedade do Partido Comunista Português — Dir./Red. – R. Soeiro Pereira Gomes, 1699 Lisboa-CODEX Tel. 76 97 25 – Telex 18390 — Composição e impressão – Heska Portuguesa — Distribuição – *CDL*, R. Pedro Nunes, – 1000 Lisboa

Os candidatos da vitória democrática

Nas páginas centrais deste número, "Avante!" publica os elementos já disponíveis sobre os candidatos das listas da APU para as eleições intercalares para a Assembleia da República na quase totalidade dos círculos eleitorais.

Entretanto – e conforme referimos na pág. 5 – ultimam-se os preparativos para a Conferência Nacional do PCP que se realizará no próximo dia 14, na Amadora, e em que delegados de organizações do Partido de todo o País tomarão decisões sobre as campanhas do PCP para as próximas eleições

págs. centrais

Mais de 100 000 trabalhadores incorporaram-se nos funerais dos trabalhadores assassinados

A REFORMA AGRÁRIA SERÁ DEFENDIDA

Cem mil trabalhadores portugueses acompanharam o funeral de António Maria Casquinha e José Geraldo Caravela, assassinados a tiro em Montemor pela política dos partidos da direita, pela política de ataque à Reforma Agrária. Com a grandiosa serenidade e determinação de quem defende a liberdade e a justiça, em Montemor, no Escoural, em todo o Alentejo, em todo o Portugal, o Povo português exige que cesse a criminosa ofensiva do MAP, que se apurem responsabilidades, que se punam os crimes, que se respeite a Constituição

Pág.3/4

C.Ts.

A lei reaccionária sobre as CTs aprovada pelo PS e pelos partidos da direita na AR não serve os trabalhadores: mas a apresentação dos Estatutos das CTs nos prazos estipulados é uma necessidade do prosseguimento da luta pela defesa dos direitos conquistados

Pág.2

O camarada Enrico Berlinguer recebido na sede do CC do PCP pelo camarada Álvaro Cunhal

Enrico Berlinguer em Portugal

O camarada Enrico Berlinguer, secretário-geral do Partido Comunista Italiano, à frente de uma delegação do PCI, chegou terça-feira a Lisboa para uma visita ao nosso País a convite do Comité Central do PCP e que terminará com um comício no próximo sábado, às 21 e 30, no Pavilhão dos Desportos de Lisboa

Pág.5

CGTP-IN

Ao criarem, fortalecerem e defenderem a unidade do seu movimento sindical e da sua Central Única ao longo dos últimos nove anos, os trabalhadores portugueses escrevem das mais belas páginas da história do movimento operário

Pág.12

A RDA TEM 30 ANOS

No próximo domingo, o primeiro Estado de operários e camponeses em solo alemão completa três décadas de luta, trabalho e vitórias no caminho do socialismo e do futuro. O Comité Central do PCP dirigiu ao Comité Central do PSUA uma mensagem de saudação

Pág.10

Editorial **CRIME E GOLPISMO NA ESTRATÉGIA DA DIREITA**

Editorial

CRIME E GOLPISMO NA ESTRATÉGIA DA DIREITA

O crime brutal que ceifou as vidas de dois heróicos trabalhadores alentejanos da Reforma Agrária, em Montemor-o-Novo, quando acautelavam, contra a rapina de agrários cobertos por forças da GNR, bens colectivos acumulados com muito trabalho, sacrifício e o elevado espírito patriótico de bem servir o Povo e o País, empresta uma luz sinistra à estratégia de desestabilização e de golpe das forças mais retrógradas da sociedade portuguesa, empenhadas na destruição do regime democrático e das suas conquistas mais singulares.

Os politiqueiros da extrema-direita e as forças do grande capital interno e estrangeiro que os sustentam não podem ocultar a desmedida raiva de que estão possuídos pela severa derrota dos seus projectos anticonstitucionais de assalto ao Poder, representada pela saída constitucional da crise governativa actualmente em curso.

Dentro de dois meses o Povo português vai ser chamado a pronunciar o seu veredicto em eleições intercalares. Um acto de excepcional importância para os destinos da democracia e para a solução de uma problemática nacional intrincada poderá permitir a clarificação política do momento que vivemos, de uma forma imediatamente acessível às largas massas do Povo português.

O nosso Povo, mesmo com as sérias limitações existentes para a livre expressão da sua vontade em largas faixas do território nacional onde o caciquismo fascista ainda impera, vai julgar, com uma das armas mais importantes que a Constituição da República lhe põe nas mãos – o voto – os partidos políticos e os respectivos dirigentes aos quais, há três anos, consignou a defesa dos seus interesses e dos interesses do País.

Que a necessária clarificação política da situação actual e o juízo popular em termos eleitorais possam vir a ser feitos em inteira liberdade e no respeito pela Constituição, eis exactamente o que a reacção mais teme.

O temor dos partidos reaccionários pelo veredicto popular é manifesto – a direita tem profundas apreensões quanto aos resultados das eleições de Dezembro.

Daí o seu desespero, de que se não podem desligar violências e crimes como o que vitimou os dois trabalhadores da UCP "Salvador do Pomar" na freguesia do Escoural.

☆ ☆ ☆

O duplo assassínio do Escoural por guardas da GNR, erigidos em braço armado da pior reacção agrária, era um risco plenamente à vista na perigosa senda do Governo actual no quadro de uma dinâmica de provocações, roubos e agressões, herdada – e até hoje não extinta – do MAP/CAP anterior de Vaz Portugal/Ferreira do Amaral/Goulão e do governo fascizante Mota Pinto/PPD/CDS.

O que se exprime nos disparos assassinos de guardas da GNR no Escoural é todo o processo de destruição da Reforma Agrária encetado e impulsionado pelas forças mais reaccionárias que querem impor o retrocesso da Revolução portuguesa e a liquidação do 25 de Abril, as quais não estão a encontrar da parte do Poder uma contenção clara e firme.

As contemporizações com a pressão e a dinâmica de violências, ilegalidades e crimes das forças da extrema-direita que detêm fortes posições no aparelho de Estado, implicam uma grave responsabilidade nos acontecimentos, fornecem uma imagem do Governo que não favorece, antes pelo contrário compromete, os propósitos de apaziguamento e de justiça social formulados pela Primeiro-Ministro.

Mandou o Governo proceder a um inquérito judicial às circunstâncias em que se produziu o crime de Montemor. A verdade dos acontecimentos é largamente conhecida pelos trabalhadores da região e é transparente como a água límpida que corre das montanhas. Seria uma coisa odiosa, que ainda mais agravaria as responsabilidades do Governo, se o inquérito servisse agora para justificar o que não pode ser justificado – o desprezo absoluto pela vida humana, pela vida de cidadãos indefesos, o carácter organizado e deliberado da operação punitiva da GNR em estreita coordenação com as arruaças e o banditismo dos agrários.

A consciência nacional manifestada com veemência no Alentejo e por todo o País em variadas formas, exige o apuramento rigoroso e rápido das responsabilidades e a punição dos assassinos, exige, além disso, o apuramento e a responsabilização moral e política de quem mandou provocar e disparar sobre os trabalhadores e o povo das terras do Escoural.

☆ ☆ ☆

O apuramento da responsabilidade moral e política do crime de Montemor, assim como de outras violências praticadas, conduz em linha recta aos partidos da Aliança Reaccionária. Basta ler a imprensa que lhes é afecta, ouvir os seus chefes e os apelos que fazem à violência e à intervenção militar no Alentejo contra a Reforma Agrária.

O monstruoso duplo assassinato de Santiago do Escoural é apresentado não como uma provocação dos agrários secundada por elementos da GNR mas como uma armadilha ou uma emboscada montada pelo PCP! O caso da Corame, outro exemplo da acção provocadora do patronato reaccionário, o patrão filho, amigo de Alpoim Calvão, teve toda a possibilidade de proferir arrogantes ameaças aos microfones da RDP contra os trabalhadores, de ameaçar com os mercenários que brutalmente os agrediram, à boa maneira do MDLP, e até de exigir com a mais revoltante arrogância a demissão de Lourdes Pintasilgo.

De tudo isto se impõe retirar conclusões: uma e fundamental é a de que se torna cada vez mais evidente que a extrema-direita não está interessada em eleições livres e democráticas no quadro da Constituição e que o PPD, o CDS e o conjunto das forças reaccionárias coligadas na "aliança" têm a nítida antevisão de uma nova e pesada derrota nas eleições de Dezembro.

A direita não está interessada em eleições – está sim, interessada em impedi-las. Sá Carneiro, Freitas do Amaral & C.ª proclamam a vitória da Aliança Reaccionária, falam como se já a tivessem obtido, agem como se a cantada "nova maioria" fosse já uma realidade.

Repartem afanosamente os cargos de governo – Sá Carneiro, Primeiro-Ministro; Freitas do Amaral, Presidente da Assembleia da República, etc., etc. – mas mais do que auto-sugestionarem-se numa dinâmica de vitória procuram antes convencer o Povo português de que falam a sério.

Entretanto, tudo isto não passa de poeira atirada aos olhos dos portugueses. Toda a análise da estratégia da direita aponta para uma clara tentativa de inviabilização da saída constitucional em curso, de falseamento ou impedimento das eleições de Dezembro.

É para as soluções golpistas que está realmente virada a Aliança Reaccionária. É a altura de dar todo o valor às palavras de Sá Carneiro na Assembleia da República quando da discussão do programa do Governo de Lourdes Pintasilgo. "Mas haverá eleições?" – perguntava ele.

☆ ☆ ☆

Na estratégia golpista da direita se deve inserir a campanha desagregadora do PPD, do CDS e do conjunto da reacção contra o Presidente da República e para levar à demissão o Governo de Lourdes Pintasilgo. A tentativa de inviabilização das eleições tem esse primeiro objectivo. Todos os agentes da extrema-direita infiltrados no aparelho de Estado e nos órgãos de Comunicação Social estatizados foram mobilizados para minar por dentro e paralisar toda a acção governativa e para manipular a opinião pública a favor dos objectivos reaccionários de desestabilização política, social e militar.

O Governo de Lourdes Pintasilgo tem dado passos em falso e dado o flanco à campanha da reacção, mas o próprio facto de se propor assegurar um clima de liberdade, seriedade e isenção do acto eleitoral é suficiente para o colocar na mira da reacção.

Um outro factor que atemoriza os chefes da direita é a crescente influência política do PCP, a sua estrita fidelidade aos interesses mais largos do Povo português, a sua intransigente defesa da Constituição e da legalidade democrática.

A análise política feita por Sá Carneiro no Conselho Nacional do PPD reflecte simultaneamente os dois maiores temores das forças reaccionárias no momento actual – o da inevitável derrota das suas hostes nas eleições de Dezembro e o do crescente prestígio nacional do PCP como nervura principal do movimento popular e democrático de massas.

Sá Carneiro que viu recusadas as propostas do PPD, apoiado pelo CDS, para o estabelecimento do voto obrigatório, volta a lamuriar-se pelo facto das eleições intercalares e também as das autarquias locais se realizarem no mês de Dezembro.

Quer dizer: os principais responsáveis pela crise governativa, os que quiseram inutilmente arrastar Portugal ao impasse das instituições e que tornaram necessário o recurso a eleições intercalares fazem hoje o mal e a caramunha quando sentem fugir-lhe o terreno debaixo dos pés.

Mas Sá Carneiro tem razão quando é forçado a referir a imagem popular e democrática do PCP:

De facto, o Povo português está hoje em condições de discernir quem desestabiliza a situação portuguesa e diariamente atropela a Constituição e quem luta pela estabilidade, eficiência e funcionamento normal das instituições democráticas; quem infringe a cada passo e quem acata e defende a legalidade democrática; quem complica e agrava a situação económica e social dos portugueses e quem avança propostas construtivas tanto para a solução dos grandes problemas nacionais como dos problemas diários do povo trabalhador, para a constante elevação das condições de vida da população laboriosa; quem entrega e quem defende de maneira efectiva a independência nacional.

O confronto é altamente desfavorável aos partidos reaccionários e favorável ao PCP, à sua imagem como partido da verdade, da esperança e do futuro do Povo português.

☆ ☆ ☆

O nosso Povo, as forças democráticas que derrotaram o projecto inconstitucional dos Sá Carneiro, Freitas do Amaral & C.ª, tem forças suficientes para defender e viabilizar a saída constitucional em curso, para assegurar com liberdade, seriedade e isenção as eleições de Dezembro.

A potente manifestação de pesar e de repulsa pelo duplo assassinato de Santiago do Escoural, as numerosas acções no Alentejo e no plano nacional, as profundas repercussões políticas do crime cometido na pessoa dos dois heróicos trabalhadores da Reforma Agrária, mostra o crescente isolamento das forças reaccionárias, o seu profundo divórcio com a vida e os problemas reais do Povo português.

As lágrimas dos trabalhadores da Reforma Agrária e de todos os que os acompanharam na sua dor e revolta, não exprimem apenas o pesar mas também a firme determinação e confiança de todo o nosso Povo na defesa e construção dos seus destinos, no seu regime democrático, na força imorredoira do 25 de Abril.

Cumprir ou não a lei das CTs

Há quem ponha a questão de cumprir ou não cumprir as disposições desfavoráveis ao reforço e à capacidade de intervenção dos órgãos representativos dos trabalhadores nas empresas (ORTs) que o Decreto 229/I, aprovado na AR em 17 de Julho findo, pôs em vigor para as Comissões de Trabalhadores (CTs) e respectivas comissões coordenadoras.

A posição a adoptar perante essa questão, perante essa dúvida que, legitimamente, em muitos aspectos pode surgir dadas as peias burocráticas e outras de vária ordem que aquele Decreto impõe, é a de cumprir o que a Lei das CTs, como é conhecida, manda cumprir, ao mesmo tempo que se luta frontalmente pela sua revogação, pela anulação do Decreto 229/I e pela sua substituição por um diploma que sirva, constitucionalmente, os interesses dos trabalhadores, das empresas e do País.

As CTs que existem actualmente foram eleitas por cerca de 70 por cento dos trabalhadores nelas directamente interessados. A sua legalidade constitucional não pode ser posta em causa. Em 97,6 por cento dos casos, as CTs actualmente existentes foram eleitas por voto secreto e directo. 72 por cento dessas CTs têm estatutos democraticamente discutidos e aprovados em plenários de empresa.

Sem má fé, as CTs não podem ser acusadas de «golpistas».

Os seus estatutos são abertos à unidade. Não afastam qualquer trabalhador pelo facto de ser deste ou daquele partido, desta ou daquela confissão religiosa.

A preocupação consequente dos trabalhadores tem sido sempre a de perservar, dar força e incentivar o carácter unitário das CTS — carácter que existe e se manifesta na prática da esmagadora maioria dos órgãos representativos dos trabalhadores nas empresas.

Um projecto do PS e da direita

Como é sabido o projecto aprovado na Assembleia da República para as CTs foi, embora com alterações, o apresentado pelo PS. A direita votou, por sua vez, a favor desse projecto. O PCP votou contra e defendeu até ao fim o seu próprio projecto que merecera um apoio vastíssimo e publicamente declarado da parte dos órgãos representativos dos trabalhadores que discutiram o projecto do PCP e os dos outros partidos ou grupos parlamentares antes das votações na Assembleia da República.

Por mais de uma vez aqui no «Avante!», chamámos a atenção para algumas aberrações (e é esse o termo adequado) que o projecto do PS continha. As mais graves acabaram por se manter, depois da discussão havida na Comissão de Trabalho da AR e figuram hoje no Decreto 229/79 que «regula a constituição das comissões de trabalhadores e os direitos previstos no Artigo 56.º da Constituição».

Entre essas aberrações, continuamos a considerar muito grave que o decreto votado com o apoio da direita procure tornar inviável o controlo de gestão reconhecido pela Lei fundamental do País, a Constituição de 1976; que as eleições para as CTs passem a depender de modelo único; que os trabalhadores não permanentes não possam eleger nem ser eleitos, que independentemente da sua dispersão geográfica, cada empresa só possa ter uma CT; que os membros das CTs sejam drasticamente limitados (até 200 trabalhadores: 3 elementos; até 500: 5; até 1000: 7; mais de 1000: 11).

O controlo de gestão é um dos direitos constitucionais dos trabalhadores mais atingidos pelo decreto que limita drasticamente a actividade das CTs nesse aspecto fundamental das suas funções. Embora se reconheça que como um dos direitos das CTs o de «exercer o controlo de gestão nas respectivas empresas» estabelece-se, porém, logo a seguir, uma reserva que não faz sentido pois pretende reduzir o controlo de gestão a uma actividade simplesmente burocrática e tanto quanto possível ineficaz, ficando a «hierarquia administrativa, técnica e funcional» de qualquer empresa com o direito de reduzir a zero as funções das CTs, desde que considerem (bem ou mal, fica ao seu arbítrio) que as funções e direitos das CTs podem «prejudicar o normal exercício» das «competências e funções» de chefias, conselhos de gestão, comissões administrativas e de quem quer que seja que tenha a seu cargo uma função dirigente na empresa.

A direita não queria lei nenhuma

Mas ainda assim a direita não ficou satisfeita. Votou na AR a que lhe era menos desfavorável. Mas cá fora, a direita e as forças reaccionárias no seu conjunto não querem lei nenhuma. Isso é perfeitamente visível em órgãos de informação ao seu serviço. A aliança reaccionária pretende pura e simplesmente acabar com as Comissões de Trabalhadores, liquidar todos os órgãos representantivos dos trabalhadores nas empresas, anular os direitos constitucionais dos trabalhadores no campo económico. Os outros iriam a seguir.

Mas os trabalhadores devem aproveitar de todas as leis (mesmo nas más) tudo o que lhes é favorável em termos constitucionais. Trata-se, aliás, de uma necessidade sentida diariamente por todos os que lutam contra a repressão nas empresas, contra os despedimentos selectivos, contra os ataques ao controlo de gestão, em defesa dos direitos, liberdades, garantias e conquistas constitucionais dos trabalhadores.

A lei das CTs é uma lei do PS e da direita. Foram eles que a aprovaram na AR com os votos contra do PCP. Não é uma lei do PS e do PCP, como pretende fazer crer a aliança reaccionária e toda a «desinformação» que por aí corre ao seu serviço.

O PCP lutará pela revogação da lei das CTs. Não recomenda o desprezo pela lei, como fazem as forças reaccionárias, com relevo para a CIP, nas empresas e nos artigos da sua imprensa.

Mas insiste nomeadamente na necessidade de os novos estatutos, que o Decreto 229/79 manda aprovar no prazo de 90 dias a contar da entrada em vigor daquele diploma, sejam elaborados de acordo com as realidades de cada empresa, com as suas necessidades concretas, tendo em conta as diferenças, as características que as distinguem sobretudo no sector empresarial do Estado.

Há muitas realidades que nenhuma lei pode alterar. São realidades positivas, conquistas que interessam aos trabalhadores, ao regime democrático e ao País. Uma delas é o carácter unitário da incontável maioria das CTs. Outra, a necessidade de defender o controlo de gestão. E outra ainda — a mais importante — que é a intervenção organizada dos trabalhadores na vida nacional em defesa das conquistas democráticas de todo o Povo português.

Há que defender essas realidades no completo respeito pela Constituição.

Avante!
Proletários de todos os países UNI-VOS!
O jornal dos trabalhadores da democracia e do socialismo

PROPRIEDADE: *Partido Comunista Português*. Rua Soeiro Pereira Gomes – 1699-Lisboa CODEX. Tel. 768345.
ADMINISTRAÇÃO: *Editorial Avante, SARL*. Av. Santos Dumont, 57-3.º Dt.º – 1000 Lisboa. Tel. 769744/769751.
DIRECÇÃO E REDACÇÃO: Rua Soeiro Pereira Gomes – 1699 Lisboa-CODEX. Tel. 769725/769722.
DISTRIBUIÇÃO:
CDL, Central Distribuidora Livreira, SARL. **Serviços Centrais:** Av. Santos Dumont, 57-2.º Dt.º – 1000 Lisboa. Tel. 779828/779825.
Centro Distribuidor de Lisboa: Av. Santos Dumont, 57-C/v – 1000 Lisboa. Tel. 769705. (Abrange os distritos de Lisboa, Santarém e Setúbal).
Casa da Venda em Lisboa: Rua do Século, 80 – 1200 Lisboa. Tel. 372238.
Centro Distribuidor do Norte: R. Miguel Bombarda, 578 – 4000 Porto. Tel. 28938.
Casa da Venda: R. do Almada, 18-2.º Esq – 4000 Porto. Tel. 310441.
Centro Distribuidor do Centro: Rua 1.º de Maio 186, Pedrulha – 3000 Coimbra. Tel. 31286.
Centro Distribuidor do Alentejo: Alcarcova de Baixo, 13 – 7000 Évora. Tel. 26361.
Centro Distribuidor do Algarve: Rua 1.º de Dezembro, 23 – 8000 Faro. Tel. 24417.
ASSINATURAS:
Av. Santos Dumont, 57-2.º Esq.º – 1000 Lisboa. Tel. 779828.
PUBLICIDADE CENTRAL:
Av. Santos Dumont, 63-A – 1000 Lisboa. Tel. 776936/776750. *Porto* – Rua do Almada, 18-2.º Esq.º – 4000 Porto. Tel. 381067.
EXPEDIÇÃO:
R. João de Deus, 24 – Venda Nova – 2700 Amadora. Tel. 900044.
Composto e Impresso na **Heska Portuguesa** R. Elias Garcia, 27 – Venda Nova – 2700 Amadora.

Tiragem média do mês de Setembro: 69 800

Em Madrid, a Festa do PCE importante jornada de massas

Cerca de um milhão de pessoas participou, no último fim-de-semana, no vasto recinto da Casa de Campo, em Madrid, na Festa do PCE, iniciativa que os camaradas espanhóis ali realizaram pela terceira vez com assinalável êxito político.

Espectáculos musicais, desporto, cinema, poesia, colóquios, fogo de artifício e uma exposição internacional de pintura e de cartazes foram alguns dos principais motivos de atracção de uma Festa caracterizada pela alegria e o entusiasmo populares, em ambiente de verdadeira romaria. A presença de pavilhões de todas as províncias e povos de Espanha, com os pratos e os vinhos típicos de cada região, dava à Festa o seu carácter nacional, ao mesmo tempo que, na Cidade Internacional, três dezenas de pavilhões de outros tantos órgãos centrais de partidos irmãos lhe emprestavam o cunho internacionalista característico deste tipo de festas organizadas pelos comunistas.

O *stand* do «Avante!» (presente na Festa pela segunda vez), para além de uma exposição política acerca do que é o PCP e das principais frentes de luta dos comunistas portugueses, tinha ao dispor dos sempre interessados e numerosos visitantes uma vasta gama de artigos, desde os livros e os discos até aos objectos de artesanato de todas as regiões do nosso país — muitos dos quais, diga-se de passagem, domingo à tarde já estavam esgotados, não porque fossem poucos, mas porque a procura era muita...

O órgão central do PCP esteve representado na Festa pelo camarada Fernando Correia, sub-chefe da Redacção. Convidado especialmente, a fim de participar num colóquio sobre o trabalho nas autarquias, juntamente com outros convidados de municípios espanhóis, um francês e um italiano, esteve também na Festa o camarada José Vieira, membro do CC e presidente da Câmara de Almada.

Domingo à tarde, perante dezenas de milhar de pessoas, realizou-se no anfiteatro existente um magnífico recinto da Casa de Campo o comício de encerramento, no qual o discurso de fundo foi proferido pelo camarada Santiago Carrilho, secretário geral do PCE. Era também neste anfiteatro que se situava o palco central, onde durante os três dias da Festa (de sexta à tarde até domingo à noite) passaram dezenas de artistas espanhóis e alguns estrangeiros, destacando-se de entre estes o conjunto chileno Los Quilapyún.

O discurso de Santiago Carrilho caracterizou-se por um duro ataque à UCD e ao governo de Suarez, pela firme denúncia do terrorismo como arma da direita e pelo insistente apelo à unidade com o Partido Socialista. Socialistas que, em alguns aspectos, foram igualmente criticados pelas suas cedências à direita, nomeadamente no que se refere à discussão em torno do programa económico do governo.

A anteceder o comício — no decorrer do qual a palavra de ordem mais insistentemente gritada foi «Así se vé lá fuerza del PC» — Rafael Alberty e Nuria Espert, destacadas figuras de intelectuais comunistas, declamaram poemas do próprio Alberty, de Lorca, de Machado, de Neruda e outros.

À venda **Militante**
Ano 47 ● Série IV ● N.º 51 ● Preço 10$00
Neste número:
● A Festa e as eleições ● **Sobre a evolução da Organização do Partido** ● Um intenso trabalho de esclarecimento, factor fundamental para alargar a vitória nas eleições ● **Eleições para as autarquias – tarefas imediatas** ● Assembleia da República – éleições intercalares a 2 de Dezembro ● **A grandiosa Festa de 1979** ● Uma campanha de organização ●

DE NOVO O SANGUE DOS TRABALHADORES CORREU EM TERRAS DO ALENTEJO

Uma campanha de violência e de terror friamente premeditada e feita à medida da estratégia da Aliança Reaccionária

Há quem, no chão ensopado do sangue derramado por António Casquinha e José Caravela, queira semear ainda mais intolerância, ódio e violência. A direita reaccionária, agrupada na «santa aliança» contra o regime democrático, intensificou, a partir dos gravíssimos acontecimentos ocorridos em Montemor-o-Novo, a sua desesperada campanha de calúnias, infâmias e mentiras, tendo em vista a criação de um clima de instabilidade favorável aos seus intentos golpistas.

Torna-se cada vez mais claro não serem os criminosos acontecimentos ocorridos em terras da Reforma Agrária um acto acidental. O escandaloso comunicado emitido pela aliança reaccionária e monárquica, a intolerável, patológica e funambulesca intervenção de Sousa Tavares (o primeiro candidato da aliança reaccionária pelo distrito de Évora) na noite de domingo na RTP-2, os assanhados escritos que verteu nas colunas do jornal estatizado de que é director – tudo isto comprova aquilo que a Comissão Política do CC do PCP, em documento difundido no passado domingo, afirmava:

Semelhante amontoado de mentiras e falsificações destina-se unicamente a facilitar à aliança reaccionária a difícil tarefa de encaixar a realidade nas suas conveniências políticas e no plano provocatório que friamente concebeu.

Intolerância, violência e destruição – eis os objectivos que os partidos reaccionários, no seu desespero, pretendem alcançar, a fim de evitar a previsível derrota que vão averbar nos próximos actos eleitorais.

Porém, se tanto o comunicado da aliança reaccionária como o espectáculo de um dos seus candidatos perante as câmaras da televisão são significativos, há factos anteriores e posteriores aos gravíssimos acontecimentos de Montemor que comprovam o plano ambicioso de encenações provocatórias que a reacção está a pôr em prática. Tais factos são as declarações de Sá Carneiro perante o Conselho Nacional do PPD realizado em 22 de Setembro (e publicados no órgão oficial daquele partido na véspera dos acontecimentos de Montemor...) e o rebentamento de duas bombas, uma em Montemor e outra em Évora, um dia depois da impressionante manifestação que constituiu os funerais dos dois trabalhadores assassinados.

A 22 de Setembro e perante o Conselho Nacional do PPD, Sá Carneiro teceu uma análise da actual situação política da qual decorre com evidência a estratégia de violência e de instabilidade que o PPD pretende pôr em prática para tentar impedir a vitória das forças democráticas nas próximas eleições.

É claro e transparente, nas palavras de Sá Carneiro, que um clima de acalmia e de pacificação é de todo contrário aos desejos totalitários dos partidos reaccionários. O homem forte da aliança reaccionária, conforme salienta o comunicado da Comissão Política do CC do PCP, propôs às forças reaccionárias a realização de um plano de provocações que facilitasse o combate ao PCP, dando dele uma falsa imagem. **É que Sá Carneiro e seus «pagens» receiam – e muito justamente – a derrota que se avizinha, invocando o que consideram ser a «vitória histórica do PCP».**

Esta atitude não é nova. Há algumas dezenas de anos, também Hitler mandou incendiar o Reichstag para depois atribuir a autoria do acto aos comunistas alemães. É certo que Sá Carneiro ainda não mandou lançar fogo a S. Bento mas as sementes de violência que as forças reaccionárias pretendem lançar em terra portuguesa, caso desabrochassem, poderiam criar no nosso país uma situação perigosíssima.

Só que tais sementes não crescerão na nossa pátria. Dia a dia, o povo português vai cada vez mais tomando consciência de quem são as forças que lutam pelo progresso e pela paz e quem são as forças que querem o passado e a violência.

A este respeito, acentua o comunicado da Comissão Política do CC do PCP, já referido: Ao longo dos anos, o PCP afirmou-se como um Partido responsável, que respeita escrupulosamente o regime e a legalidade democrática, que está seriamente empenhado em que os mais graves conflitos políticos e sociais possam ser resolvidos de forma democrática e pacífica e que se orienta pela determinação patriótica de abrir caminho à solução dos problemas nacionais no quadro constitucional. Esta é uma realidade hoje amplamente reconhecida por crescentes camadas do povo português. A reacção percebe e teme quanto o sucesso democrático do PCP contraria os seus planos de liquidação do 25 de Abril e das suas conquistas.

A este respeito, Sá Carneiro age como o cientista que toca a campainha para que o cão da reacção salive terror e violência.

Na noite de 30 de Setembro para 1 de Outubro, as forças reaccionárias pretenderam subir mais um degrau na escalada da violência e da provocação. Num carro estacionado nas traseiras do CT do PCP de Montemor-o-Novo e pertencente ao comandante da GNR daquela localidade, a reacção fez deflagrar um engenho explosivo que destruiu a viatura e provocou danos materiais, nomeadamente nos edifícios vizinhos. Tudo se continua a conjugar com a estratégia golpista desenhada por Sá Carneiro e com a visão falseada da realidade expendida no comunicado da aliança reaccionária.

Só que a reacção, no seu desespero, recorre a manobras totalmente desqualificadas, incapazes de convencer quem quer que seja. Conforme salienta um comunicado da Comissão Concelhia de Montemor-o-Novo do PCP, emitido a propósito de tal acto provocatório, trata-se de uma infantil montagem de cariz profundamente fascista, visando virar a opinião pública nacional contra o PCP e contra os trabalhadores.

O País sabe que os trabalhadores e os militantes comunistas não convivem com terroristas e bombistas nem se fazem fotografar alegremente a seu lado.

Também a Direcção da Organização Regional do Alentejo do PCP, a respeito da provocação bombista, afirma e denuncia:

A manobra é clara. Trata-se de uma montagem das forças reaccionárias para, por um lado, afastar a atenção das repercussões políticas que os sangrentos acontecimentos do dia 27/9/79 tiveram em todo o País e no estrangeiro e, por outro, tentar incriminar os trabalhadores e as forças políticas progressistas, designadamente o PCP. Trata-se de mais um incitamento à violência, ao terror, dentro da linha política seguida pela «aliança reaccionária», que pretende a todo o custo criar um clima de agitação em todo o País e designadamente no Alentejo, no sentido de impedir a realização de eleições livres e democráticas e, ao mesmo tempo, tentar dar do PCP uma imagem de «partido da agitação» e de «partido da violência».

O desejo de regresso ao passado das forças reaccionárias não conhece limites nem fronteiras. A direita sabe bem que só pela violência e pelo terror conseguirá impor a sua vontade ao povo português.

Mas, conforme sublinha o comunicado da Comissão Política do CC do PCP, pela luta e pelo voto, o povo português assegurará a vitória democrática!

E de repente foi o tiroteiro. Contra as mãos vazias dos trabalhadores soaram as armas da GNR, zuniram ainda as pedras arremessadas pelos agrários. A comprovar a intensidade do fogo, os invólucros que ficaram no terreno. Quatro trabalhadores agrícolas caíram. Dois não voltariam a erguer-se.

A verdade

Na última quinta-feira, dia 27 de Setembro, durante a entrega de mais uma «reserva» ilegal despachada pelo governo Mota Pinto-PPD-CDS, na UCP «Bento Gonçalves», em Montemor-o-Novo, dois trabalhadores agrícolas foram assassinados por elementos da GNR e outros dois ficaram feridos.

Pelas 9 horas da manhã, o «reservatário» Manuel António Padeira Júnior, rico latifundiário com propriedades em Alcácer do Sal e que antes nunca cultivara a terra, preferindo as coutadas para os seus amigos caçarem, apareceu na UCP «Bento Gonçalves» para se apoderar da herdade de Vale Nobre, integrada na UCP, com que fora premiado pelo governo Mota Pinto-PPD-CDS.

Não ia só. Acompanhavam-no um numeroso grupo de amigalhaços, latifundiários como ele, entre os quais se podiam ver os sinistros Vacas de Carvalho, os Macau e outros. Era um cortejo automóvel que entrou na UCP e no qual se incluíam os técnicos do MAP e diversos **jeeps** da GNR.

Os trabalhadores estavam ocupados em colher uma seara de milho. A direcção da UCP recusou-se a sancionar com a sua presença a ilegalidade da entrega da herdade.

Contando com a presença cúmplice da força da GNR, os agrários e os técnicos do MAP apreenderam então dois reboques carregados de milho para assim, numa operação de chantagem, tentarem obrigar a direcção da UCP a comparecer.

Confraternização

A força da GNR, comandada pelo capitão Faria, secundado pelo sargento Maximino, assistia, tolerante, à actividade dos agrários. Contudo, este incidente viria a ser sanado face à determinação dos trabalhadores que discutiram o problema, não aceitando a chantagem.

À hora do almoço, agrários, técnicos do MAP e elementos da GNR confraternizaram durante a refeição. As provocações aos trabalhadores agrícolas que ali se encontravam, sucediam-se. Entretanto, das UCP's e Cooperativas Agrícolas vizinhas tinham chegado numerosos trabalhadores agrícolas, homens e mulheres, que com a sua presença manifestavam a sua solidariedade pela luta dos seus companheiros da «Bento Gonçalves» e repudiavam mais esta ilegalidade.

Preparavam-se para roubar

Findo o almoço, os trabalhadores da UCP «Bento Gonçalves» descobrem, com espanto, que os agrários e os técnicos do MAP, apoiados por dois **jeeps** da GNR desviavam uma vacada, que pertencia à UCP.

A vacada, de pura raça alentejana, devidamente registada e uma das raras que existem nestas condições, fora adquirida pela UCP que dispendera milhares de contos. A vacada era acompanhada tecnicamente, como a lei impõe, pelos organismos oficiais e estava enriquecida em 40 crias. Aliás, muitas das vacas encontram-se em vésperas de parto.

A acção dos agrários, apoiados pela GNR, era um roubo, tanto mais que no inventário feito pelos serviços do próprio MAP nada justificava a posse daqueles animais pelo agrário que até ali nada cultivara.

O crime

Os trabalhadores opuseram-se. Apoiados, os agrários, armados de varapaus e arremessando pedras, atacaram os trabalhadores agrícolas, no que foram acompanhados pelos soldados da GNR.

E de repente foi o tiroteio. Contra as mãos vazias dos trabalhadores agrícolas soaram as armas dos soldados da GNR, zuniram ainda as pedras arremessadas pelos agrários. A comprovar a intensidade do fogo, os invólucros que ficaram no chão.

Os tiros, «disparados para o ar, na versão de um oficial da GNR, fizeram cair quatro trabalhadores agrícolas. Dois não se levantaram mais: António Maria do Pomar Casquinha, de 17 anos, membro da União da Juventude Comunista, com um tiro no peito, e José Geraldo Caravela, de 57 anos, membro do Partido Comunista Português, com um tiro na nuca. Eram ambos de Santiago do Escoural. Ficaram feridos, com um tiro na bacia, Florival Carvalho, e com um tiro numa perna, João António Batoque.

Por que fugiram?

O silêncio que se seguiu após o crime foi cortado pela fuga de um sargento e um soldado da GNR que antes abandonaram as armas.

Os trabalhadores não abandonaram os seus companheiros tombados apesar de quase de imediato se ter aproximado um **jeep** onde se deslocava o capitão Matias que deu ordem para dispersar. Como ninguém arredasse, intimidou, apontou a arma, meteu uma bala na câmara, acabando por ameaçar: **Ou fogem daqui ou a gente faz o que fizemos aos outros!**

Os Bombeiros Voluntários de Montemor, avisados, chegaram rapidamente. Confirmaram as mortes e, de acordo com a lei, recusaram-se a remover os corpos sem a presença do delegado de saúde.

Era impossível esconder o crime, presenciado por tantas testemunhas. Mesmo assim, o oficial da GNR que comandou a operação na UCP «Bento Gonçalves» viria a declarar à ANOP que **os técnicos que procediam à entrega, acompanhados pela GNR, foram alvo de um tiroteio intenso e pedradas, donde resultaram ferimentos leves em oito praças e um impacto de bala numa viatura da corporação.** E acrescentou: **A GNR foi obrigada a reagir e para se defender fez alguns disparos para o ar.**

Só mostraram ao «Diabo»

Isto não corresponde à verdade. Nenhum trabalhador possuía qualquer arma. Nenhum trabalhador hostilizou com pedras os elementos presentes da GNR. Nenhum praça da GNR foi tratado a qualquer ferimento, tanto no hospital de Montemor, como no de Évora, que é o mais próximo, que num «tiroteio intenso», segundo as palavras do mesmo oficial, certamente não provocava «ferimentos leves». Por outro lado a GNR recusou-se a apresentar aos órgãos de Informação a dita viatura com «um impacte de bala». Contudo, na segunda-feira passada, o jornal fascista «O Diabo» — o que não deixa de ser sintomático — é o único a divulgar uma pretensa fotografia de um **jeep** que em vez de um impacte de bala tinha três.

Semana

26 Quarta-feira

1795 — Nasce o marquês Sá da Bandeira, que conseguiria a abolição da escravatura em Portugal e o uso do castigo de varadas no Exército.

9.º Aniversário da CGTP-IN

É noticiado na imprensa que a Comissão Nacional de Eleições (CNE) procedeu ontem ao registo da coligação Aliança Povo Unido (APU) destinada a concorrer às eleições intercalares para a Assembleia da República marcadas para 2 de Dezembro ■ O MAP prossegue a sua ofensiva ilegal contra a Reforma Agrária impondo uma "reserva" em Campo Maior, entregando a Herdade do Melrinho ■ Em conferência de imprensa a comissão permanente do Movimento Unitário dos Reformados, Pensionistas e Idosos (MURPI) anuncia que o "Dia Nacional do Reformado" será comemorado no próximo dia 6 de Outubro ■ Segundo um comunicado divulgado pelos representantes dos trabalhadores, o governo garantiu às Intercomissões de Trabalhadores das empresas do grupo ITT que auscultará a sua opinião sempre que se justifique, nomeadamente no que se refere à negociação de um acordo com aquela multinacional norte-americana ■ Em conferência de imprensa as Uniões Distritais de Agricultores (UDA) fazem graves acusações ao Ministério de Vaz Portugal no MAP, acusando-o nomeadamente de subsidiar os entregadores de reservas com verbas que iam dos mil aos quatro mil escudos, acrescentando possuirem provas de que a equipa de Vaz Portugal distribuiu "escandalosamente" mais de 400 mil contos através do Crédito Agrícola de Emergência ■ Por ocasião do 9.º aniversário da fundação da CGTP-Intersindical Nacional, o seu Secretariado Nacional emite um comunicado onde se salienta o crescente reforço da Central Sindical portuguesa.

27 Quinta-feira

1503 — Começa a construção da fortaleza de Cochim, a primeira que os portugueses levantaram na Índia.

O crime de Montemor-o-Novo

Dois trabalhadores da Reforma Agrária, António Maria Casquinha, de 17 anos, e João Geraldo Caravela, de 57 anos, ambos residentes em Santiago de Escoural, são assassinados por uma força da GNR em terras da UCP "Bento Gonçalves" durante a entrega de uma "reserva" ao agrário Manuel António Padeira Júnior, quando um grupo de agrários amigos do "reservatário" pretendiam, sob a cobertura das forças da GNR presentes, roubar uma vacada de pura raça alentejana comprada e criada pelos trabalhadores da "Bento Gonçalves" ■ O filho do ex-patrão da CORAME abandona as instalações daquela, depois de lá ter permanecido durante sete horas protegido por uma força da GNR com 130 homens e um bando de marginais armados, os quais provocaram os trabalhadores, ferindo dois deles ■ O matutino "o diário" continua a denunciar irregularidades, atropelos e desonestidades de elementos do PPD e CDS em autarquias geridas pela direita, nomeadamente um caso agora descoberto e envolvendo directamente o presidente (CDS) da Câmara Municipal de Vila Verde, António Cerqueira, que anda há longos meses a receber ordenados em duplicado, e ainda um vereador do PPD/PSD para a Câmara Municipal de Vila Real de Santo António, Manuel C. Rosa, que aplicou ilegalmente em seu benefício verbas do Fundo de Fomento de Habitação.

28 Sexta-feira

1810 — Batalha do Buçaco entre as forças portuguesas e inglesas contra o Exército napoleónico.

Corame: a luta continua

As populações dos concelhos de Moncorvo, Freixo, Mogadouro e Miranda do Douro, há quatro dias em luta para evitarem que a Linha do Sabor seja extinta, ameaçam interromper o trânsito rodoviário e cortar a energia eléctrica caso não sejam dadas garantidas de que a Linha não será extinta; por seu turno, a Comissão Distrital de Bragança do PCP nega que a Linha do Sabor dê prejuízo, afirmando tratar-se antes da entrega da região a empresas rodoviárias privadas, sublinhando os graves prejuízos da extinção para as populações e as responsabilidades do PPD, CDS e PS nesta pretensão da CP ■ São conhecidos mais candidatos da APU às próximas eleições ■ O Conselho de Ministros, reunido extraordinariamente, solicita ao Conselho Superior de Magistratura a indicação de um magistrado judicial para a averiguação dos factos que levaram ao assassinato de José Geraldo e António Casquinha, em Montemor, durante a entrega de uma "reserva" ■ Reunidos em plenário, os trabalhadores da CORAME decidem prosseguir a sua luta contra a entrega da empresa aos Nogueiras ■ Uma nota da SIP do PCP informa que o PCP promove no próximo dia 14 de Outubro, no Pavilhão da Amadora, a Conferência Nacional do PCP para a Vitória Democrática, Conferência que tem por objectivo principal definir as grandes linhas de actuação do Partido Comunista Português no quadro de uma ampla campanha de massas pelo voto na Aliança Povo Unido.

29 Sábado

1933 — Salazar publica o Decreto n.º 23 053 que proíbe os sindicatos livres da classe operária e cria a organização corporativa.

Uma nota do gabinete do Primeiro-Ministro assinala que a engenheira Maria de Lourdes Pintasilgo adiou a sua partida para Nova Iorque por 24 horas "em virtude da situação criada pelos acontecimentos de ontem na zona de Montemor-o-Novo" ■ São cancelados entregas de "reservas" previstas para hoje em Montemor-o-Novo e Avis ■ A Aliança Reaccionária solicita uma audiência extraordinária ao Presidente da República por achar necessário "que se saiba se o general Ramalho Eanes aceita e é cúmplice do domínio do PCP no Alentejo e na chamada Cintura Industrial de Lisboa" ■ Vão a sepultar os dois trabalhadores, António Casquinha e José Geraldo, assassinados por elementos da GNR; ao funeral assiste uma imensa multidão calculada em cerca de 100 mil pessoas ■ Realiza-se no Pavilhão do Académico, no Porto, um Comício comemorativo do 9.º aniversário da fundação da CGTP-IN.

30 Domingo

1974 — A Junta de Salvação Nacional nomeia o general Costa Gomes presidente da República Portuguesa.

Mário Soares, secretário-geral do PS, critica em Madrid as declarações "integristas e reaccionárias" de alguns bispos portugueses que "lembram as posições da Igreja silenciosa do fascismo e colonialismo" ■ Chega a Lisboa em visita oficial o chefe do Estado Maior do Exército brasileiro, general Hernâni Silva.

1 Segunda-feira

1572 — Damião de Góis é condenado pela Inquisição a cárcere penitencial perpétuo.

Discursando na Assembleia Geral das Nações Unidas, o Primeiro-Ministro português Maria de Lourdes Pintasilgo condena a prática política e social do "apartheid" e congratula-se com a realização das negociações SALT ■ O Secretariado Distrital de Évora das UCPs e Cooperativas declara em comunicado que o sargento Maximino e o capitão Faria da GNR conhecem a identidade dos assassinos de José Geraldo e António Casquinha, em Montemor ■ Entra em vigor o Estatuto do Jornalista.

2 Terça-feira

1868 — Morre em Lisboa, com 58 anos, o escritor e dramaturgo António Joaquim da Silva Abranches.

Chega a Lisboa para uma visita de cinco dias ao nosso país, a convite do PCP, o secretário-geral do Partido Comunista Italiano, camarada Enrico Berlinguer ■ O MARN lança um apelo ao Presidente da República para que promulgue imediatamente as alterações à Lei do Arrendamento Rural, aprovadas em Julho passado pela Assembleia da República.

DE NOVO O SANGUE DOS TRABALHADORES CORREU EM TERRAS DO ALENTEJO

Mais do que uma despedida a promessa de continuar a luta

O assassínio de dois trabalhadores agrícolas por elementos da GNR, na herdade de Vale Nobre, em Montemor-o-Novo, ocorreu ao princípio da tarde de quinta-feira passada. Pouco tempo depois a notícia era já conhecida na vila, alastrava por todo o Alentejo, ganhava a indignação das massas trabalhadoras do país e de todo o povo em geral.

Nessa mesma tarde, milhares de trabalhadores agrícolas vindos das povoações vizinhas concentraram-se frente à Câmara Municipal de Montemor. Nas bandeiras negras que empunhavam a condenação do crime. No decorrer do desfile, em silêncio, pelas ruas, a determinação de continuar a luta que era a mesma dos companheiros que tombaram.

No dia seguinte, sexta-feira, ao princípio da tarde dezenas de milhares de pessoas voltaram a concentrar-se em Montemor-o-Novo, onde o comércio encerrou na totalidade as suas portas. Seguiu-se um impressionante desfile pelas ruas, onde não estavam presentes só os trabalhadores agrícolas, mas todo o povo alentejano.

Nesse mesmo dia ao fim da tarde, depois da autópsia, os corpos dos camaradas António Maria do Pomar Casquinha e José Geraldo, o Caravela, foram colocados em câmara ardente no Teatro Curvo Semedo. As urnas com os restos mortais encontravam-se revestidas, respectivamente com as bandeiras da UJC e do PCP. As flores inundavam a sala.

Por ali passaram durante toda a noite e a manhã de sábado milhares de pessoas e numerosas delegações, entre as quais a do Comité Central do PCP, constituída pelo camarada Álvaro Cunhal, secretário-geral do PCP, António Dias Lourenço e António Gervásio, membros da Comissão Política, e António Murteira, membro do CC.

Os familiares dos trabalhadores não escondiam a sua dor. A mãe do jovem António Casquinha, dirigindo-se ao filho, interrogava: **«Por que te mataram se nem sequer tinhas idade para votar contra eles?»**

De Mirandela a Faro vieram pessoas para estarem presentes no funeral. E o cortejo fúnebre que se realizou para o cemitério de Santiago do Escoural, a poucos quilómetros de Montemor, terra onde habitavam as vítimas das balas da GNR, foi impressionante não só pela presença das dezenas de milhares de pessoas, mas pela força que se desprendia daquela multidão compacta — força essa que só a razão proporciona e que nem as lágrimas nem os soluços de homens e mulheres conseguia diluir.

Naquela manhã, como nos dias anteriores, não eram só os trabalhadores agrícolas das UCP's e Cooperativas Agrícolas que estavam presentes, mas todo o povo alentejano que sabe as transformações que ali se operaram com o 25 de Abril.

Durante o cortejo fúnebre, assim como durante a presença dos corpos em câmara ardente, viam-se muitas mulheres a rezarem e benzendo-se.

Um número impressionante de veículos incorporou-se no cortejo fúnebre. E o percurso de pouco mais de 13 quilómetros durou duas horas e meia. À entrada de Santiago do Escoural começou o cortejo a pé, sendo as urnas transportadas até ao cemitério aos ombros de trabalhadores e amigos das vítimas.

Percorridas as ruas da vila, o cortejo aproximou-se do cemitério onde, desde 1973, jaz outro heróico trabalhador comunista, Salvador Joaquim do Pomar, morto em consequência das torturas da PIDE.

O negro da multidão invadiu o olival que circunda o cemitério, envolveu os muros, ali ficou quase sem se mover, quase sem ruído.

No interior do cemitério, onde primeiro entraram apenas os membros das diferentes delegações, nomeadamente do PCP, UJC, CGTP-IN, MDP-CDE, PS, o general Vasco Gonçalves, o almirante Rosa Coutinho, o actual secretário de Estado da Cultura, Helder Macedo, que ali se encontrava a título pessoal, José Gomes Ferreira e Maria Velho da Costa entre outros, prestaram homenagem aos camaradas assassinados o representante da Federação dos Sindicatos dos Trabalhadores Agrícolas, Francisco Negraxa e António Murteira, membro do CC do PCP.

Em promessa aos camaradas mortos, António Murteira diria o que todos ali presentes sentiam: **«A luta em defesa da Reforma Agrária continuará com serenidade, mas com firmeza».**

Depois as portas do cemitério foram abertas às dezenas de milhares de pessoas que aguardavam no exterior. Na despedida a promessa de que a luta não terminou, que a vitória será certa.

A UJC fez-se representar no funeral pelo camarada Horácio Rufino, membro do CC e outros elementos da Comissão Central da UJC

Álvaro Cunhal, acompanhado de Dias Lourenço e António Gervásio, numa última homenagem aos trabalhadores assassinados, esteve durante algum tempo na câmara ardente

De todos os pontos do País se fez sentir a condenação do crime

Alguns quilómetros antes de se chegar ao Escoural já as bermas da estrada estavam repletas de gente que aguardava o cortejo fúnebre

No cemitério a multidão era compacta. Era voz corrente não se ter visto até agora, no Alentejo, nada de semelhante

Pesar e solidariedade

O pesar e a solidariedade manifestados publicamente aquando do assassinato dos dois trabalhadores alentejanos, vítimas da política de brutal repressão que continuou a alastrar no Alentejo, a indignação e o protesto, a reclamação de rigoroso inquérito e de justiça que não tarda, foram a atitude dominante em todos os democratas portugueses, bem expressa no funeral em que se incorporaram muitas dezenas de milhar de pessoas e também por inúmeras moções, telegramas e outras mensagens enviadas a órgãos do Poder.

Pesar e solidariedade de que logo, por todo o País, tomaram forma, juntos à certeza de que a causa pela qual os dois trabalhadores tombaram, vencerá. Pesar e solidariedade que uniu a classe operária e muitas outras camadas da população portuguesa, pesar e solidariedade que ultrapassou as fronteiras do País.

Não apenas de muitos organismos do PCP e de plenários e reuniões de quadros que entretanto se realizaram, saíram moções protestando contra o crime praticado e reclamando ao Primeiro-Ministro, aos ministros da Agricultura e Pescas e da Administração Interna um inquérito rigoroso e a punição dos responsáveis.

Também a CGTP/Intersindical Nacional, em Comunicado à Imprensa assinado pelo respectivo Secretariado Nacional, tomou posição pública, exortando **todos os trabalhadores portugueses a manifestarem o seu mais veemente repúdio por tal acto e a reafirmarem a sua solidariedade activa aos heróicos trabalhadores da Reforma Agrária tão duramente atingidos, mais uma vez, pela violência fascista.**

Tais manifestações — disse o comunicado emitido em 27 de Setembro, — **deverão assumir a forma de paralisações com a aprovação de moções que traduzam o sentimento dos trabalhadores perante a gravidade dos acontecimentos e reafirmem a sua determinação em lutar pela democracia, pelas conquistas da Revolução e pelos ideais de Abril.**

Também do estrangeiro vieram palavras de condenação do crime praticado em terras da Reforma Agrária: as Comissões Sindicais Portuguesas da CGTP-Renault e a Comissão Sindical Portuguesa da mesma empresa francesa enviaram uma moção ao Conselho da Revolução, ao Primeiro-Ministro e ao Presidente da República, na qual se exige o fim da repressão e das intervenções da GNR na Reforma Agrária, ao mesmo tempo que se manifesta a reclamação do julgamento dos assassinos. Por sua vez, a secção sindical CGT da Renault condenou, em telegrama enviado à Presidência do Conselho de Ministros, o **odioso assassinato dos dois trabalhadores da Reforma Agrária** e pediu intervenção imediata para que fosse posto fim à repressão.

Em nota do Secretariado da Comissão Central, a União dos Estudantes Comunistas, ao mesmo tempo que apresentava às famílias enlutadas a expressão do seu profundo pesar, fez **sua a exigência popular do apuramento e castigo pronto dos responsáveis, da cessação da política da destruição da Reforma Agrária, com o seu cortejo de violências e arbitrariedades.**

A União da Juventude Comunista, por seu lado, em nota da Comissão Executiva da Comissão Central, prestando homenagem aos trabalhadores assassinados, e confiante de que a justiça será reposta e a Reforma Agrária defendida, **apela a todos os jovens para que, das mais diversas formas manifestem os seus sentimentos de solidariedade com a juventude do Alentejo, repudiando este crime monstruoso, exigindo o fim da ofensiva violenta e criminosa contra a Reforma Agrária.**

Mas não foram apenas organizações políticas e sindicais, as que reagiram condenando o crime e exigindo justiça. Muitas organizações populares também o fizeram. Como por exemplo a Sociedade Filarmónica Incrível Almadense, cujos corpos gerentes aprovaram por unanimidade uma moção:

Em nome dos cinco mil sócios — diz o documento enviado ao Presidente da República, ao Primeiro-Ministro, ao Conselho da Revolução e ao Ministro da Administração Interna — juntamo-nos ao coro dos que exigem que se respeite a vida dos homens, dos trabalhadores — coração da Pátria que o 25 de Abril quis humana, pacífica, produtora, socialista.

Entretanto, muitas centenas de moções e telegramas continuam a ser recebidas em Évora, pela União dos Sindicatos e pelo Secretariado das UCP's e Cooperativas daquele distrito.

Trabalhadores das grandes empresas das Cinturas Industriais de Lisboa e de Setúbal, trabalhadores da Função Pública e de vários departamentos governamentais, juntaram as suas vozes às dos democratas de vários órgãos de poder local, de Norte a Sul do País — Câmaras Municipais, Assembleias Municipais e de Freguesia. Comissões de Moradores, Colectividades Recreativas e Desportivas, Comissões de Reformados e de Mulheres, Comissões de Trabalhadores, Cooperativas, enviam moções, abaixo-assinados, telegramas.

Também em muitos lados se sucederam as paralisações de protesto e de luto.

Pesar e luto, protesto e reclamação de justiça, solidariedade e confiança na vitória final da Reforma Agrária, foi o que disseram bem alto os trabalhadores e os democratas de Portugal na hora trágica em que as armas ao serviço da reacção levaram a morte aos campos do Alentejo.

CONFERÊNCIA NACIONAL DO PCP

Analisar o trabalho feito e preparar as próximas eleições

Delegados do Partido, vindos de todos os pontos de Portugal, de todos os sectores de actividade, homens, mulheres e jovens ligados intimamente aos problemas do país e sobretudo ao trabalho para resolvê-los, ligados às massas — aos trabalhadores que constroem o país de Abril, às populações que vivem um dia a dia onde são as dificuldades o que melhor se conhece —, delegados do Partido vão reunir-se, em 14 de Outubro, numa Conferência Nacional que definirá as grandes linhas de actuação do PCP com vista às eleições para a Assembleia da República e para as autarquias locais.

Estes dois actos eleitorais, separados no tempo por duas semanas apenas — a eleição dos deputados está marcada para 2 de Dezembro, enquanto que as eleições dos representantes autárquicos foram marcadas para o dia 16 do mesmo mês — são duas fases de uma mesma batalha, se se considerar que o mesmo objectivo é válido tanto para umas como para as outras — trata-se de consolidar a democracia e defender as suas conquistas. Para os comunistas e para os outros democratas, para o PCP e para o MDP/CDE e independentes, reunidos na APU que vai concorrer a ambos os actos eleitorais, trata-se de bater a direita e a reacção e de manter uma maioria democrática na Assembleia ao mesmo tempo que, para o PCP, se trata de aumentar significativamente o número dos seus deputados; nas eleições para as autarquias, trata-se também de derrotar a direita, conseguindo maior número de representantes da Aliança Povo Unido nos órgãos autárquicos, de conseguir a voz da APU em órgãos do poder local onde essa voz não era ouvida antes, de conseguir maioria APU que garanta a defesa dos interesses do povo por democratas consequentes, que cumprem os compromissos assumidos, que não fazem promessas demagógicas, que realizam obras concretas no diálogo constante com o povo que os mandatou, com a sua colaboração e o seu empenhamento.

Um largo debate

Além dos delegados eleitos nas organizações do Partido, mais de dois mil convidados participarão na Conferência Nacional do PCP. O tempo, muito curto para a vastidão dos problemas a tratar, vai permitir, no entanto, mercê de uma boa preparação anterior e de um estudo aprofundado das questões, um amplo debate.

A parte da manhã do dia 14, será preenchida com uma sessão que funciona das 9.30 às 13 horas, com um intervalo previsto para as 11. Nesta sessão o tema central será as eleições para a Assembleia da República.

A sessão da tarde, dedicada às eleições para as autarquias locais, funciona das 15 às 20 horas, com intervalos previstos para as 16.30 e 18.30.

A Conferência, que definirá as grandes linhas de actuação dos comunistas durante a campanha eleitoral, contará, além das certamente muitas intervenções sobre problemas específicos, com as intervenções dos camaradas Álvaro Cunhal, sobre o tema geral das eleições enquadradas no actual momento político, Carlos Birto, que falará sobre o papel dos deputados à Assembleia da República e o seu trabalho, e Carlos Costa, que abordará as questões relativas às autarquias.

Um repositório importante do trabalho efectuado

Preparar o futuro é também contar com o que do passado nos serve de lição. Assim, além de procurar definir a futura actuação dos eleitos comunistas, a Conferência deverá debruçar-se sobre o que até agora foi realizado. E não é pouco.

Com efeito, o trabalho dos eleitos comunistas, tanto dos deputados à Assembleia da República, como dos que, nas autarquias, foram a gerência democrática de muitas Câmaras ou a voz e a vigilância democráticas, constitui um repositório importante que é necessário analisar nas suas grandes linhas.

Tanto na actividade legislativa que nunca é de mais sublinhar, como na própria administração autárquica onde em muitas zonas do país foi realizado em três anos o qua faltou fazer em mais de quarenta e oito, os resultados obtidos são não apenas um estímulo para novos avanços, como a lição das dificuldades e do modo de as superar em íntima ligação com as populações e as suas formas de organização.

Do debate e das intervenções sairão, na Conferência Nacional do PCP de 14 de Outubro próximo, propostas fundamentais que o Partido Comunista Português vai defender nas campanhas eleitorais que se avizinham. Propostas que são por si o resultado e o espelho da vida democrática de um partido todo ele devotado à causa das aspirações mais profundas dos trabalhadores e do povo de Portugal, de um Partido intimamente ligado às massas e que, com elas, vive, no dia a dia das lutas, as dificuldades e as vitórias.

O camarada Enrico Berlinguer está no nosso país à frente de uma delegação do PCI

O camarada Enrico Berlinguer, secretário-geral do Partido Comunista Italiano, chegou a Lisboa a meio da tarde da passada terça-feira, chefiando uma delegação daquele partido irmão que se desloca ao nosso país a convite do Comité Central do PCP, para uma visita que durará até ao próximo domingo e que culminará com a realização de um comício, que terá lugar no próximo sábado à noite no Pavilhão dos Desportos, no decorrer do qual usarão da palavra os camaradas Enrico Berlinguer e Álvaro Cunhal.

À sua chegada ao aeroporto de Lisboa, a delegação do PCI era aguardada por uma delegação do PCP chefiada pelo camarada Álvaro Cunhal e que integrava ainda os camaradas Albano Nunes e Maria da Piedade Morgadinho, ambos do CC do nosso Partido.

A delegação do Partido Comunista Italiano que ora visita o nosso país é ainda composta pelos camaradas António Rubbi, membro do CC do PCI, responsável da Secção de Política Exterior e deputado ao parlamento italiano, Gaetano Di Marino, da Comissão Central de Controlo, responsável da Secção Agrária e senador, e António Tato, membro do CC e responsável do Gabinete de Imprensa.

As conversações entre as delegações dos dois partidos irmãos iniciaram-se na tarde de terça-feira, na sede do Comité Central do PCP, sendo a delegação do nosso Partido chefiada pelo camarada Álvaro Cunhal, integrando ainda os camaradas Carlos Brito, membro da Comissão Política do CC do PCP, Jaime Félix, membro suplente do Secretariado do CC, e Albano Nunes, membro do CC.

No decorrer do dia de ontem, o camarada Enrico Berlinguer e a delegação do PCI visitaram a Cooperativa «Boa Esperança», no Lavre (concelho de Montemor-o-Novo), realizando-se na tarde de hoje, no Centro de Trabalho Vitória, uma conferência de Imprensa.

As declarações à chegada

À sua chegada ao aeroporto de Lisboa, o camarada Enrico Berlinguer foi rodeado por um autêntico batalhão de representantes dos principais órgãos de comunicação social nacionais, tendo na altura respondido a diversas perguntas que lhe foram colocadas.

Acerca do objectivo da sua deslocação ao nosso país, o camarada Enrico Berlinguer declarou pautar-se esta pelo **desejo de conhecer a situação em Portugal** e, simultaneamente, de **reforçar os laços de amizade e de solidariedade que unem os comunistas italianos e os comunistas portugueses.**

Depois de ter salientado que as delegações do PCI e do PCP procederão a uma ampla troca de impressões sobre questões internacionais que interessam a ambos os partidos, o camarada Enrico Berlinguer especificou nomeadamente que seriam abordados os problemas relativos **à luta pela paz e pelo desarmamento e ao reforço do papel do movimento operário na Europa.**

Pretendendo um dos jornalistas presentes saber se a visita ao nosso país do camarada Enrico Berlinguer teria qualquer relação com a campanha pré-eleitoral do PCP, o secretário-geral do PCI esclareceu, depois de ter negado tal facto, que **a visita a Portugal de uma delegação dos comunistas italianos estava já prevista há muito tempo, e só não se efectivou anteriormente devido à dissolução do parlamento italiano e à realização de eleições gerais. Depois, a minha visita a Portugal foi programada para os finais do mês de Setembro, antes mesmo de se saber se nesta altura se estaria em vésperas de campanha eleitoral.**

A minha vinda a Portugal — salientou o camarada Enrico Berlinguer — **não representa qualquer espécie de ingerência nos assuntos internos portugueses.**

Respondendo a uma questão que lhe foi colocada e que pretendia colocar uma barreira entre o PCI e o PCP, na base do «eurocomunismo», o secretário-geral do Partido Comunista Italiano frisou claramente: **Sou contra esse modo de etiquetar e dividir os partidos. Houve e há diferenças entre os diversos partidos, mas essas diferenças não impedem a cooperação, a amizade e a solidariedade.**

Noutro passo das suas declarações, o camarada Enrico Berlinguer focou ainda a importância que o 25 de Abril teve na situação política mundial, nomeadamente com a libertação e a independência dos povos das antigas colónias portuguesas e destacou a propósito o papel importante desempenhado por Portugal e pelas suas forças progressistas na relação com os movimentos de libertação nacional.

Na sede do PCP, em Lisboa, a delegação do PCI, chefiada pelo camarada Enrico Berlinguer, secretário-geral do Partido, realiza a primeira reunião com a delegação do PCP chefiada pelo camarada Álvaro Cunhal

A luta popular pela manutenção da Linha do Sabor

Milhares de habitantes dos concelhos de Moncorvo, Freixo de Espada à Cinta, Mogadouro e Miranda do Douro estiveram em luta durante vários dias em defesa da linha do Sabor, ameaçada de extinção pelo Conselho de Gerência da CP, que pretendia entregar os transportes da região a duas empresas de camionagem privadas, com incalculáveis prejuízos para os utentes da linha, a lavoura e o comércio daquelas localidades.

Foi esta a segunda tentativa realizada pelo Conselho de Gerência da CP para a extinção daquela ferrovia; a primeira teve lugar em Julho último e gorou-se também graças à iniciativa e oposição das populações, sendo de salientar então uma concentração popular realizada frente ao edifício da Câmara Municipal de Moncorvo.

Desta vez as populações imobilizaram uma automotora numa das estações da linha, retiveram seis autocarros em várias localidades e concentraram-se nas barragens e centrais eléctricas da Bemposta, do Picote e de Miranda do Douro até que as suas reivindicações fossem satisfeitas.

Naturalmente que a mais importante de entre elas é a de que a linha do Sabor não seja extinta; porém, as populações reclamam ainda que as obsoletas e perigosas máquinas a vapor sejam substituídas por máquinas a «diesel».

Ao mesmo tempo que protestavam contra a decisão do Conselho de Gerência da CP, as populações não deixaram de desmontar o falso argumento invocado por aquela entidade para extinguir a linha do Sabor. Com efeito, estudos feitos pela própria CP comprovam que a linha do Sabor é economicamente rentável, desde que as locomotivas a vapor fossem substituídas por locomotivas a gasóleo.

E, conforme se acentua num comunicado distribuído pela Comissão Distrital de Bragança do PCP, **mesmo que não houvesse possibilidade de tornar a linha rentável, era de acabar com ela? Então os interesses do povo não contam?**

Aquele Organismo do PCP, depois de desmontar um a um os argumentos invocados para a extinção da linha, salientava que **o que está por detrás disto tudo não é o prejuízo que a linha dá, mas a entrega da região às empresas de camionagem «Cabanelas» e «Santos».**

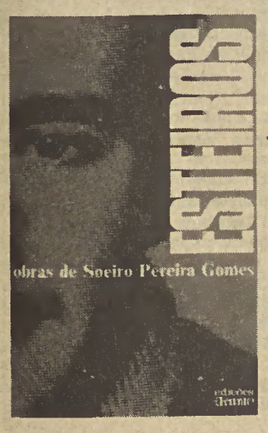
Entretanto, o enorme clamor e a gigantesca movimentação popular, sem paralelo na região, obrigaram muita gente a mudar de posição, apresentando-se de repente como «grandes defensores do povo». **Talvez porque as eleições estão à porta,** comenta a propósito a Comissão Distrital de Bragança do PCP.

O que é certo é que o processo para a extinção da linha do Sabor começou há uns tempos com reuniões em que participaram o dr. manuel Moura, do Conselho de Gerência da CP, e os presidentes das Câmaras de Miranda do Douro (eleito pelo CDS e célebre por ter mandado destruir a Casa do Povo do Cércio), de Moncorvo (eleito pelo PS e hoje simpatizante do MIRN) e de Freixo de Espada a Cinta (eleito pelo PPD).

Todos estes senhores — relembra o documento do PCP — **sem ouvir as populações, nem as assembleias municipais, nem as juntas de freguesia, se puseram de acordo para acabar rapidamente com a linha do Sabor.**

O Comunicado da Comissão Distrital de Bragança do PCP sublinha ainda os prejuízos que tal medida acarretaria: **Seriam maiores as dificuldades para o escoamento dos produtos agrícolas da região; chegariam mais caros os produtos que a lavoura e o comércio da região precisam; agravar-se-iam muito as dificuldades de transporte das pessoas. Por exemplo, seriam maiores os problemas de escoamento do vinho do planalto mirandês; o preço das sacas de adubo subiria cerca de 50 escudos.**

edições Avante!



ESTEIROS

Para os filhos dos homens que nunca foram meninos escrevi este livro

Soeiro Pereira Gomes

Cabe ao Governo repor a legalidade na Corame

O termo da luta na Corame continua a depender de uma tomada de posição firme da parte do Governo através do Ministério da Indústria. Segundo informações obtidas junto da Comissão de Trabalhadores, na madrugada de ontem, a situação não se alterou substancialmente depois da última quinta-feira, dia 27, quando a GNR fez dois feridos na «Corame», ajudando mercenários e o filho do ex-patrão a assaltar a empresa. Uma delegação da CT, acompanhada por representantes da União dos Sindicatos de Lisboa (USL) e do Sindicato dos Metalúrgicos, era, entretanto, recebida no Ministério do Trabalho por um adjunto do titular daquela pasta. Anteontem, membros da CT tiveram uma audiência com o secretário de Estado da Indústria.

As justas posições dos trabalhadores continuam a ser defendidas por todos os meios legais ao alcance dos seus órgãos representativos. A reunião com o adjunto do ministro do Trabalho, na última segunda-feira, foi considerada «positiva» por um elemento da CT com quem contactámos. Solicitada, entretanto, pela CT, a entrevista com o ministro da Indústria ainda não se realizou. Faz-se sentir para este Ministério a necessidade de uma intervenção sindical ao mais alto nível para que os casos da «Corame» e de outras desintervenções do governo Mota Pinto sejam novamente discutidas para se encontrar uma solução constitucional que tenha em conta as justas posições dos trabalhadores no interesse da empresa e do País.

Anticomunismo e ameaças

Ouvido na última sexta-feira pelo canal 1 da Rádio Nacional (RDP), no noticiário das 13 horas, um «representante» do patronato da «Corame» tentava, entretanto, vender aos ouvintes desprevenidos o prato requentado do anticomunismo na mira falhada de justificar a violência da GNR e dos mercenários contratados pelo patronato. Com o objectivo de intimidar os trabalhadores, esse «representante» alargava-se em ameaças. Falava claramente de «entrar a mal» na empresa, certamente com os seus homens de mão, já que a GNR não voltou a apoiar qualquer nova arremetida dos ex-patrões.

A tentativa de intimidação não surtiu efeito. Reunidos em plenário na última sexta-feira, os trabalhadores decidiram manter a greve, exigindo a anulação do despacho Mota Pinto/PPD/CDS e a nova discussão do processo de desintervenção da empresa.

Num comunicado distribuído nesse dia, os trabalhadores «exigem que seja feito um inquérito para apuramento das responsabilidades e a punição dos responsáveis» pelos acontecimentos de quinta-feira passada que acabaram com dois trabalhadores feridos e com a detenção de um operário e de um mercenário, este libertado pouco depois, enquanto o trabalhador ainda continuava preso na terça-feira à noite.

Depois da última quinta-feira os representantes do patronato, com ou sem lacaios e mercenários, não voltaram a entrar na empresa. Com «serenidade e determinação», como entretanto afirmaram, a esmagadora maioria dos cerca de 300 trabalhadores da empresa mantém-se em greve ao mesmo tempo que os seus órgãos representativos e os Sindicatos não poupam esforços para solucionar a questão e evitar qualquer nova arremetida violenta da parte do ex-patrão e dos seus marginais armados.

A tentativa patronal de utilização de um reduzido número de trabalhadores da empresa para com eles pressionar o Governo no sentido de ordenar a intervenção violenta na «Corame» não surtiu até agora qualquer efeito. A «liberdade» desses trabalhadores, transformados em lacaios do patronato, é a «liberdade» de traírem os seus companheiros de trabalho, «a liberdade» de acreditarem em promessas infundadas, que se destinam a comprometer sem remédio os seus postos de trabalho e os de centenas de trabalhadores.

Sem prejudicar a empresa e a sua viabilidade imediata é perfeitamente possível, se for anulado o despacho ilegal de 27 de Julho findo e se o Governo intervier decididamente a fim de repor a legalidade constitucional, ouvindo os trabalhadores e reabrindo um processo sumariamente despachado por um governo demitido, a favor do ex-patrão.

comício amizade

ENRICO BERLINGUER
ÁLVARO CUNHAL

6 OUT. 21.30 H./PAV. DESPORTOS

P.C.I.

PCP

POVO UNIDO

OS CANDIDATOS DA V

AVEIRO

Efectivos

Vital Moreira, 34 anos, natural do concelho de Anadia, investigador da Faculdade de Direito de Coimbra, deputado pelo PCP na Assembleia Constituinte e na anterior Assembleia da República, vice-presidente do Grupo Parlamentar do PCP.

Joaquim Almeida da Silva, 30 anos, operário metalúrgico, militante do PCP, membro da Comissão Executiva do Secretariado da União dos Sindicatos de Aveiro.

Carlos Alberto da Silva Jerónimo, 45 anos, empregado de escritório, dirigente do Sindicato da Marinha Mercante, Aeronavegação e Pescas, presidente da Direcção do Clube «Galitos» de Aveiro, membro da Comissão Nacional do MDP/CDE.

Manuel dos Santos e Matos, 41 anos, professor do magistério primário, activista sindical, membro da Comissão Concelhia de Aveiro do PCP.

Manuel Strecht Monteiro, 38 anos, médico, independente, presidente da Assembleia Geral da UNICEP.

Jaime Santos Alves Canas, 31 anos, operário metalúrgico, do PCP, dirigente do Sindicato dos Metalúrgicos de Aveiro.

Maria Manuela Antunes da Silva Vaz Serra Lima, 31 anos, professora do ensino preparatório, membro da Assembleia Municipal da Feira, membro da Comissão Concelhia da Feira do PCP.

Flávio Laranjeiro, médico, residente em Oliveira de Azeméis, do PCP.

Jaime Manuel Ribeiro Machado, 32 anos, médico veterinário, do PCP.

Manuel António Gomes Vinagre, 32 anos, agricultor-rendeiro, natural do concelho de Arouca, membro da comissão local de Arouca do PCP.

António José Nunes Teixeira Lopes, 34 anos, professor de educação física, membro da Comissão Concelhia de Espinho do PCP.

António Augusto Silva, 46 anos, operário metalúrgico, do PCP, dirigente do Sindicato dos Metalúrgicos de Aveiro, membro da Comissão Executiva do Secretariado da Federação dos Sindicatos Metalúrgicos.

Augusto Joaquim da Vinha, 66 anos, ferroviário reformado, do PCP, dirigente do MURPI.

João Eduardo Gonçalves Gouveia, 22 anos, professor primário, activista sociocultural, membro do Secretariado distrital unificado da UEC-UJC.

Fernando Peixinho Pires Fernandes, 58 anos, médico, independente, presidente da Direcção do Centro Social da Oiã, Oliveira do Bairro.

Suplentes

Abel Godinho, médico em Ovar, membro da Comissão Nacional do MDP/CDE.

Luís Bernardino Marques, 71 anos, comerciante na Mealhada, membro da organização concelhia da Mealhada.

Maria dos Anjos Barcelo Morais, 38 anos, operária cerâmica, membro da organização concelhia de Aveiro.

Albino da Silva, 56 anos, pequeno industrial, membro da Comissão Concelhia de Anadia do PCP.

Valdemar da Silva Costa, 42 anos, operário sapateiro, delegado sindical, membro da Comissão Concelhia de S. João da Madeira do PCP.

BEJA

Efectivos

Dinis Miranda, 52 anos, operário agrícola, membro da Comissão Política do Comité Central e da Direcção da Organização Regional do Alentejo (DORA) do PCP, presidente da Assembleia Municipal do Redondo.

Francisco Miguel, 72 anos, manufactor de calçado, natural de Baleizão, concelho de Beja, membro do Comité Central do PCP.

José Carreira Marques, 33 anos, técnico de contas, deputado à Assembleia Constituinte e anterior Assembleia da República, membro da Comissão Concelhia de Beja.

Mariana Grou Lanita, 21 anos, operária agrícola da UCP «Esquerda Vencerá», de Pias, membro da Comissão de Freguesia de Pias e da Comissão Unitária de Mulheres (CUM) do concelho de Serpa.

Jorge Rudolfo Guedes Cabral de Campos, 31 anos, médico no hospital distrital de Beja e membro da Comissão Concelhia de Beja do PCP.

Suplentes

Bernardina Lúcia Sebastião, 26 anos, doméstica, natural de Aljustrel, membro da Comissão Executiva da Comissão Central da UJC.

Fernando Sousa Caeiros, professor, de 26 anos, actual presidente da Câmara Municipal de Castro Verde, do MDP.

José Duarte Sales, 26 anos, arquitecto no GAT de Castro Verde, donde é natural, vereador da Câmara Municipal de Cuba e membro da Comissão Concelhia de Cuba do PCP.

Carlos Alberto Pereira de Sousa, 36 anos, médico do hospital distrital de Beja, membro do secretariado da célula do PCP do hospital distrital.

Aníbal Mendes Simão, 45 anos, gerente comercial, natural de Santa Clara, Odemira, membro da Comissão Concelhia de Odemira do PCP, membro da Assembleia de Freguesia de Santa Clara.

BRAGA

Efectivos

Victor de Sá, 57 anos, professor do ensino universitário, PCP.

António Lopes, 32 anos, professor de educação física, membro efectivo do Comité Central do PCP e da Direcção Regional do Minho do PCP.

José Manuel Antunes Mendes, 31 anos, escritor e professor do ensino secundário, membro da Assembleia Municipal de Braga, membro do organismo de professores do distrito de Braga do PCP.

Óscar Pires Jordão, 41 anos, advogado, vereador da Câmara Municipal de Guimarães, do PCP.

Artur Augusto Sá da Costa, 32 anos, funcionário público, membro da Assembleia Municipal de Famalicão, do MDP/CDE.

Alfredo Cardoso da Conceição, 30 anos, apontador electricista, representante das associações sindicais na direcção da Caixa de Previdência do Distrito de Braga, membro da Assembleia Municipal de Barcelos, membro da organização interconcelhos do distrito de Braga do PCP.

João Manuel Oliveira Ribeiro, 45 anos, operário textil, ex-membro da direcção da Federação dos Sindicatos Têxteis, do PCP.

Manuel Bento da Rocha Peixoto, 45 anos, médico, natural de Braga, membro do organismo de saúde do distrito de Braga do PCP.

Maria Luísa Fernandes Caeiro, 37 anos, professora efectiva do ensino secundário e presidente do conselho directivo do Liceu Sá de Miranda, de Braga, membro do organismo de professores do PCP.

Júlio Machado Ribeiro Guimarães, 41 anos, professor do ensino secundário, MDP/CDE.

José da Costa Oliveira, 33 anos, de Guimarães, operário da construção civil, dirigente do Sindicato da Construção Civil, do PCP.

Albino Teixeira, 45 anos, agricultor, membro da Comissão Concelhia de Fafe do PCP.

Manuel Martins da Costa, advogado, membro da Assembleia Municipal de Vila Verde, independente.

Manuel Meira Gonçalves Pereira, 34 anos, engenheiro civil, presidente da Assembleia Municipal de Esposende, do PCP.

José Afonso Lestra Gonçalves, 42 anos, advogado, de Braga, membro do organismo interconcelhos do distrito de Braga do PCP.

Suplentes

Joaquim Santos Simões, 56 anos, professor, membro da Assembleia Municipal de Guimarães.

Maria da Graça Figueiredo Branco, 38 anos, professora efectiva do ensino secundário, membro do organismo de professores do distrito de Braga do PCP.

António Abreu Antunes, 34 anos, funcionário da Câmara Municipal de Guimarães, do PCP.

Joaquim Bonifácio da Cunha Oliveira Leite («Vicente»), 28 anos, operário textil, residente em Guimarães, dirigente do Sindicato Têxtil do Porto.

Manuel Fernandes da Silva («Bandeira»), 29 anos, fiel de armazém, membro da Comissão Concelhia de Braga do PCP.

BRAGANÇA

Efectivos

António Modesto Navarro, 37 anos, escritor, membro da Assembleia Municipal de Vila Flor do PCP.

Eurico Miranda Braga, 54 anos, engenheiro agrónomo, MDP/CDE.

Albino de Araújo Mendo, 60 anos, arquitecto, eleito vereador da Câmara Municipal de Mirandela, independente.

Fernando Ferreira Cunha, 70 anos, empregado bancário, membro da Assembleia Municipal de Macedo de Cavaleiros, membro da Comissão Concelhia de Macedo de Cavaleiros do PCP.

Suplentes

Augusto Nercio, 50 anos, comerciante, membro da Assembleia Municipal de Vinhais, independente.

Carlos Araújo, 31 anos, estudante-trabalhador, membro da Assembleia Municipal de Alfândega da Fé, do PCP.

Edgard Gata, 24 anos, professor do ensino particular, membro da Comissão Concelhia de Freixo de Espada à Cinta do PCP e do Conselho Municipal de Freixo de Espada à Cinta.

CASTELO BRANCO

Efectivos

João Prata Martins da Cruz, 26 anos, assistente no Instituto Universitário da Beira Interior, membro da Comissão Distrital de Castelo Branco do PCP e membro do Executivo Distrital do Sindicato dos Professores da Zona Centro.

Carlos Alberto de Sousa Vale, 44 anos, comerciante, membro da Comissão Distrital de Castelo Branco do PCP.

Luís Pereira Garra, 22 anos, operário têxtil, membro do organismo para o trabalho sindical, membro da Direcção do Sindicato dos Lanifícios.

António Gascão Nunes, 39 anos, advogado, membro da Comissão Nacional do MDP/CDE.

Maria Helena d'Ascenção Tourais, 50 anos, operária reformada, membro da Comissão de Freguesia de Tortosendo do PCP, activista da Associação de Reformados de Tortosendo.

António dos Santos Lopes, 29 anos, operário mineiro, membro da Comissão Concelhia da Covilhã do PCP, delegado sindical nas Minas da Panasqueira.

Suplentes

Maria Manuela Martins Dinis de Carvalho, 48 anos, farmacêutica em Belmonte e professora no Seminário Católico do Tortosendo, do MDP/CDE.

Manuel Ribeiro Nogueira Pires, 56 anos, médico veterinário, independente, vereador pela APU na Câmara Municipal de Vila Velha de Rodão.

Francisco José Antunes da Costa, 31 anos, professor do ensino secundário, membro da Comissão Concelhia de Castelo Branco do PCP, membro do Executivo Distrital do Sindicato dos Professores da Zona Centro.

Carlos José Martins Filipe, 34 anos, engenheiro técnico agrário, independente.

José Esteves Pires Figueira, 59 anos, agricultor, membro do organismo do PCP para o trabalho camponês, presidente da Assembleia Geral da Cooperativa Agro-Zêzere.

COIMBRA

Efectivos

Jorge Leite, 40 anos, assistente da Faculdade de Direito de Coimbra, membro do Secretariado do Grupo Parlamentar do PCP na anterior Assembleia da República e membro da Assembleia Municipal de Coimbra.

José Artur de Sousa, 31 anos, natural de Coimbra, operário electricista na Figueira da Foz, dirigente do Sindicato dos Operários Vidreiros e membro do Secretariado da União Local dos Sindicatos da Figueira da Foz, membro da Comissão Concelhia da Figueira da Foz do PCP.

Avelãs Nunes, 39 anos, investigador da Faculdade de Direito de Coimbra, membro da Presidência do Conselho Português para a Paz e Cooperação, membro eleito da Assembleia de Representantes da Faculdade de Direito de Coimbra, independente.

Álvaro Rosa Dias de Carvalho, 38 anos, advogado, do MDP/CDE.

Manuel Lousã Henriques, 46 anos, médico, assistente da Faculdade de Medicina de Coimbra, membro da organização de saúde da Comissão Concelhia de Coimbra do PCP.

Maria Celeste Macedo Varela Cavadas, 47 anos, professora primária, membro da Comissão Concelhia de Cantanhede do PCP.

José Jorge Ferreira, 36 anos, torneiro-mecânico, membro do organismo sindical do PCP, membro dos corpos gerentes do Sindicato dos Metalúrgicos do Distrito de Coimbra, membro do Secretariado da União dos Sindicatos de Coimbra, membro do Conselho Municipal de Coimbra.

António Resende dos Santos Carrilho, 32 anos, agricultor, Figueira da Foz, independente.

Deolindo Leal Pessoa, 31 anos, médico em Montemor, membro da célula dos médicos do hospital dos Covões e da Comissão Concelhia de Montemor do PCP.

Sérvio de Gouveia Maia Xavier, 68 anos, notário em Sor, membro da Organização do PCP no concelho de Sor.

Aurélio Augusto dos Santos, 50 anos, pequeno comerciante, membro do organismo dos Pequenos e Médios Comerciantes do concelho de Coimbra, membro da Assembleia Municipal de Coimbra.

Rui Carlos Tomás Soares, 33 anos, funcionário da Repartição de Finanças da Lousã, candidato independente.

Suplentes

Maria Teresa Marques Tudela de Azevedo, 30 anos, médica, candidata pelo MDP/CDE.

Carlos Alberto Sousa Férreira, 29 anos, operário electricista, membro da célula da EDP do PCP em Coimbra.

José Alberto Monteiro da Silva Gabriel, 32 anos, estudante da Faculdade de Letras de Coimbra, membro da Comissão Central da UEC e da Direcção Central do Ensino Superior.

Ivone Maria Pessoa Teles de Morais Ferreira, 40 anos, técnica do Serviço, membro da organização dos paramédicos de Coimbra.

José Fialho de Almeida, 31 anos, funcionário da Câmara Municipal de Arganil, membro da organização do PCP de Arganil, membro da Direcção Regional de FTAL, membro do Concelho Municipal de Arganil.

ÉVORA

Efectivos

António Gervásio, 52 anos, operário agrícola, natural de Montemor-o-Novo, membro da Comissão Política do Comité Central do PCP.

José Ernesto Ildefonso Leão de Oliveira, 27 anos, médico, membro da Comisão Concelhia de Évora do PCP.

Josefina Maria Andrade, 36 anos, operária agrícola, delegada sindical, membro da Comissão de Freguesia de Pavia (Mora) do PCP.

Custódio Gingão, 36 anos, operário agrícola, membro da Comissão Concelhia de Montemor-o-Novo, do PCP e deputado na anterior Assembleia da República.

Francisco Jesus Patacão Carvalho, 32 anos, operário de mármores, membro da Comissão Concelhia de Vila Viçosa do PCP.

Suplentes

Acácio Monteiro Alferes, 40 anos, engenheiro, membro da Comissão Nacional do MDP/CDE de Évora.

Joaquim Rosa Ferreira, 54 anos, empregado de seguros, membro da Comissão Concelhia de Évora do PCP.

Manuel António Vicente, 49 anos, operário agrícola, presidente do Sindicato dos Trabalhadores Agrícolas de Évora e membro da Assembleia Municipal de Montemor-o-Novo.

Paulo Lencastre, 64 anos, médico, de Estremoz, do PCP.

Dionísio Aires Moleiro, 46 anos, industrial, independente, de Évora.

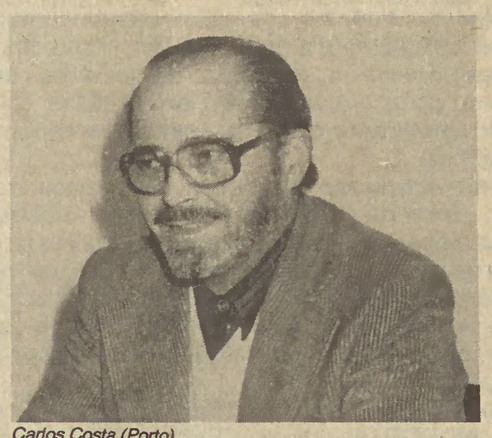
FARO

Efectivos

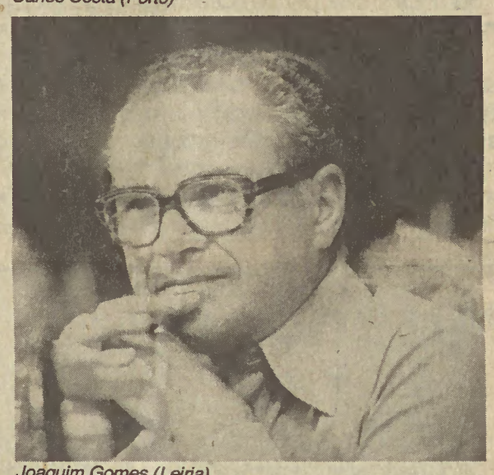
José Vitoriano, 61 anos, operário corticeiro, natural de Silves, membro da Comissão Política do Comité Central do PCP.

Luís Catarino, 52 anos, advogado, vice-presidente e membro do secretariado nacional do MDP/CDE, ex-deputado à Assembleia Constituinte, membro da mesa da Assembleia Municipal de Portimão.

Margarida Tengarrinha, 51 anos, professora do ensino secundário, membro do Comité Central do PCP, natural de Portimão.



Carlos Costa (Porto)



Joaquim Gomes (Leiria)

Octávio Pato (Lisboa)

José Estevão Correia da Cruz, 28 anos, bancário, chefe de redacção do «Jornal do Algarve», membro do organismo distrital do PCP para o trabalho nas autarquias, de Vila Real de Sto. António.

Manuel José Coelho Guerreiro, 40 anos, operário da construção civil, presidente do Sindicato da Construção Civil do Distrito de Faro, membro da Assembleia Municipal de Lagoa, do PCP.

José Paulo Velho Geraldo Albuquerque Veloso, 49 anos, arquitecto, natural de Lagoa e membro do organismo distrital do PCP para o trabalho nas autarquias.

Manuel José Ramires Fernandes, 36 anos, advogado, membro da Comissão Nacional do MDP/CDE.

José da Silva Guerreiro, 45 anos, porteiro do Hotel Eva, em Faro, presidente do Conselho Fiscal do Sindicato da Hotelaria do Distrito de Faro.

José Manuel Cruz Sotero, 29 anos, natural de Tavira, engenheiro técnico agrário e agricultor, do PCP.

Suplentes

José Silvestre Roque, 62 anos, engenheiro, membro do executivo da Comissão Concelhia de Albufeira do PCP, vereador a tempo inteiro da Câmara Municipal de Albufeira.

Manuel de Sousa Lima, independente, 37 anos, industrial de carros de aluguer, membro da Assembleia Municipal de Loulé e membro da Comissão de Moradores de Alte.

Maria Luísa Vargas, professora em Vila Real de Santo António do MDP/CDE.

Abílio Lopes Moreira, 52 anos, pescador, membro da Comissão Concelhia de Portimão do PCP, membro da direcção do Sindicato dos Pescadores do Distrito de Faro.

José Inácio Calapez da Costa, 58 anos, comerciante, do Partido, membro da Direcção do Sporting Clube Farense e da Comissão Distrital de Árbitros.

GUARDA

Efectivos

Mário Canotilho, 57 anos, advogado, candidato à Assembleia Constituinte, membro da Assembleia Municipal de Pinhel, membro da Comissão Local de Pinhel do PCP.

Joaquim Alfredo Mareco Espada de Sousa, 42 anos, economista, membro da Assembleia Municipal da Guarda, membro da Comissão Nacional do MDP/CDE.

Carlos Manuel Correia Lopes, 34 anos, operário têxtil, presidente do Sindicato dos Lanifícios dos Distritos da Guarda e Viseu, membro da Comissão Concelhia de Gouveia do PCP.

Luís Alberto Godinho Amoreira, 45 anos, assistente do Instituto Universitário da Beira Interior – Covilhã, membro da Assembleia Municipal da Guarda, membro da Comissão Local da Guarda do PCP.

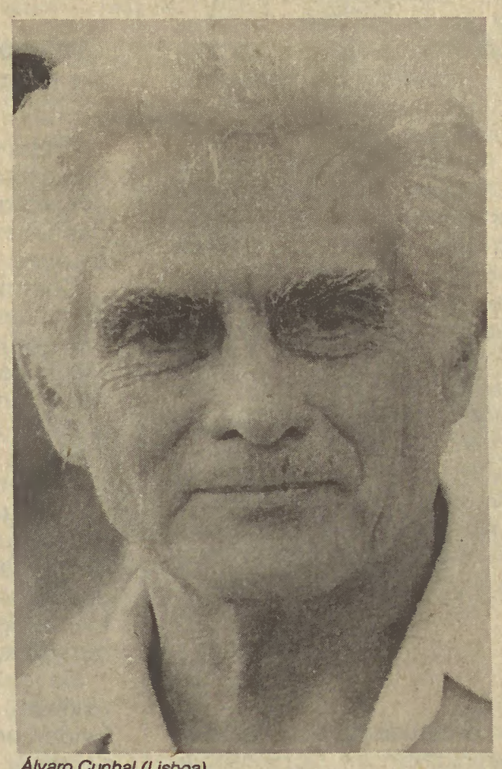
José Manuel da Silva Martins, 26 anos, operário têxtil, membro da direcção do Sindicato dos Lanifícios dos Distritos da Guarda e Viseu, membro da Comissão Local de Seia do PCP.

Suplentes

Manuel Nabais Guerra, 55 anos, agricultor, foi presidente da Junta do Casteleiro depois do 25 de Abril, membro da comissão instaladora da União dos Agricultores do Sabugal, membro da Comissão Local do Casteleiro do PCP.

Maria Manuela Jesus Matos, 37 anos, professora primária, membro da Comissão Concelhia de Gouveia do PCP.

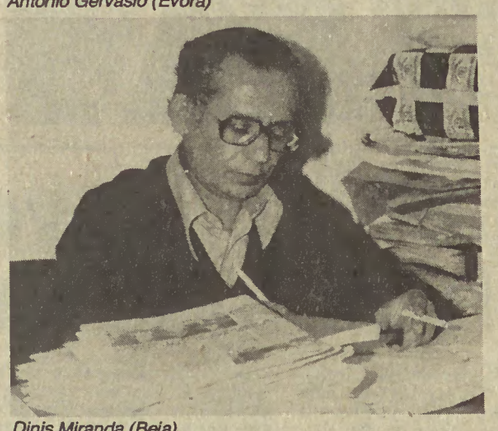
Humberto da Mota Veiga, 46 anos, empregado de escritório, da Comissão Nacional da EDP, membro do MDP/CDE.



Álvaro Cunhal (Lisboa)

Dias Lourenço (Santarém)

António Gervásio (Évora)



Dinis Miranda (Beja)

António José Fonseca Vieira, 35 anos, empregado de escritório, membro da União dos Sindicatos da Guarda e membro da Comissão Concelhia da Guarda do PCP.

Eduardo Simão Marques, comerciante, 52 anos, foi presidente da Câmara Municipal de Celorico da Beira depois do 25 de Abril, membro da Assembleia Municipal de Celorico, membro da Comissão Concelhia de Celorico da Beira do PCP.

LEIRIA

Efectivos

Joaquim Gomes, 62 anos, operário vidreiro, natural da Marinha Grande, membro da Comissão Política do Comité Central do PCP e deputado do PCP na anterior Assembleia da Repblica.

Osvaldo Castro, 33 anos, professor, membro suplente do Comité Central do PCP e da Direcção da Organização Regional de Leiria.

José António Bombas Amador, 27 anos, pescador, dirigente do Sindicato dos Pescadores do Distrito de Leiria.

Custódio Maldonado Freitas, 62 anos, médico, membro da Comissão Nacional do MDP/CDE, de Caldas da Rainha.

Edgar Manuel Marques Carvalho, 39 anos, funcionário público, membro da Comissão Concelhia de Leiria do PCP, dirigente de colectividades em Leiria.

José Carlos Nogueira, 43 anos, professor, independente, de Porto de Mós.

Maria Virgínia Timóteo de Marques Varela, 32 anos, empregada, de Alcobaça.

José Célio Mil-Homens Filipe, 51 anos, ajudante de farmácia, vereador da APU na Câmara Municipal da Bombarral.

Manuel Baridó, 66 anos, operário vidreiro reformado, membro do Executivo Nacional do MURPI e Presidente da Comissão Administrativa da Casa do Povo da Marinha Grande.

Francisco Leal Ferreira, 43 anos, camponês, sócio fundador e membro da União de Agricultores de Peniche, proposto

Maria de Lurdes da Silva Lontro, 22 anos, operária cerâmica, membro da Direcção do Sindicato de Cerâmica do Distrito de Leiria.

Suplentes

Adelino Fernando Pinho Araújo, 41 anos, empregado bancário, vice-presidente dos Bombeiros de Pombal, activista e dirigente desportivo.

Armando Pedrosa Filipe Ferreira, 38 anos, operário metalúrgico, dirigente do Sindicato dos Metalúrgicos do Distrito de Leiria, membro da Comissão de Trabalhadores da empresa Tomé Feteira, Vieira de Leiria.

Rui Carreira Vinagre, 37 anos, médico-veterinário, Nazaré.

Artur Lopes Henrique, 42 anos, operário cerâmico, dirigente do Sindicato de Cerâmica do Distrito de Leiria, de Caldas da Rainha.

Amaro Rodrigues Luís, 30 anos, comerciante, Castanheira de Pera.

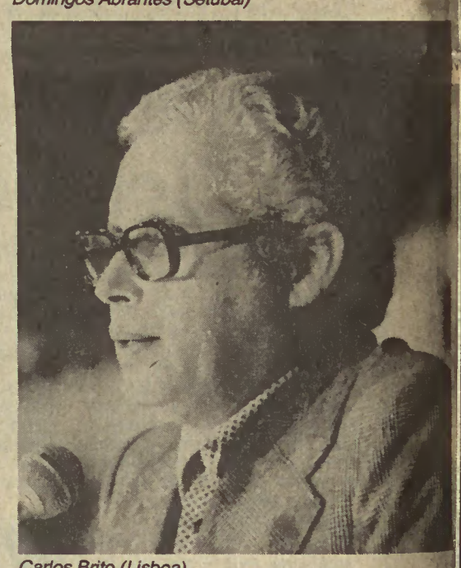
LISBOA

Efectivos

Álvaro Cunhal, 56 anos, licenciado em Direito, secretário-geral do PCP.

Octávio Pato, 54 anos, empregado de balcão, membro da Comissão Política e do Secretariado do CC do PCP.

Domingos Abrantes (Setúbal)



Carlos Brito (Lisboa)

Carlos Brito, 46 anos, empregado de escritório, membro da Comissão Política do CC do PCP e actual presidente do Grupo Parlamentar do PCP.

José Tengarrinha, 47 anos, professor universitário, presidente do MDP/CDE.

Carlos Aboim Inglês, 49 anos, empregado, membro do CC do PCP e da Direcção da Organização Regional de Lisboa.

Álvaro Veiga Oliveira, 50 anos, engenheiro civil, membro do CC do PCP e vice-presidente do Grupo Parlamentar do PCP.

Jerónimo de Sousa, 32 anos, operário metalúrgico (MEC), membro do CC do PCP e do Secretariado da CIL.

Maria Alda Nogueira, 56 anos, licenciada em Física-Química, membro do CC do PCP e vice-presidente do Grupo Parlamentar do PCP.

Carlos Carvalhas, 37 anos, economista, do CC do PCP e deputado.

Zita Seabra, 30 anos, funcionária do PCP, do CC do PCP e da Direcção da Organização Regional de Lisboa.

António Pedrosa, 38 anos, operário (Cometna), da célula da Cometna do PCP e vereador da Câmara Municipal de Oeiras.

Helder Pinheiro, 39 anos, operário, do PCP e dirigente do Sindicato dos Químicos e da Federação dos Químicos.

Rosa Brandão, 24 anos, estudante, da Comissão Central da UEC e da direcção da Associação de Estudantes da Faculdade de Direito de Lisboa.

Jorge Lemos, 28 anos, professor, da Organização dos Professores de Lisboa do PCP e actual deputado.

João Amaral, 35 anos, trabalhador da Função Pública, jurista do Gabinete de Apoio do Grupo Parlamentar do PCP.

José António Veríssimo, 37 anos, empregado de escritório, membro da Comissão Concelhia de Vila Franca de Xira do PCP e presidente da Câmara de V.F. de Xira.

Octávio Teixeira, 35 anos, economista, do PCP.

Alexandre Teixeira, 27 anos, operário da célula da Sorefame e da Comissão Concelhia da Amadora do PCP.

Adalberto Ribeiro, 37 anos, trabalhador da Função Pública, da Organização da Função Pública de Lisboa do PCP e presidente do Sindicato dos Trabalhadores da Função Pública.

Herberto Goulart, 45 anos, economista, Vice-Presidente da Comissão Nacional do MDP/CDE.

Manuel Nobre Gusmão, 33 anos, professor universitário, membro do CC do PCP e do Sector Intelectual do PCP.

Maria Odete Costa, 29 anos, operária metalúrgica, do PCP e dirigente do Sindicato dos Metalúrgicos.

António Galhordas, 45 anos, médico, vice-presidente da Comissão Nacional do MDP/CDE.

José Casimiro, 27 anos, pequeno agricultor, da Comissão Concelhia de Alenquer do PCP.

Marília Villaverde Cabral, 37 anos, empregada de escritório, do CC do PCP e da Direcção da Organização Regional de Lisboa.

Amadeu Rodrigues, 65 anos, operário reformado, da Organização de Alcântara do PCP e dirigente do MURPI.

...TÓRIA DEMOCRÁTICA

POVO UNIDO

...der **Moura,** 47 anos, prospector de vendas, da ...nização de Sintra do PCP e segundo-comandante dos ...beiros de Agualva-Cacém.

...**Rosa Rabiais,** 27 anos, empregada bancária, do ... do PCP e da Direcção da Organização Regional de ...boa.

...**ur Rodrigues,** 36 anos, empregado de comércio, da ...nização dos Trabalhadores do Comércio de Lisboa do ...

...**riano Fonseca,** 52 anos, operário, da célula da ...CAT e da Comissão Concelhia da Amadora do PCP.

...**rnando Lopes Graça,** 72 anos, músico e escritor, do ... e director-artístico da Academia de Amadores de ...ica de Lisboa.

...**é Gomes Ferreira,** 79 anos, escritor, independente, ...posto pelo PCP.

...**ando Leitão,** 47 anos, médico, da Direcção da ...nização de Saúde da Organização Regional de Lisboa ...PCP.

...**tónio Fortunato Saraiva,** 26 anos, empregado de ...mércio, da União da Juventude Comunista em Torres ...dras.

...**sé Saramago,** 56 anos, escritor, da Direcção de Artes ...as da Organização Regional de Lisboa do PCP.

...**atriz Nunes,** 33 anos, empregada bancária, da ...ecção da Organização dos Bancários de Lisboa do PCP.

...**sco Hugo Fernandes,** 48 anos, engenheiro ...nomo, do Secretariado Nacional do MDP/CDE.

...**tónio Marques Ribeiro,** 34 anos, empregado de ...itório da Comissão Concelhia de Loures do PCP e da ...issão de Trabalhadores da Corame.

...**riqueta Maia,** 33 anos actriz, da célula do Teatro do ...

...**or Silva,** 34 anos, empregado, da Comissão Concelhia ...Cascais do PCP e vereador da Câmara Municipal de ...cais.

...**ria Joaquina Silvério,** 40 anos, engenheira química, ...Organização de Lisboa do PCP.

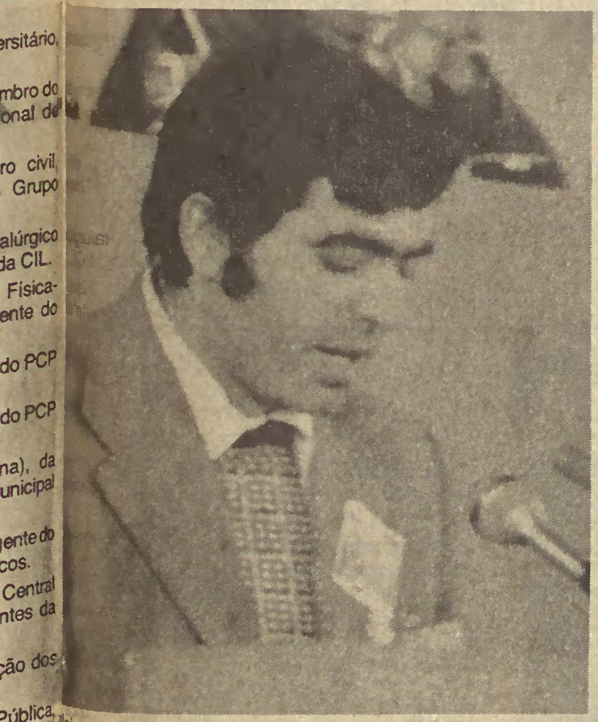
...**dro Maya,** 33 anos, comandante de avião dos TAP, da ...la dos TAP do PCP e da Organização dos Transportes ...Organização Regional de Lisboa do PCP.

...**mingos Martins Carvalho,** 60 anos, comerciante, da ...nização dos Pequenos e Médios Comerciantes ...dustriais do PCP.

...**lio Corage,** 46 anos, operário, da Organização de ...boa do PCP.

...Moreira (Aveiro)

...orgete Ferreira (Europa)



...imundo Cabral (Santarém)

...**ónia Zuleika,** 39 anos, professora primária, da ...ganização dos Professores da Organização Regional de ...boa do PCP.

...**sé Luís,** 60 anos, camponês, da Comissão Concelhia ...Torres Vedras do PCP.

...**ariana Marques Pinto,** 50 anos, doméstica, da ...missão Concelhia de Oeiras do PCP.

...**sé Barata Moura,** 31 anos, professor universitário ...antor, da célula do Canto Livre da Organização Regional ...Lisboa do PCP.

...**ria Fernanda Gomes,** 21 anos, operária textil, da ...missão Concelhia da UJC de Alverca do Ribatejo e da ...missão Central da UJC.

...**lder Matos,** 44 anos, professor de Educação Física, da ...ganização de Lisboa do PCP.

...**lio Jorge Bastos,** 19 anos, operário do Organismo de ...ecção do PCP para o Sector Público.

...**rge Pereira,** 35 anos, engenheiro da Standard, da ...missão Concelhia de Cascais do PCP.

...**é Manuel Brás,** 42 anos, pequeno comerciante, da ...nização da Azambuja do PCP.

...**rmando Jorge Ferreira,** ,40 anos, desenhador da ...ue, membro da célula da Mague do PCP e presidente da ...ta de Freguesia de Alverca do Ribatejo.

Francisco Fadista, 35 anos, carteiro, do Sector Público da Organização Regional de Lisboa do PCP e do secretariado Nacional do Sindicato dos CTT (SNTCT).

José Martins Lopes, 40 anos, empregado de escritório na EDP, do secretariado de célula da EDP do PCP e integra a Comissão Coordenadora das Comissões de Trabalhadores da EDP.

Suplentes

Nascimento Cardoso, 37 anos, técnico de engenharia, da Comissão Concelhia de Mafra do PCP.

Silveira Ramos, 38 anos, do Secretariado Nacional do MDP/CDE.

Sebastião Freire, 52 anos, técnico dos TLP, da Comissão Concelhia de Loures do PCP.

António Morais, 38 anos, controlador da Carris, da Organização de Lisboa do PCP e dirigente sindical do TUL.

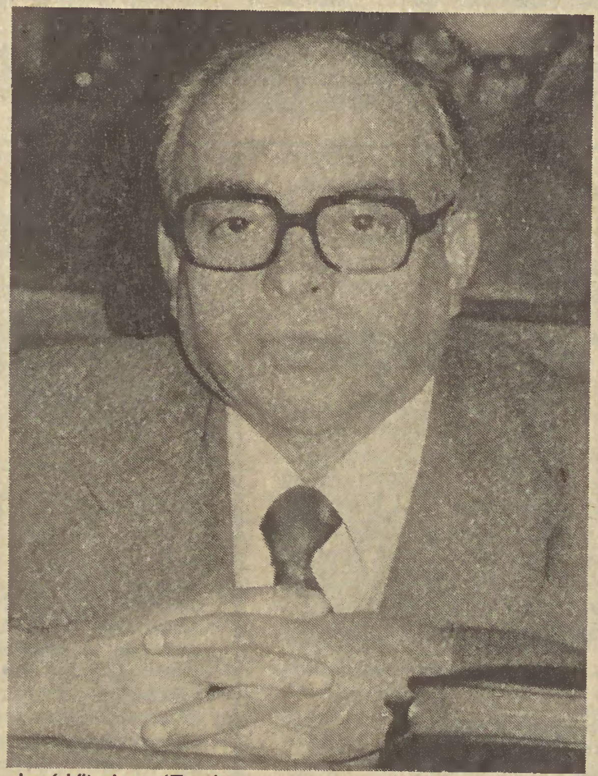
PORTALEGRE

Efectivos

Joaquim Miranda, 29 anos, economista do Secretariado Distrital das UCP's, do Secretariado da Comissão Distrital de Portalegre do PCP.

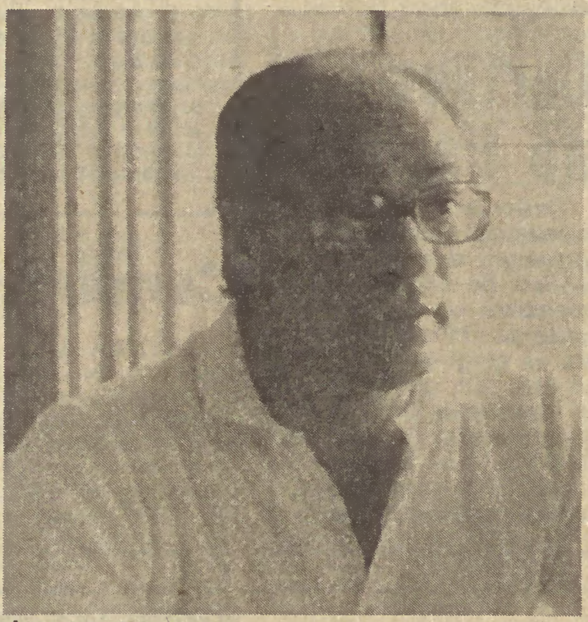
João Pinheiro, 35 anos, operário metalúrgico na UCP «Unidade Trabalhadores» de Campo Maior, da Assembleia Municipal de Campo Maior e do Secretariado da Comissão Distrital de Portalegre do PCP.

António Ventura, 26 anos, empregado de escritório e escritor com obras publicadas sobre movimento operário, do Secretariado da Comissão Concelhia de Portalegre do PCP.



José Vitoriano (Faro)

Avelino Gonçalves (Viana do Castelo)



Ângelo Veloso (Porto)

Florindo Sajara Madeira, 43 anos, advogado, natural de Portalegre, ex-governador civil do distrito, independente.

Suplentes

Maria Leonor Xavier, 29 anos, operária agrícola, da Direcção do Sindicato Agrícola de Portalegre, natural do Crato, do PCP.

João Espadinha, 46 anos, engenheiro técnico agrário, presidente da Assembleia Municipal de Ponte de Sor, independente.

Casimiro Meneses, 35 anos, médico, Director do Serviço de Clínica Geral do Hospital Distrital de Portalegre, da Assembleia Municipal de Portalegre, do PCP.

José Luís Correia da Silva, 40 anos, operário agrícola, suplente do Comité Central do PCP, presidente da Câmara Municipal de Avis.

PORTO

Efectivos

Carlos Costa, 51 anos, membro do Secretariado e da Comissão Política do Comité Central do PCP.

Ângelo Veloso, 49 anos, suplente da Comissão Política do Comité Central do PCP.

António Mota, 42 anos, operário metalúrgico, membro suplente do Comité Central do PCP.

Raul Castro, 58 anos, advogado, do MDP, vereador da Câmara do Porto.

Lino Lima, 62 anos, advogado, do PCP.

Maria Ilda da Costa Figueiredo, 30 anos, economista, do PCP.

Alberto Jorge Fernandes, 33 anos, operário metalúrgico, do PCP

Manuel Gaspar Cardoso Martins, 39 anos, empregado bancário, do PCP.

Helena Tâmega Cidade, 56 anos, professora, membro da Comissão Nacional do MDP.

Oliveira Dias, 43 anos, engenheiro electrotécnico, do PCP.

Artur Vidal Pinto, 32 anos, operário, membro do Comité Central do PCP.

Óscar Lopes, 61 anos, escritor e professor catedrático da Faculdade de Letras do Porto, membro do Comité Central do PCP.

Edgar Maciel, 34 anos, engenheiro electrotécnico, membro do Comité Central do PCP.

Vítor Manuel Rodrigues Ranita, 45 anos, operário metalúrgico, presidente do Sindicato dos Metalúrgicos do Porto e da USP. Membro do PCP.

Virgínia Moura, 63 anos, engenheira civil, do PCP.

Álvaro Ferreira Alves, 64 anos, médico cirurgião, do MDP.

Cassiano Abreu e Lima, 39 anos, médico, do PCP, membro da Assembleia Municipal do Porto.

Agostinho Ferreira de Castro Lopes, 60 anos, agricultor, independente.

Maria da Conceição Domingues Soares, 42 anos, operária têxtil, dirigente do Sindicato, do PCP.

Maria Helena Medina, 28 anos, membro do Comité Central do PCP.

Emílio Fernandes Alves Peres, 42 anos, médico, do PCP.

Armando Teixeira Pimenta, 38 anos, delegado de propaganda médica, do PCP.

David Rodrigues, 65 anos, operário têxtil reformado, do PCP.

Maria Leonor Batista de Sousa Eirado Monteiro, 36 anos, empregada de escritório, do PCP.

João Fonseca, 40 anos, empregado bancário, suplente do Comité Central do PCP.

Júlio José Antunes, 34 anos, operário metalúrgico, dirigente sindical, do PCP.

Horácio de Freitas Mendes, 31 anos, operário, marceneiro, dirigente do Sindicato das Madeiras, do PCP.

Arlindo Moreira Pereira, 31 anos, operário têxtil, do PCP.

Maria do Céu Costa Leite, 38 anos, enfermeira, do PCP.

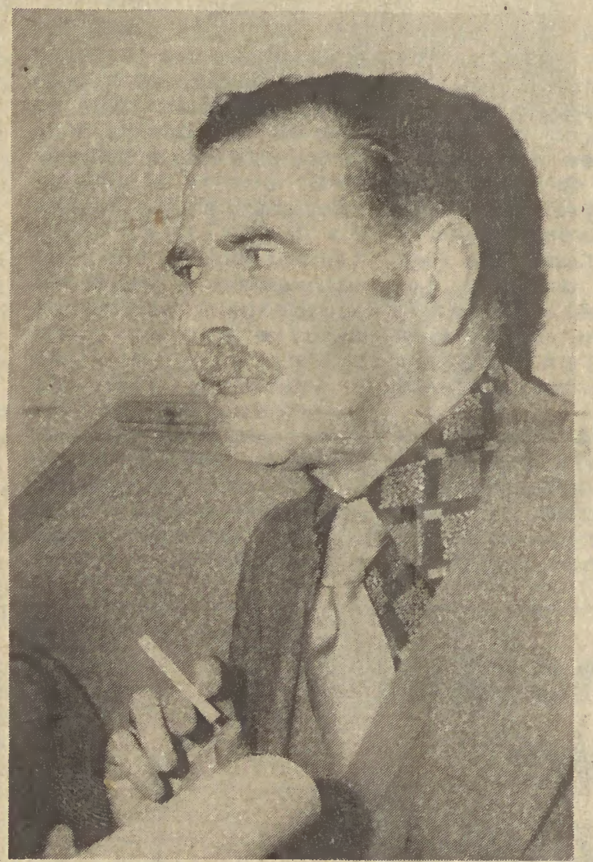
Júlio Cardoso, empregado de escritório, director e actor da "Seiva Trupe", do PCP.

António da Silva Graça, 35 anos, médico, do PCP.

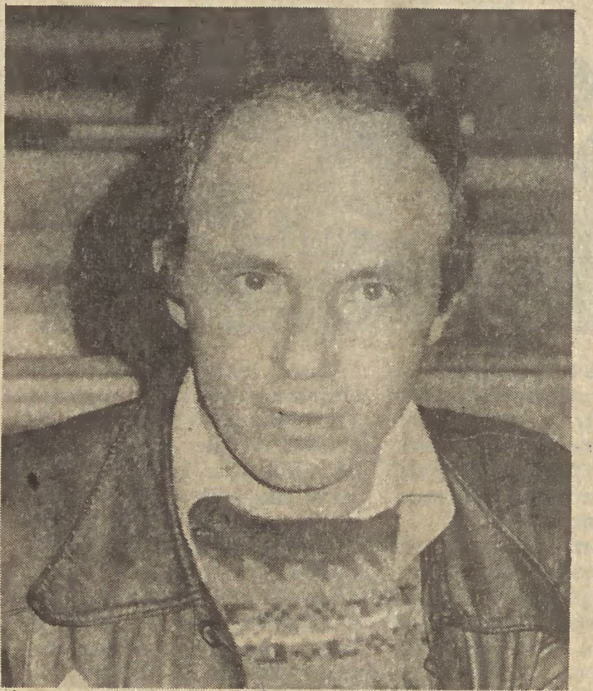
Henrique Lopes Xavier, 41 anos, operário da construção civil, dirigente do Sindicato, do PCP.

Eduardo Jorge Miguez Araújo, 36 anos, professor de Educação Física e treinador de basquetebol do FCP, do PCP.

Fernando Ferreirinha Marques, 35 anos, pescador, do PCP.



Vítor de Sá (Braga)



Jorge Leite (Coimbra)

César Príncipe, 37 anos, jornalista, do PCP.

Joaquim da Silva Rodrigues, 28 anos, mecânico, do PCP.

Fernando António Vaz Faria Sampaio, 45 anos, médico, do PCP.

João da Silva, 54 anos, comerciante, do PCP.

Suplentes

Maurício Manuel Lado Rodriguez Ferraz, 45 anos, tipógrafo, do PCP.

António Monteiro de Almeida Taborda, 45 anos, advogado, do MDP.

Alírio Fernando Pereira Pinto, 32 anos, técnico de desenho, do PCP.

José Manuel Pereira Dias, 21 anos, caixeiro de padaria, da UJC.

Luís Pimentel, 23 anos, estudante, da UEC.

SANTARÉM

Efectivos

António Dias Lourenço, 64 anos, operário metalúrgico, membro da Comissão Política do Comité Central do PCP.

Vitor Louro, 34 anos, engenheiro silvicutor, deputado do PCP na anterior Assembleia da República.

Álvaro Brazileiro, 44 anos, operário agrícola, membro do Secretariado Distrital das UCPs e Cooperativas.

Raimundo Cabral, 32 anos, operário agrícola, membro suplente da Comissão Política do Comité Central do PCP.

João Luís Madeira Lopes, 35 anos, advogado, membro do Secretariado Nacional do MDP/CDE.

Fernando Lopes de Oliveira, 27 anos, empregado de escritório, membro da Direcção da Organização Regional de Santarém do PCP.

José Luís Fernandes, 39 anos, ferroviário-operário metalúrgico, membro da Comissão Concelhia do Entroncamento do PCP.

Carlos Alberto Gomes, 32 anos, engenheiro técnico agrário, membro da Comissão Concelhia de Coruche do PCP e Presidente da Câmara Municipal de Coruche.

Raquel Agostinho da Rama Teodoro, 25 anos, operária têxtil, membro da Comissão Central da UJC.

Manuel Marques Valente, 50 anos, técnico de desenho na MDF, membro da Comissão Concelhia de Abrantes do PCP.

Armindo Craveiro Fernandes, 36 anos, professor do ensino primário, membro da Comissão Concelhia de Alcanena do PCP.

Maria Rosa Viseu, 44 anos, operária agrícola, membro suplente do Comité Central do PCP.

Suplentes

José João Duarte Ferreira, 36 anos, agricultor, membro da Comissão Concelhia da Chamusca do PCP.

Francisco Nuno Oliveira Rodrigues, 45 anos, professor do ensino secundário, director do semanário "A Forja" de Torres Novas, membro da Comissão Nacional do MDP/CDE.

Cândido Birrento Oliveira Gonçalves, 38 anos, monitor de formação profissional, presidente da Assembleia de Freguesia de Samora Correia.

José António d'Oliveira Beja, 38 anos, bancário, membro da Comissão Concelhia de Santarém do PCP.

José Joaquim Pardal Melão, 43 anos, comerciante, membro do Conselho de Caçadores da 5.ª Região Venatória.

SETÚBAL

Efectivos

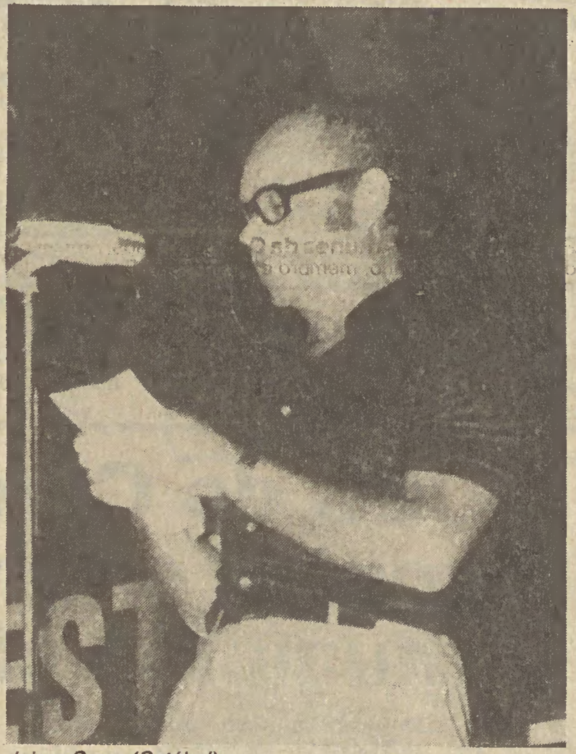
Jaime Serra, 58 anos, traçador naval no Arsenal do Alfeite, membro da Comissão Política do Comité Central do PCP, deputado à Assembleia Constituinte pelo círculo de Lisboa e eleito à Assembleia da República em 1976 pelo distrito de Setúbal.

Domingos Abrantes, 43 anos, desenhador, membro da Comissão Política e do Secretariado do Comité Central do PCP, deputado à anterior Assembleia da República eleito pelo círculo de Setúbal.

José Manuel Maia Nunes de Almeida, 33 anos, serralheiro mecânico na Lisnave, membro suplente do Comité Central e membro do executivo da Comissão Concelhia de Almada do PCP, deputado à Assembleia Constituinte e à anterior Assembleia da República, onde exerceu a função de secretário da Mesa.

Ercília Talhadas, 31 anos, operária química da Quimigal, Barreiro, membro suplente do Comité Central e membro da Comissão Concelhia do Barreiro do PCP, deputada à anterior Assembleia da República.

Fernando Sousa Marques, 33 anos, engenheiro na Siderurgia Nacional, deputado à anterior Assembleia da República.



Jaime Serra (Setúbal)

José Manuel Aranha Figueiredo, 31 anos, operário de montagem naval, membro suplente do Comité Central e membro da Comissão Concelhia de Setúbal do PCP, membro da Comissão de Trabalhadores da Setenave.

Carlos Alberto do Carmo da Costa Espadinha, 34 anos, pescador, membro da Comissão Concelhia de Sines do PCP, dirigente do Sindicato dos Pescadores do Distrito de Setúbal.

Fernando Freitas Rodrigues, empregado de escritório, membro da Comissão Central da UJC.

Marino Baptista de Vasconcelos Barbosa Vicente, 29 anos, consultor jurídico, membro da Comissão Concelhia de Setúbal do PCP.

Álvaro Ribeiro Monteiro, 36 anos, engenheiro técnico na Quimigal, membro da Comissão Concelhia do Barreiro do PCP, membro da Assembleia Municipal do Barreiro.

Nuno Manuel Perfeito Cabeçadas, 45 anos, empregado bancário, presidente da Assembleia Municipal de Almada, membro do Conselho Nacional do MDP/CDE.

Hermínia Custódia Parrulas, 26 anos, operária agrícola da Cooperativa de Casebres, membro da Comissão Local de Casebres do PCP.

Antunes da Silva, 58 anos, escritor, director do "Notícias do Sul", do MDP/CDE.

José da Cruz Silvério, 39 anos, agricultor, membro da Comissão Concelhia de Palmela do PCP, presidente da Liga dos Pequenos e Médios Agricultores de Palmela.

Romeu Henrique Correia, 61 anos, escritor, independente, membro da Assembleia Municipal de Almada.

Sérgio Brígido Martins, 30 anos, médico em Santiago do Cacém, membro do Conselho Fiscal do Sindicato dos Médicos da Região Sul, do PCP.

António Palhas Delgado, 36 anos, operário corticeiro na Cooperativa Militão Ribeiro, em Grândola.

Suplentes

Joaquim Sérgio Ferreira Pinto, 30 anos, professor, membro da Comissão Concelhia do Montijo do PCP, membro da Assembleia Municipal do Montijo.

Joaquim Caetano de Carvalho, 37 anos, empregado bancário, membro da Comissão Concelhia do Barreiro do MDP/CDE.

Maria da Conceição Morais Matias, 30 anos, empregada de escritório, membro da Comissão Concelhia de Sesimbra do PCP, presidente da Assembleia de Freguesia de Santiago – Sesimbra.

Juvenal Augusto Matos Sobral, 35 anos, médico, membro do organismo de saúde do Seixal do PCP, membro da Comissão de Moradores do Casal do Marco.

Constantino Pinto Rodrigues, 54 anos, caixeiro viajante, independente

VIANA DO CASTELO

Efectivos

Avelino Gonçalves, 40 anos, bancário, membro efectivo do Comité Central do PCP.

Luís Gonzaga Parente Ribeiro Moreira, 43 anos, técnico verificador auxiliar tributário, membro da Comissão Distrital de Viana do Castelo do PCP e da Comissão Nacional da APU, presidente da Junta de Freguesia de Santa Marta do Portuzelo.

Domingos Bezerra, 46 anos, engenheiro técnico, membro do MDP/CDE.

António Cândido Sousa Fernandes, 56 anos, médico oftalmologista, membro da Comissão Distrital de Viana do Castelo do PCP.

António Feio Ribeiro da Silva, 71 anos, advogado, do PCP.

Maria da Luz Rego, 29 anos, contabilista, membro da Comissão Distrital de Viana do Castelo e da Comissão Concelhia de Arcos de Valdevez do PCP, membro da Assembleia Municipal de Arcos de Valdevez.

Suplentes

Daniel Caeiro Pereira, 57 anos, técnico industrial dos Estaleiros Navais de Viana do Castelo, do MDP/CDE, Presidente da Junta de Freguesia de Monserrate, na cidade de Viana do Castelo e membro da Assembleia Municipal desta cidade.

Edmar Oliveira, 38 anos, operário metalúrgico nos Estaleiros Navais de Viana do Castelo, do PCP.

Carlos Fernandes Vaz, 50 anos, técnico verificador tributário, membro da Comissão Distrital de Viana do Castelo e da Comissão Coordenadora da APU, membro da Assembleia Municipal de Viana do Castelo.

José Gil Alves, 57 anos, agricultor, membro da Comissão Concelhia de Monção do PCP.

Armando Loureiro, 33 anos, desenhador técnico, membro da Comissão Distrital de Viana do Castelo do PCP e da Comissão de Trabalhadores da Portucel.

VILA REAL

Efectivos

Otílio Figueiredo, 70 anos, médico, natural de Vila Real, foi eleito pela APU para a Assembleia Municipal de Vila Real, do MDP/CDE.

Marília Alice Vieira Correia de Matos, 43 anos, professora, natural de Chaves, membro da Comissão Concelhia de Chaves do PCP.

Trajano Borges Bacelar, 37 anos, motorista, natural do Concelho de Santa Marta de Penaguião, ex-operário agrícola e fundador do Sindicato dos Trabalhadores Agrícolas de Vila Real, independente.

Domingos Afonso, 47 anos, comerciante e agricultor, membro da Comissão Concelhia de Boticas do PCP, membro da Assembleia Municipal de Boticas e presidente da Junta de Freguesia de Dornelas.

Manuel Alves Guedes Pereira, 30 anos, técnico agrícola, professor da Escola Agrícola da Régua, natural de Cidadelhe, concelho de Mesão Frio, membro da Comissão Concelhia da Régua do PCP.

João Nuno Correia de Sousa, 28 anos, natural de Vila Pouca de Aguiar, empregado de escritório, membro dos corpos gerentes dos Bombeiros Voluntários de Vila Pouca, membro da Comissão Concelhia de Vila Pouca de Aguiar do PCP.

Suplentes

Manuel Diogo da Silva Ferreira, professor, membro da Comissão de Freguesia de Sabrosa do PCP.

Manuel Silva Costa, 54 anos, natural de Vila Real, empregado dos CTT, membro da Comissão Concelhia de Vila Real do PCP, membro da ex-Comissão Administrativa da Câmara Municipal de Vila Real depois do 25 de Abril.

Felizardo Pereira Gonçalves, 35 anos, economista, de Montalegre, independente.

Agostinho Monteiro, 40 anos, empregado bancário, membro da Comissão Distrital de Vila Real do PCP, natural de Alijó.

VISEU

Efectivos

Jaime Gralheiro, 49 anos, advogado, da Comissão Concelhia de S. Pedro do Sul do PCP e da Assembleia Municipal de S. Pedro do Sul.

Rosa Maria Lacerda Oliveira, 40 anos, notária em Lamego, delegada sindical da função pública, independente.

Diamantino Henriques, 48 anos, médico em Viseu, do PCP.

António Garrido, 34 anos, operário agrícola, natural de S. João da Pesqueira, do PCP, dirigente do Sindicato Agrícola do Distrito de Viseu.

Manuel Martins da Costa, 47 anos, professor do ensino secundário, do MDP/CDE e da Assembleia Municipal de S. Pedro do Sul.

Albano Lobo, 54 anos, comerciante, da Assembleia Municipal de Mortágua, independente.

Amadeu Ferro, 63 anos, médico veterinário em Moimenta da Beira, do MDP/CDE.

António de Figueiredo Matos, 35 anos, professor do ensino secundário, da Comissão Concelhia de Vouzela do PCP, da Assembleia Municipal de Vouzela.

Manuel Marques, 32 anos, empregado de escritório, da Comissão Concelhia de Mangualde do PCP.

Inácio de Jesus, 49 anos, caixeiro, natural de Viseu, independente.

Suplentes

José de Vasconcelos, 68 anos, médico no Hospital de Cinfães, do MDP/CDE.

José Ferreira, 31 anos, agricultor e comerciante, da Comissão Local do Caramulo do PCP.

Júlio Alves, 45 anos, electricista, do PCP

António Maria Mendes, 55 anos, 1.º sargento reformado da Armada, morador em Castro d'Aire, independente.

Joaquim Gonçalves, 24 anos, operário marceneiro, natural de Carregal do Sal, e da Comissão Local de Oliveirinha do PCP.

AÇORES

Efectivos

Luís Carlos Decq Mota, médico, independente, natural do Faial.

Maria da Graça Forjaz, educadora de infância, PCP, de S. Miguel.

José Carlos Jorge, operário metalúrgico, independente, do Faial.

José Alberto Maio, funcionário da Administração Pública, do PCP, da Terceira.

António Borges Coutinho, advogado, independente, de S. Miguel.

Suplentes

José Gomes, ajudante de notário, do PCP, de Flores.

Manuel Neves, professor, do PCP, do Pico.

Lúcia Lino, costureira, do PCP, da Terceira.

Manuel Cosme, agricultor, do PCP, de S. Miguel.

Paulo Lima, funcionário da SATA, do PCP, de S. Miguel.

CÍRCULO ELEITORAL DA EUROPA

Efectivos

Georgette Ferreira, 54 anos, operária têxtil, membro efectivo do Comité Central do PCP.

João Coutinho Ramos, 31 anos, carpinteiro, emigrante em França, natural de Braga.

Suplente

José Jorge Alves Letria, 28 anos, jornalista de "o diário", membro do PCP.

Joaquim Augusto Teixeira Rodrigues, 42 anos, motorista, emigrante na Holanda, natural de Alcanena.

Campanha dos 20 mil contos – *Uma sede no Norte à altura do Partido*

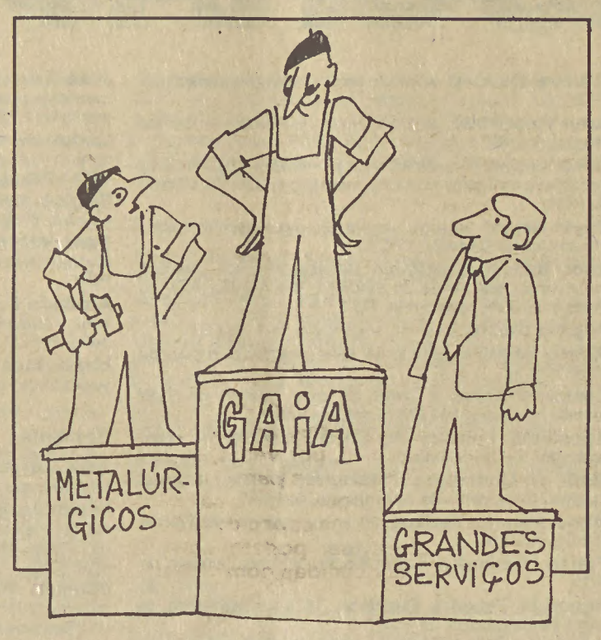
Grandes espectáculos no Porto

Estão a rodear-se de grande expectativa os espectáculos que vão realizar-se no Coliseu do Porto no próximo sábado, 6 de Outubro, em sessões à tarde e à noite, integrados na Campanha dos 20 Mil Contos. Trata-se, como é sabido, da apresentação na cidade do Porto de novas canções do cantor e compositor comunista Fernando Tordo, que estará acompanhado pelo autor dos poemas, Ary dos Santos, contando ainda com a participação de Carlos Paredes e Fernando Alvim. A expectativa, aliás, justifica-se plenamente. A qualidade dos poemas de Ary dos Santos e da música e da voz de Fernando Tordo, o apuro técnico de que se procura rodear o espectáculo, nomeadamente nos aspectos de luz e som, dão à iniciativa uma característica da mais elevada qualidade. Não se trata de mais um espectáculo, mas de um espectáculo novo, de grande qualidade e dignidade, de uma iniciativa à altura da Campanha e capaz de contribuir eficazmente para os seus objectivos políticos e financeiros.

Entretanto, a Campanha avança.

Por questões de controlo dos seus resultados, o fecho das contas far-se-á este mês, excepcionalmente, no dia 4 de Outubro. Entretanto, um balanço «intercalar» já realizado revela grandes modificações na posição relativa das organizações. Modificações que, como é evidente, não têm carácter definitivo para a atribuição dos galardões relativos ao mês de Setembro». «Até ao lavar dos cestos é vindima» e até hoje, quinta-feira, novas alterações se poderão verificar.

Entretanto, há a salientar o facto de as novas organizações regionais, criadas na área da antiga ORN e fora do distrito do Porto, as Organizações Regionais do Minho e de Trás-os-Montes, continuarem integradas na Campanha. No entanto, dados os complexos problemas de instalação dessas novas direcções regionais e, foi estabelecido que uma percentagem das verbas recolhidas no Minho e, em Trás-os-Montes para a Campanha fique para as próprias organizações regionais.



Uma particular atenção e um grande esforço tem vindo a ser desenvolvido pelas organizações e militantes comunistas do Norte no sentido de fazer com que «compromissos» assumidos perante a Campanha e o Partido venham a cobrir as metas das organizações e os objectivos. Com efeito, começa a generalizar-se entre as organizações e militantes a ideia de que os cartões de compromisso constituem uma das mais sólidas garantias de que os objectivos financeiros da Campanha serão alcançados.

«Fazer Futuro» no Coliseu e em Braga

Amanhã e no sábado, o cantor e compositor Fernando Tordo apresenta em Braga e no Porto, respectivamente, as suas novas canções incluídas no álbum «Fazer Futuro». Os espectáculos são promovidos pelo PCP, destinando-se as receitas para a Campanha que o Partido tem em marcha para a compra ou construção de uma sede no Norte.

O espectáculo em Braga realiza-se amanhã, sexta-feira às 21 e 30 horas, no Teatro Circo. No Porto, sábado, haverá duas sessões às 15 e 30 horas e às 21 e 30 horas, no Coliseu. Os bilhetes encontram-se à venda em Braga, nos Centros de Trabalho do PCP e na livraria Vítor, enquanto no Porto podem ser adquiridos nos Centros de Trabalho do Partido e nas bilheteiras do Coliseu.

Os espectáculos caracterizar-se-ão por uma elevada qualidade, neles participando, além de Fernando Tordo, Ary dos Santos, Carlos Paredes e Fernando Alvim.

Reuniões importantes

• Camaradas dos concelhos de Castro Daire, Oliveira de Frades, Penalva do Castelo, Sátão, Tabuaço, Vila Nova de Paiva e Sernancelhe

Realiza-se no sábado, dia 13 de Outubro, às 15 horas, no Centro de Trabalho Vitória, em Lisboa, uma reunião com camaradas naturais dos concelhos de Castro Daire, Oliveira de Frades, Penalva do Castelo, Sátão, Tabuaço, Vila Nova de Paiva e Sernancelhe e que residam na área de Lisboa.

• Camaradas do Cadaval e Lourinhã

Informam-se todos os camaradas naturais dos concelhos da Lourinhã e Cadaval, a residir ou a trabalharem na região de Lisboa e na de Almada, que no dia 12 de Outubro, às 21.30 horas, no Centro de Trabalho Soeiro Pereira Gomes, se realiza uma reunião para a qual estão convocados.

• Camaradas naturais de Penacova, Vila Nova de Poiares, Lousã e Miranda do Corvo

No Centro de Trabalho Vitória, em Lisboa, em 13 de Outubro, às 15 horas, realiza-se uma reunião para a qual se convidam os camaradas naturais dos concelhos de Penacova, Vila Nova de Poiares, Lousã e Miranda do Corvo (distrito de Coimbra) e que residam na área da capital.

• Camaradas de Ferreira do Zêzere e Vila Nova de Ourém

Os camaradas naturais de Ferreira do Zêzere e Vila Nova de Ourém, residentes na área de Lisboa, estão convidados a participar numa reunião que terá lugar no Centro de Trabalho de Sete Rios, no dia 12 de Outubro, às 21.30 horas.

• Camaradas dos concelhos de Proença-a-Nova, Oleiros, Vila Rei e Sertã

Realiza-se no dia 13 de Outubro, às 15 horas, no Centro de Trabalho Vitória, uma reunião com camaradas naturais de Proença-a-Nova, Oleiros, Vila Rei e Sertã, que residam actualmente na zona de Lisboa.

Estudantes comunistas do Ensino Médio e Superior estudam unificação

Cerca de 60 jovens comunistas da UEC, de diferentes universidades e escolas médias, reuniram-se no passado dia 21 de Setembro, na Faculdade de Letras de Coimbra, estudando o processo de unificação das duas organizações da juventude comunista, a UJC e a UEC, e discutindo as perspectivas e tarefas dos estudantes comunistas para os períodos eleitorais que se aproximam.

Esta Reunião Nacional de Quadros do Ensino Médio e Superior que apreciou ainda os principais objectivos e perspectivas de trabalho que se colocam à Organização do Ensino Médio e Superior para o próximo ano lectivo, veio a concluir, depois da discussão travada, pela necessidade de empenhar o conjunto da organização do Ensino Médio e Superior na concretização dos seguintes grandes objectivos:

– alargar mais e mais o número de efectivos, construindo uma organização de massas na Universidade;

– empreender e dinamizar um salto de qualidade no trabalho de M. A. em torno do reforço do trabalho nos cursos, do reforço da iniciativa reivindicativa do M. A., da diversificação e dinamização do trabalho cultural, desportivo e de convívio e do reforço da cooperação federada e nacional;

– reforçar, nas eleições para os órgãos de gestão nas escolas, a posição destacada que as listas unitárias já hoje ocupam;

– intervir activamente no processo de unificação das duas organizações da juventude comunista — a UJC e a UEC;

– intervir activamente nas campanhas eleitorais que se avizinham.

Conforme consta da nota da SIP da CC da UEC acerca das conclusões desta Reunião Nacional de Quadros, **foi decidido aprofundar e alargar mais a discussão em torno tanto do processo de unificação como dos objectivos e tarefas específicas da organização do Ensino Médio e Superior no quadro da organização da Juventude Comunista. Para o efeito, deverão ser marcadas, até ao fim do mês de Outubro, Assembleias das organizações universitárias das três Academias.**

A Reunião debruçou-se finalmente sobre as próximas batalhas eleitorais, tendo discutido as tarefas e objectivos que se colocam aos estudantes comunistas.

Os camaradas presentes exprimiram a sua confiança sobre o sentido do voto do eleitorado universiotário, ao lado dos comunistas e da democracia com as listas da APU, contra a aliança reaccionária e o seu projecto de destruição da democracia. O dia-a-dia universitário, a resistência estudantil à política de direita expressa em inúmeras pequenas e grandes lutas, os resultados das eleições associativas e para os órgãos de gestão, pondo em evidência a votação maioritária das listas unitárias, dão mais certeza a esta confiança.

Carro das merendas

É para levantar até ao dia 12 — trata-se de géneros que se podem estragar — o «Carro das Merendas», que foi sorteado no Pavilhão das Mulheres, na Festa do «Avante!» e que saiu ao n.º **399.** O feliz contemplado deve dirigir-se ao Centro de Trabalho da Apelação, Loures, para aí receber o prémio.

Sorteio do Zambujal

Resultados do Sorteio organizado pelo Comité Local do Zambujal, Loures, a favor do novo Centro de Trabalho:

1.º Prémio — Um televisor, coube ao número **2063,** tendo sido contemplado o camarada da FOC, Hélder Madeira;

2.º Prémio — Uma toalha em renda, saiu ao número **1965,** tendo sido a dr.ª Maria Angélica Nunes Coelho, do Zambujal, a contemplada;

3.º Prémio — Um jogo de «napperons», saiu ao número **0824** e foi caber ao trabalhador da «Phillips», Trigueiros.

Agenda

Dia 5, Sexta-feira

Beja, no Largo do Mercado Velho, às 15 horas, comício para apresentação dos candidatos da APU. • **Évora,** no Teatro Garcia de Rezende; às 16 horas, comício para apresentação dos candidatos da APU, com a presença do camarada António Gervásio. • **Portalegre,** às 17 horas, no Ginásio da Escola Comercial e Industrial. • **Cartaxo,** a partir das 9 e 30, «Juventude a Conviver», organizada pela União dos Estudantes Comunistas. • **Vale de Cavalos,** às 16 horas, na Sociedade Recreativa Valecavalense, cinema e sessão de esclarecimento, organizada pela comissão de jovens de apoio à APU. • **Avintes,** às 21 e 30, sessão de esclarecimento nos Restauradores Avintenses. • **Vila Nova das Aves,** às 21 e 30, sessão de esclarecimento na Escola de Quintão. • **S. Gemil,** às 21 e 30, sessão de esclarecimento na Escola Primária Velha. • **Campo** (Valongo), às 16 horas, comício com o camarada **Ângelo Veloso,** membro suplente da Comissão Política do Comité Central. • **Coimbra,** no Centro de Trabalho, durante a tarde, reunião de quadros do concelho de Coimbra sobre as eleições intercalares e para as autarquias.

Dia 6, Sábado

Lisboa, às 21 e 30, no Pavilhão dos Desportos, Comício de Amizade PCP-PCI com os camaradas **Álvaro Cunhal** e **Enrico Berlinguer.** • **Panoias,** Festa Popular, organizada pela Comissão Concelhia de Ourique. • **Lousal,** às 20 horas, na sala de convívio dos trabalhadores, sessão de esclarecimento com o camarada **Aurélio Santos,** do CC. • **Sesimbra,** às 21 horas, no Externato Santa Joana, sessão de esclarecimento com o camarada **Joaquim Gomes,** da Comissão Política e do Secretariado do CC.

Dia 7, Domingo

Torre da Marinha (Seixal), no Independente Futebol Clube, às 21 e 30, sessão de esclarecimento com o camarada **Dias Lourenço,** membro da Comissão Política do Comité Central. • **Vila Nova de Poiares,** às 15 horas, na Casa do Povo, reunião de quadros dos concelhos da Serra do distrito de Coimbra. • **Barreiro,** às 21 e 30, no Pavilhão do PCP no recinto das Festas do Barreiro, debate sobre a Assembleia da República e divulgação do livro «Os Comunistas na Assembleia da República», com os camaradas **Veiga de Oliveira, Hermenegilda Pereira** e **Duarte Gomes.**

Os jovens comunistas e as eleições

A Comissão Nacional de Eleições da Juventude Comunista (UJC/UEC) de Apoio à Candidatura da APU tornou pública, no passado dia 30 de Setembro, uma nota sobre a reunião, realizada na mesma data, na sua sede central, e em que participaram camaradas de todas as regiões do país, que diz nomeadamente:

A reunião procedeu a um balanço detalhado do estado da preparação da Campanha eleitoral nas várias regiões e distritos, tendo concluído pela necessidade de aprofundar mais o amplo trabalho já existente, bem demonstrativo do entusiasmo que os jovens comunistas põem na preparação das próximas e decisivas batalhas eleitorais.

A reunião discutiu e iniciou a definição das grandes linhas orientadoras para a Campanha própria da Juventude Comunista. Dinamizada e dirigida pela UJC e pela UEC, eixada em torno dos jovens candidatos comunistas que integram as listas da APU, parte integrante da Campanha Eleitoral do PCP, a campanha própria da Juventude Comunista procurará dar voz, no decurso da Campanha e na AR que sairá das eleições intercalares, aos grandes problemas, aspirações e reivindicações dos jovens portugueses.

Os camaradas presentes, traduzindo o ambiente existente nas organizações e entre a juventude, manifestaram a sua confiança no sentido do voto da juventude nas próximas eleições, ao lado da democracia, dos comunistas, com as listas da APU, por uma vitória democrática, contra a Aliança Reaccionária e os seus projectos de destruição do regime democrático.

As eleições confirmarão o apego do povo e da juventude portuguesa aos ideais de Abril, influindo numa derrota à reacção e aos saudosos do passado fascista.

UEC de Ciências contra o novo «numerus clausus»

Tudo indica que de novo se pretende instituir o «numerus clausus», alerta um comunicado do Secretariado da Célula da UEC da Faculdade de Ciências de Lisboa. Com efeito, e **apesar do início do ano lectivo naquela Faculdade estar previsto para 15 de Outubro, a Reitoria da Universidade de Lisboa e a Direcção-Geral do Ensino Superior** – denuncia o comunicado – **atingem um dos seus alvos preferidos – o Ramo Educacional das Faculdades de Ciências.**

E o documento recorda:

No ano lectivo passado os estudantes da Faculdade de Ciências de todo o país, conseguiram, fruto da sua combatividade, impedir a institucionalização do «numerus clausus» para os 4.º anos do ramo educacional.

O escândalo levantado pela tentativa do ministro Loyd Braga, de limitar a escassas dezenas de estudantes a possibilidade de concluir o seu curso superior e seguir a carreira profissional por que optaram foi demasiado para que esta medida fosse avante.

Assim com a surpresa de todos quantos se tiveram de dirigir à Reitoria, um pequeno aviso colocado no «guichet» de Ciências informava: «as pré-inscrições para o 4.º ano do ramo educacional realizar-se-ão de 21 de Setembro a 30 de Setembro de 1979.

Quer isto dizer que as férias foram a época escolhida para a abertura de pré-inscrições. A implicação de uma não pré-inscrição, seria na óptica da Reitoria e da DGESup, a impossibilidade de posterior matrícula.

A UEC alerta os estudantes da Faculdade de Ciências de Lisboa, em particular os candidatos ao ramo educacional para esta situação. A possibilidade de continuação do curso está comprometida!

Cartões do Partido

Pede-se a todos os camaradas que ainda não possuam o seu cartão, apesar de aceites como membros do Partido há mais de um mês, o favor de se dirigirem pessoalmente ou por escrito à Comissão Central de Organização, Rua Soeiro Pereira Gomes 1699 Lisboa-Codex, para exporem o seu caso.

Camaradas falecidos

ANTÓNIA MARIA VALADEIRO — Faleceu no passado dia 22 de Setembro a camarada Antónia Maria Valadeiro, de 59 anos, no seguimento de prolongada doença. A camarada pertencia à organização de Moscavide do PCP.

MANUELA PEREIRA — Com 48 anos de idade, faleceu o camarada Manuel Pereira, natural de Vila Nova de Ourém e militante do Partido na Célula da Sociedade Nacional de Sabões.

Encontros e reuniões de quadros: Análise da situação política e trabalho para as eleições

Cerca de duzentos camaradas reuniram-se no passado dia 30 de Setembro, em Faro, vindos de todo o distrito. Esta reunião de quadros, cujos temas centrais em debate foram a análise da situação política actual e a participação do PCP nos próximos actos eleitorais, contou com a presença dos camaradas Sérgio Vilarigues, membro do Secretariado e da Comissão Política do CC, José Vitoriano, da Comissão Política, e Margarida Tengarrinha, membro do Comité Central, além de todos os camaradas que compõem o actual executivo da DORAL.

Da análise e do balanço feitos salientaram-se as grandes possibilidades de intervenção política que estão abertas à actividade do PCP, e a total concordância que obteve a forma que assume a participação do Partido nas próximas eleições intercalares, através da Aliança Povo Unido, facto que, de acordo com as condições existentes, possibilitará ampliar significativamente os resultados eleitorais em todo o distrito.

Na reunião, além de ter sido divulgada a composição da lista da APU para as eleições intercalares, constatou-se o bom ritmo na preparação das listas para os órgãos do poder local, salientando-se, na composição de muitas delas, o seu carácter amplamente unitário.

Foram ainda discutidos aspectos relacionados com o desenvolvimento da campanha eleitoral, tendo-se acordado desenvolver de imediato acções que visem o reforço e a mobilização da organização do Partido, de modo a possibilitar desde já um mais estreito contacto com os trabalhadores e a população do distrito.

Finalmente, foi aprovada, por unanimidade, uma moção dirigida aos órgãos do poder, repudiando o assassinato de dois trabalhadores da Reforma Agrária, cuja memória foi homenageada com um minuto de silêncio.

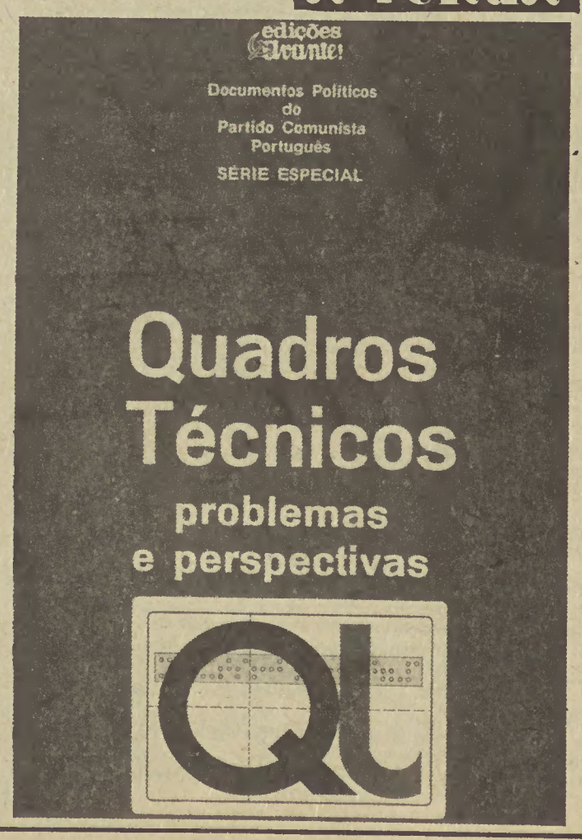
Figueira da Foz

No próximo sábado, às 15 horas, realiza-se no Centro de Trabalho da Figueira da Foz uma Reunião de Quadros para análise da situação política e balanço e perspectivas do trabalho eleitoral na região. Nesta reunião, em que estará presente o camarada Jaime Serra, membro da Comissão Política, participarão camaradas de Montemor-o-Velho, Condeixa, Soure, Mira, Cantanhede e Figueira da Foz.

Encontro de Quadros da Beira Interior

A Direcção da Organização Regional da Beira Interior (BORBI), recentemente constituída para dirigir a actividade do Partido nos distritos de Castelo Branco e da Guarda, leva a efeito a sua primeira iniciativa de âmbito regional, com um Encontro de Quadros marcado para o dia 5 de Outubro, das 14,30 às 19 horas, no Ginásio do Liceu da Covilhã. A situação política nacional e regional e a preparação das eleições intercalares e para as autarquias serão os pontos da Ordem de Trabalhos.

à venda



Os textos que agora se publicam deste Encontro são fruto de um levantamento sem paralelo sobre os problemas dos quadros técnicos e constituem uma importante contribuição de conjunto para a apreciação dos problemas e aspirações dos quadros técnicos. No fundamental, é de desejar que possam constituir uma base para uma discussão ainda mais alargada e para um esforço continuado, no qual o PCP se propõe continuar presente mas para cujo sucesso é indispensável a participação sempre mais ampla de todos os quadros técnicos que acreditam na democracia, estão empenhados na solução dos problemas nacionais e trabalham pelo progresso do País.

edições Avante!

Contratos de Desenvolvimento o que foram; o que são

«Contratos de Desenvolvimento para a Habitação» foi a designação dada a um programa de habitação lançado pelo Governo em Novembro de 1974, visando a produção e financiamento de habitações de renda limitada.

Com esta iniciativa procurava-se, por um lado, fazer face ao grave problema habitacional e, por outro, iniciar a reconversão produtiva da construção civil, onde grassava a especulação quer com os terrenos, quer com a comercialização de habitações.

Para captar as empresas para este programa, eram concedidos privilégios de vária ordem: isenções fiscais; auxílio do Fundo de Fomento da Habitação na elaboração e execução de projectos; financiamento com juros especiais; fiança do FFH nas operações de financiamento; facilidades nos processos de urbanização e construção.

O peso que tais facilidades teriam nos encargos do erário público e na redução da qualidade dos fogos assim construídos seria contrabalançado, em princípio, pela redução dos custos da habitação e consequente abertura dos fogos à população mais carenciada.

Criadas as expectativas nas camadas de menores recursos e lançado o programa – a que muitas autarquias, como a do Seixal, aderiram de boa-fé – cedo se verificou que as boas intenções não passaram disso.

A legislação publicada posteriormente, em 1976 e 1977, veio contrariar completamente os objectivos que presidiam ao lançamento dos Contratos de Desenvolvimento para Habitação, retirando-lhes todo o conteúdo de habitação social.

Às autarquias, postas à margem de todo este processo, resta o processo burocrático da documentação; os preços de venda foram agravados especulativamente, uma vez que a nova legislação permite a actualização escandalosa de terrenos, projectos, materiais adquiridos (e implantados há muito nas construções) e ainda salários já pagos.

Isto é, fogos concluídos entre 1976 e 1977 são vendidos com preços de 1978!!!

Os lucros dados às empresas com este sistema são verdadeiramente escandalosos (veja-se o quadro).

Finalmente, desaparece por completo dos Contratos de Desenvolvimento a característica de habitação social, uma vez que os preços de venda dos fogos são, por vezes, superiores aos do mercado privado, não havendo entraves para que pessoas de altos rendimentos possam adquirir os fogos «de renda limitada». Apenas uma parte da população, com alguma capacidade de poupança, ou então com grandes rendimentos, poderá comprar os fogos construídos com facilidades concedidas com dinheiros públicos.

«Falta um milhão de casas» ... e no Seixal há casas por habitar há mais de um ano (1)

Ver centenas e centenas de casas desabitadas num país onde (segundo dados oficiais) falta um milhão de habitações, poderia ser tema de qualquer peça fantástica sobre o mundo do absurdo.

Não é. Passa-se no Portugal de hoje, um pouco por todo o país. E, o que é mais grave, é que em tal situação se incluem também habitações construídas a expensas do erário público, como é o caso de muitos fogos dos «Contratos de Desenvolvimento para a Habitação» (CDH).

Tome-se como exemplo o concelho do Seixal, onde foram aprovados projectos correspondentes a 2781 fogos, dos quais se encontravam concluídos mais de metade, no final de 1978.

Praticamente um ano depois, muitos desses fogos continuam por habitar, não obstante aumentar constantemente a procura de habitação.

Porquê?

Interrogada a este respeito, a Câmara Municipal do Seixal respondeu através de um dos seus responsáveis pelos Serviços Municipais de Habitação e do próprio presidente da edilidade, Eufrázio Filipe.

Este último começou por afirmar ser convicção da Câmara de que os Contratos de Desenvolvimento de Habitação (CDH) «são de facto contratos de desenvolvimento da iniciativa privada».

E concretizou: «São contratos de desenvolvimento da iniciativa privada porque não vêm resolver as necessidades da população mais carenciada do concelho do Seixal, nomeadamente, mas sim dar possibilidades como nunca a iniciativa privada teve de construir e comercializar esses fogos».

Como explicar então que a Câmara Municipal do Seixal tenha facilitado o lançamento desse programa habitacional no concelho?

«O facto de os CDH terem uma percentagem muito grande de dentro do concelho do Seixal – diz Eufrázio Filipe – deve-se a que a legislação existente no início (em Novembro de 1974) levava a crer que esta modalidade de construção com a colaboração do aparelho central iria melhorar o panorama habitacional no concelho.

«Isso não se verificou, porque essa legislação tem sido viciada, adulterada ao longo dos anos, sempre na perspectiva da iniciativa privada.

«Assim, acabaram por sair frustradas inclusive algumas reivindicações da Câmara Municipal do Seixal junto do Fundo de Fomento da Habitação, no sentido de que pelo menos uma grande parte dos fogos dos CDH fossem colocados no mercado de habitação com propriedade resolúvel, logo, com a possibilidade de passagem a renda social, como a legislação também prevê para os casos mais carenciados.

«Dessa quantidade enorme de fogos construídos apenas **208** foram atribuídos pelo FFH à Câmara com a possibilidade de serem comercializados como propriedade resolúvel.

«O que é extremamente pouco para as carências que o concelho tem e para os próprios investimentos que o aparelho de Estado fez junto da iniciativa privada».

«O volume de verbas e as facilidades que foram dadas à iniciativa privada para construir habitação que está longe dos mais carenciados, se tivesse sido encontrado outro esquema – ou uma melhor colaboração financeira e técnica com as Cooperativas de Habitação, ou o prosseguimento e apoio às operações SAAL, ou inclusivamente o financiamento às próprias autarquias para a construção de habitação – com essa mesma verba e essas mesmas facilidades que foram oferecidas à iniciativa privada teríamos hoje um volume considerável de habitação social que não temos.

«No entanto as verbas do Estado foram gastas; no entanto, as facilidades foram dadas. Só que as populações não beneficiaram delas».

E os fogos continuam vagos...

«O que é lamentável. Apesar de tudo isto é lamentável o facto de os fogos estarem construídos e continuarem por comercializar, estarem vazios, uma vez que alguns estratos da população podem eventualmente recorrer ao crédito e habilitarem-se à aquisição dessas mesmas casas.

«Espera-se a todo o momento a formalização do protocolo entre o FFH e os Serviços Municipais de Habitação da Câmara para que esta possa desencadear o processo de comercialização dos fogos, para o qual temos já todo o esquema montado.

«Se as casas estão prontas e desabitadas, nalguns casos há muito mais de um ano, a responsabilidade cabe por inteiro ao próprio aparelho central».

Em Miratejo, no concelho do Seixal, casas construídas no âmbito dos Contratos de Desenvolvimento e prontas há cerca de dois anos continuam por habitar, enquanto se vão degradando como a imagem bem documenta, à espera que o F.F.H. se decida a entregar a sua comercialização à Câmara

Mais de um milhar de casas, só no concelho do Seixal, estão vazias. À espera de quê?

Casas são 108 inscrições foram mais de mil

Dos fogos construídos ao abrigo dos «Contratos de Desenvolvimento para Habitação» no concelho do Seixal — mais de dois mil e quinhentos — o Fundo de Fomento para Habitação entregou à Câmara do Seixal, para comercialização em sistema de renda resolúvel, apenas duzentos e oito, dos quais só cento e seis estão já na posse do município.

Mesmo para a atribuição de tão escasso número de fogos o processo não foi pacífico. Com efeito, embora a proposta do FFH à Câmara do Seixal no respeitante àqueles 208 fogos tenha sido feita em Janeiro do corrente ano, apenas em Julho é feita a proposta de protocolo, não obstante as sucessivas diligências do município para avançar com o processo da forma mais conveniente para a população (dentro dos condicionalismos existentes já referidos, claro).

Mas dos 208 fogos atribuídos à Câmara, esta apenas detém, na verdade, 106, para os quais foi aberto concurso público a fim de se proceder à respectiva atribuição.

As necessidades habitacionais do concelho podem ser, ainda que de forma rudimentar, aferidas pelo número de candidatos àquelas casas — registaram-se mil cento e trinta inscrições para cento e oito casas!

As restantes cento e duas também serão postas a concurso, claro, mas a Câmara prefere jogar pelo seguro e apenas abrir o concurso público (a que só se podem candidatar residentes ou trabalhadores no concelho do Seixal) quando receber *de facto* as casas, não vá acontecer como no caso da Arrentela, onde os fogos continuam por distribuir, não obstante o FFH ter autorizado a Câmara, há cerca de dois anos (!!!), a iniciar o processo público.

Importa esclarecer que a documentação que cada candidato a uma casa nestas condições tem de entregar possui validade de um ano, ao fim do qual caduca.

Significa isto que, mesmo que os concursos públicos para atribuição de casas se efectuem e sejam seleccionados os candidatos, se as casas não tiverem sido entregues ao município esta não pode, por sua vez, entregá-las. Se, no caso da Arrentela, a Câmara houvesse confiado na «eficácia» dos organismos oficiais e desencadeado o processo, estaria hoje a braços com meio milhar de munícipes (e respectivas famílias) a quem teoricamente pertencia uma casa... mas que não poderiam habitá-la.

De salientar, para além do absurdo desta situação, a eventualidade de neste longo espaço de tempo as condições dos candidatos às casas se terem modificado e mesmo o aparecimento de casos mais prementes de necessidades habitacionais.

A repetição do processo com a atribuição informal de cento e duas casas leva a pensar, inevitavelmente, que tais situações são «normais» para o FFH.

A sobrecarga dos serviços camarários com a repetição de processos, as expectativas legítimas dos munícipes interessados nos fogos, o tempo perdido a arranjar e entregar documentação, parecem ser factos que não impressionam o Fundo.

Como também não o impressiona o facto de as casas continuarem por habitar durante anos, não obstante estar a suportar encargos — o povo português é que os suporta — desde Dezembro de 1978.

A burocracia não explica tudo. E como a própria evolução da legislação dos Contratos de Desenvolvimento bem demonstra, outras razões que não as burocráticas permitem o escândalo de haver casas desabitadas num país onde a falta de habitação se está a tornar um flagelo.

Até quando esta situação?

O «115» da iniciativa privada – um desastre para a população

Graças ao Decreto Normativo 115/78, as empresas embolsaram verbas assombrosas.

Um exemplo de quanto «ganhou» a firma «Pró-Constrói» em 336 fogos construídos em Corroios com a «actualização» dos preços: **23 590 400$00!**

O quadro mostra os preços iniciais de três tipos de fogos T_2, T'_3 e T_3 e os preços «actualizados» com o «115» da iniciativa privada.

T_2	
D. L. 412-A/77	587 600$00
D. N. 115/78	646 000$00
Diferença:	**58 400$00**
T'_3	
D. L. 412-A/77	700 600$00
D. N. 115/78	774 000$00
Diferença:	**73 400$00**
T_3	
D. L. 412-A/77	725 800$00
D. N. 115/78	803 000$00
Diferença:	**77 200$00**

TOTAL A MAIS PARA A FIRMA:

112 T_2 → 112 × 58 400$00 = 6 540 800$00
64 T'_3 → 64 × 73 400$00 = 4 697 600$00
160 T_3 → 160 × 77 200$00 = 12 352 000$00

23 590 400$00

Incertezas e agruras de um pequeno agricultor

Encontrámo-lo em Margarida do Sado, distrito de Beja. Estava sentado no pátio de uma casa de pasto pertencente a um casal que uma fortuna rara fez evoluir de camponeses para comerciantes.

Era ainda manhã, o calor avançava pelas planícies em redor, o sol arrancava faíscas nas motorizadas que passavam pela estrada. E ele estava ali sentado, uma «beata» na mão esquerda, a direita reduzida a dois dedos e uma estrutura de aço. Nós esperávamos o pão da terra que a casa de pasto fornece por 18$00, pão ainda a saber a quente e a aldeia, sem as finuras da farinha das cidades. E começámos a conversa a propósito de um cachorro branco, um lindo cachorro que, à falta de dono, dali faz poiso e se vai governando à custa das migalhas dos viajantes que vão parando.

A meio da conversa, dizemos, não como quem pergunta, mas como quem lê uma evidência no rosto daquele homem, na mão válida, nos dedos que restam da outra:

– Então, o senhor é pequeno agricultor.

– Antes não fosse!

E atrás desta exclamação vieram as incertezas e agruras de todos os pequenos agricultores deste país. Vieram as queixas sobre as culturas mortas pelos temporais que mais do que vazias, deixaram empenhadas as mãos dos pequenos e médios agricultores, esperando e desesperando por um seguro agro-pecuário que está inscrito na Constituição mas que os governos de direita vão ignorando. Veio a revolta pela falta de garantia de preços e de escoamento de produtos, pela falta de crédito ou pela sua abundância a juros tais que o pequeno nem chegar lhe pode. E veio a raiva mastigada em palavras contra os grandes agrários que não estão isentos de pagamento da percentagem da cortiça como ainda, mesmo em época da apanha, nem por isso metem mais homens e, quando, ocasionalmente os metem, pagam aos tiradores 180 escudos por dia. E ainda a raiva contra alguns (a maioria) dos técnicos que nos organismos oficiais fecham os olhos e os ouvidos, o saber e o coração à sorte dos que vivem do trabalho no campo.

– Ainda há dias fui ao Instituto dos Cereais procurar pela semente de trigo, dizer qual a minha precisão. E o senhor de lá, com desprezo, disse-me: «Mas vocês não estão a ver que o trigo não dá? Não estão a ver que têm tido prejuízo nestes anos?» E eu tornei-lhe: «Isso sei eu. Mas diga-me lá, o que é que vou fazer? Aconselham-lhe alguma coisa? Dão-me algum apoio para eu ir aguentando? O que é que ponho na terra? Que garantias me oferecem? Que aconselhamento técnico? Que crédito? Que ajuda?». A ajuda conhecemo-la nós. Houve a peste suína, vieram cá, levaram porcos atacados e não atacados. Aquilo foi tudo a eito. Falaram que havia ali umas febres nas cabras. Levaram as cabras, foram-nas abater a outro matadouro e comercializaram-nas.

Então se as cabras estavam contaminadas, servem para a gente as comer?

O pequeno agricultor só com a terra sua não sobrevive. Os agrários não empregam ninguém. As Cooperativas vão na mesma. E à falta de trabalho e de garantias – de garantias e não tanto de terra, o que importa é garantias e auxílio – vamo-nos nós afundando. E é por toda a parte. Li nos jornais o que passaram com os temporais os agricultores de Mondego. Ainda estão piores do que nós cá em baixo.

Em jeito de conversa, fomos-lhe dizendo a diferença entre este facto aparentemente igual: agrários e cooperativas que não metem gente. Fomos dizendo da diferença do dia para a noite, entre um caso e outro. De como os agrários não metem gente, tal como faziam anteriormente ou ainda pior, porque boicotam, porque estão interessados na crise agrícola, no descontentamente somado de pequenos agricultores. De como as cooperativas não metem gente porque são boicotadas, porque – tal como os pequenos agricultores, ainda mais do que a eles – não lhes são dadas garantias, o crédito vêem-no cortado, o escoamento impedido, as terras roubadas de tal modo que já nem chegam, muitas vezes, para os trabalhadores que lá vão, também eles, lutando pela sobrevivência. Lutando com unhas e dentes. Lutando sem esmorecer. Lutando por dias melhores, dias que sabem possíveis, dias já provados, já saboreados num passado recente, logo a seguir a Abril.

Veio entretanto o pão. O cão aproximou-se cheirando-lhe a quentura, provou-lhe as migalhas. O calor continuava a avançar. A manhã estava no fim. Tínhamos de partir.

E perguntámos:

O que foi isso na mão?

Foi com uma ceifeira-debulhadora alugada. Andava a tratar da minha terra. Tive de aprender a servir-me em tudo com a esquerda. Foi há dois anos.

Assim, há dois anos, este homem passou os gestos da mão direita para a esquerda, repreendeu de novo a experiência de mover, de agarrar, de cavar, de semear, de colher do trabalho com a outra mão. E, no seu rosto, no sorriso de despedida não há desalento. Talvez expectativa. Talvez uma certa descrença, uma muito raiva, uma muito e vital vontade-necessidade de trabalhar e colher os frutos. E projectos e sonhos adiados, e a aspiração de vencer as suas agruras e incertezas – que são as de todos os pequenos e em parte dos médios agricultores. Projectos, sonhos, aspirações que encontraria no Programa do PCP, que encontraria na Resolução Política do IX Congresso. Como metas de luta, como objectivos do combate pela consolidação da democracia.

Mas este pequeno agricultor pousado na manhã a volver-se em tarde, em Margarida do Sado, não o sabe ainda. Não sabe como nas suas palavras se reconhecem tantas razões da nossa luta. O que vem tornar ainda mais evidente, no combate dos comunistas na acção do nosso Partido, a necessidade da propaganda orientada para os pequenos agricultores, uma propaganda muito específica, muito particular, tal como específica e particular é esta gente trabalhadora dos campos, esta corajosa gente que vai aguentando as agruras e incertezas, esta gente que teima em semear na esperança de colher, mesmo sem apoios. Esta gente que é aliada natural do proletariado, esta gente que contém forças enormes a ganhar para e pela revolução.

Associação de Reformados inaugura sábado Centro de Dia em Lisboa

O «Dia do Reformado», que se comemora por todo o País no próximo sábado, dia 6, será assinalado em Lisboa com um acontecimento que perdurará muito para além da data que se festeja – *a inauguração do Centro de Dia da União dos pensionistas da Previdência e Segurança Social.*

O Centro, sito num edifício antigo da Alameda D. Afonso Henriques em Lisboa, reluz como novo graças ao trabalho e amor com que a Associação de Reformados o pintou e recheou. Os esforços e canseiras para o conseguir datam de há muito, passam por muitas portas, contactos oficiais, diligências de toda a ordem.

O orgulho com que a Associação de Reformados apresentou o seu Centro à Imprensa, numa conferência onde mais uma vez a RTP e RDP primaram pela ausência, é bem legítimo. Porque mais que o subsídio concedido pela Secretaria de Estado pela Segurança Social (cerca de 170 contos), foram aí aplicadas horas e horas de trabalho voluntário dessa imensa camada social que são os reformados, estimadas em mais de 400 contos!

O centro não foi fácil de conseguir. Mas já existe. E com a sua inauguração, nos dias 5 e 6 de Outubro, inicia-se também um programa de actividades que tendem a preencher o vazio do isolamento a que são remetidos os que, pelas mais diversas razões, deixam de ser «mão-de-obra rentável».

Mais do que as palavras, a actividade dos reformados desmente o sistema que procura classificá-los de «inúteis» para a sociedade.

No Centro de Lisboa, há semelhança do que já se passa noutros pontos do País, existe uma biblioteca e irão realizar-se cursos de alfabetização, campeonatos de xadrez, ginástica, filmes, colóquios, etc. O bar já funciona e a possibilidade de refeições não está excluída.

E muito mais se poderá fazer se, como salientaria Manuel Furtado, presidente da Associação de Reformados, o Governo a formar depois das eleições for um Governo democrático, interessado em resolver os problemas dos trabalhadores, tanto os do activo como os que se encontram no passivo.

Sobre isso também os reformados terão uma palavra a dizer, pois, como se salientou na conferência de Imprensa da passada terça-feira, **o voto do milhão e meio de reformados pesará na escolha dos deputados e consequentemente na formação do Governo.**

Certos de que a união faz a força, os reformados não só contam com a solidariedade dos trabalhadores do activo como com eles se solidarizam. Por isso protestaram energicamente contra o assassínio dos dois trabalhadores alentejanos e exigiram do Governo a punição exemplar dos criminosos.

Por isso contam com os trabalhadores de todas as idades para a sua festa, que de sexta-feira de manhã a sábado à tarde será preenchida com exposições, colóquios, filmes, música, concerto ao ar livre, etc., num alegre e saudável convívio.

A afirmar que estão vivos, que pensam, que trabalham, que fazem parte de um sociedade que não desistem de transformar para melhor, para um futuro em que mais não existam reformados marginalizados como eles o são ainda.

Temas vários

A RDA tem 30 anos

Há 30 anos, no dia 7 de Outubro de 1949, foi fundada a República Democrática Alemã. Pela primeira vez, em solo alemão, foi criado um Etado de operários e camponeses, um Estado antifascista e democrático, que luta consequentemente pelo progresso social e pela paz.

Os primeiros momentos de vida da RDA foram particularmente difíceis. Se a situação internacional, a solidária ajuda da URSS, abriam de imediato caminho à construção de uma nova vida, as destruições da guerra, o envenenamento da consciência de muitas pessoas pela propaganda nazi, constituíam obstáculos importantes.

A construção do socialismo foi possível porque o proletariado alemão soube aproveitar um momento ímpar para forjar a sua unidade. Em 21 e 22 de Abril de 1946, em resultado da unificação do Partido Comunista e do Partido Social Democrático, fora fundado o partido de unidade da classe operária, um partido marxista-leninista, o Partido Socialista Unificado da Alemanha (PSUA).

Com esta base se tomaram as medidas necessárias para a liquidação de todos os vestígios e bases do fascismo: os crimes de guerra foram castigados de acordo com as determinações dos aliados em Potsdam, em 1945; os monopólios e as grandes empresas de armamento foram nacionalizados; foi liquidado o latifúndio e distribuídas as terras pelos camponeses, organizados de forma colectiva com a Reforma Agrária; o ensino, em todos os graus, foi finalmente aberto aos filhos dos operários e camponeses; lançaram-se as bases do poder democrático exclusivamente virado para a defesa dos interesses dos trabalhadores; a classe operária e o seu partido, pela sua política consequente, souberam unir todas as classes e camadas sociais numa estrutura democrática e antifascista, forjaram uma estreita aliança com o campesinato, incorporaram, para uma actividade frutífera, a intelectualidade.

Actualmente, 30 anos depois da sua fundação, a RDA ocupa um dos dez primeiros lugares entre os países mais industrializados do mundo. No plano internacional, e em colaboração com toda a comunidade socialista, desenvolve uma acção sistemática pela paz e o desarmamento e uma activa solidariedade com todos os povos em luta contra o imperialismo, o colonialismo, o neocolonialismo, o *apartheid*, a discriminação racial.

No IX Congresso do PSUA, o secretário-geral do CC e presidente do Conselho de Estado, Erich Honecker, afirmou:

«O Partido Socialista Unificado da Alemanha coloca-se como meta prosseguir na construção da sociedade socialista avançada na República Democrática Alemã, criando assim as condições fundamentais para a passagem gradual ao comunismo. Assim encaramos as nossas tarefas actuais num nível avançado do nosso desenvolvimento, virados para o futuro, para a nossa grande meta, a sociedade comunista. O que cientificamente foi proclamado por Karl Marx e Frederich Engels no «Manifesto do Partido Comunista» será uma realidade no nosso país. Não é vã a existência do partido de Lenine e o seu grande exemplo, não é vã a luta dos melhores filhos da classe operária alemã, não é inútil o sacrifício dos que tombaram na luta.»

As conquistas alcançadas na RDA nestas três décadas de revolução socialista são a base que toma possível estes grandes objectivos sociais. Conquistas económicas e sociais que atestam da superioridade inequívoca do socialismo.

Em 1979, a indústria da RDA produz num mês o mesmo que num ano em 1949. O volume da renda nacional quase triplicou em 30 anos. Na agricultura os progressos são igualmente flagrantes. Enquanto em 1950 o trabalho de um camponês podia alimentar 5 a 6 pessoas, actualmente, com a organização colectiva e a industrialização, a percentagem relativa sobe a 32. Outros dados falam também por si: entre 1963 e 1977, a percentagem de trabalhadores na agricultura com curso profissional passou de 18,1% a 83,8%.

Porque, no socialismo, a política económica e a política social constituem um todo, o crescente potencial económico da RDA reflecte-se automaticamente no nível de vida material e cultural de todo o povo.

No programa do PSUA, adoptado no IX Congresso do Partido em Maio de 1976, afirma-se:

«De acordo com a lei económica fundamental do socialismo, a tarefa principal, no decurso da construção da sociedade socialista avançada, é a elevação do nível de vida material e cultural do povo na base de um desenvolvimento acelerado da produção socialista, de uma elevação da actividade, do progresso técnico e científico e do crescimento da produtividade do trabalho.»

Este caminho leva a um aumento dinâmico e contínuo do potencial económico nacional que possibilita simultaneamente a melhoria do nível de vida com base em amplas medidas socio-políticas:

– realização do maior programa de construção e modernização da habitação alguma vez realizado na RDA, que permitirá solucionar definitivamente o problema da habitação até 1990;

– estabilidade dos preços dos artigos de primeira necessidade, das rendas de casa, dos serviços públicos e dos transportes;

– amplo apoio às mulheres e mães trabalhadoras, às famílias numerosas e aos jovens casais;

– melhoramento contínuo do serviço de saúde e social, da educação e da cultura, das possibilidades para todos de tempos livres, da prática de desporto, do prolongamento das férias.

No 30.º aniversário da Constituição da RDA, Luís Corvalán, secretário-geral do Partido Comunista do Chile, declarou: «A RDA brilha como um sol que irradia a sua própria luz para todo o mundo. Esta luz é a luz do exemplo, exemplo de trabalho, de organização e disciplina, exemplo de consciência e generosidade, que faz deste país europeu uma das nações mais florescentes da Terra». Um exemplo só possível com o socialismo.

Da guerra à paz, do fascismo ao socialismo — o longo caminho percorrido pela RDA

Saudação do CC do PCP

Ao
Comité Central
do Partido Socialista Unificado da Alemanha

Queridos Camaradas:

Por ocasião do 30.º Aniversário da Fundação da República Democrática Alemã, o Comité Central do Partido Comunista Português transmite ao Comité Central do Partido Socialista Unificado da Alemanha e, por seu intermédio, aos comunistas, à classe operária, ao Povo da RDA, as mais fraternais e calorosas saudações dos comunistas portugueses.

É com grande alegria que os comunistas portugueses saúdam as realizações dos trabalhadores da pátria de Marx e Engels, imortais fundadores da nossa ideologia comum.

A fundação em 1949 do primeiro Estado de operários e camponeses em solo alemão é inseparável das heróicas jornadas de 1918, da resistência contra a barbárie nazi-fascista, da longa e heróica luta da classe operária e dos comunistas alemães. É ao mesmo tempo inseparável da derrota infligida pelo Exército Vermelho às hordas nazis, e das consequentes condições favoráveis para que os trabalhadores do vosso país, rompendo com o passado imperialista, empreendessem o caminho da liberdade, do progresso e do socialismo. Assim como representou ainda uma importante vitória das forças antifascistas e democráticas sobre o imperialismo e a reacção internacional, constituindo um factor de importância fundamental na luta pela paz e o socialismo na Europa.

A RDA constitui hoje um exemplo expressivo da superioridade material e moral do socialismo sobre o capitalismo. Sob a direcção do seu partido de vanguarda e contando com a activa solidariedade das forças progressistas e revolucionárias do mundo inteiro, nomeadamente da União Soviética, a classe operária e o povo trabalhador da RDA fizeram frente com sucesso a constantes provocações e agressões, granjeando grande prestígio internacional pelos êxitos históricos alcançados na edificação da sua pátria socialista e na prossecução de uma política externa de paz e amizade com todos os povos.

Com a revolução de 25 de Abril de 1974 e o estabelecimento de relações entre Portugal e a RDA, o Povo português rompeu finalmente o isolamento e a cortina de mentiras e calúnias que lhe era imposta pela ditadura fascista. Desenvolveram-se as relações de amizade e cresceu o intercâmbio de relações entre os nossos dois povos. O prestígio da RDA tornou-se muito grande no nosso país.

Queridos Camaradas:

As realizações, os êxitos, a força material e a solidariedade activa da RDA socialista constituem um estímulo e um contributo directo para a luta dos comunistas, dos democratas e do povo trabalhador de Portugal contra o imperialismo e a reacção interna e internacional, pela defesa das conquistas revolucionárias do 25 de Abril, no caminho da paz, da independência nacional, do progresso social e do socialismo.

No 30.º aniversário da fundação da República Democrática Alemã, o Comité Central do PCP, certo de exprimir os sentimentos da classe operária e dos trabalhadores portugueses, deseja ao PSUA e ao Povo da RDA novos êxitos na construção da sociedade socialista avançada e faz votos sinceros para que se aprofundem as relações entre o Povo português e o Povo da RDA e entre os seus respectivos países.

Reafirmamo-vos, queridos camaradas, o vivo empenho dos comunistas portugueses no reforço crescente dos laços de profunda amizade e solidariedade existentes entre o PCP e o PSUA, na base dos princípios do marxismo-leninismo e do internacionalismo proletário, no interesse da unidade do movimento comunista internacional, da coesão de todas as forças anti-imperialistas, da causa da paz, do progresso social e do socialismo.

Viva o 30.º Aniversário da República Democrática Alemã!

Viva a amizade entre o Povo português e o Povo da RDA, entre a RDA e Portugal!

Viva a amizade fraternal entre o PCP e o PSUA!

O Comité Central
do Partido Comunista Português

Alda Nogueira na 66.ª Conferência da União Interparlamentar

Mudar a situação da infância!

«Numa ordem jurídica e social favorável, a família é a célula natural da criação, da protecção, da educação e do desenvolvimento harmonioso da criança; no interesse de um desenvolvimento harmonioso da criança, a sociedade e os poderes públicos têm o dever de superar as carências da família e de cuidar especialmente das crianças sem família» (da Resolução aprovada na 66.ª Conferência da U.I.P.)

«A protecção da família e os cuidados a prestar em geral às crianças e à juventude em relação com o AIC» foi um dos pontos fundamentais de debate na 66.ª Conferência Interparlamentar que se realizou no mês passado na Venezuela, em Caracas. Maria Alda Nogueira, que participou nos trabalhos representando o Grupo Parlamentar do PCP, salientou, na sua intervenção, os passos dados no nosso país para a revogação da legislação fascista relativa à criança e à juventude, uma herança negra que «as ideias da Revolução de Abril, a força do movimento popular permitiram ultrapassar em muitos aspectos dolorosos e gritantes», nomeadamente melhorando a assistência à maternidade e tomando algumas medidas contra a mortalidade infantil:

Na sua intervenção, Maria Alda Nogueira referiu que «a Assembleia da República aprovou, ainda em 1977, leis instituindo o ensino pré-primário e o ensino da língua e cultura portuguesa no estrangeiro para os filhos dos emigrantes.

Ao fazê-lo, os deputados portugueses deram cumprimento ao princípio da nossa Constituição da República no que respeita à protecção da criança e da família (Art.º 67.º). As alterações ao Código Civil aprovadas pelo Parlamento, neste mesmo ano, tinham já contemplado, duma forma humana o socialmente justa, os direitos da criança (acabando, por exemplo, com todas as discriminações entre os filhos antes designados ilegítimos e legítimos), assim como os direitos da mãe e os direitos e deveres dos pais em geral, acabando aqui também com todas as discriminações existentes na lei entre os direitos e deveres da mãe e do pai.

No ano corrente, sob os auspícios do AIC foi aprovada legislação sobre a educação e ensino das crianças deficientes e sobre a criação do Instituto da Criança em Portugal. No conjunto do importante trabalho legislativo dos parlamentares portugueses (262 leis aprovadas em 3 anos de actividade) a parte respeitante à criança ocupou um lugar não insignificante».

Depois de enumerar outros aspectos da actividade dos deputados relativamente à transformação, por via legislativa, da situação da criança portuguesa, a camarada Maria Alda Nogueira salientou a actividade desenvolvida «em paralelo e reciprocamente estimulante de um grande número de organizações não governamentais congregadas no CONG», nomeadamente por comissões locais criadas para defesa dos direitos da criança: «Estas comissões locais existem em todo o País e no fim do mês de Agosto eram já cerca de 300, englobando mais de 2000 organizações diversas».

Terminando a sua intervenção, a camarada Maria Alda Nogueira afirmou:

«É nossa esperança e convicção que a nova Assembleia da República que nascerá das eleições em Dezembro próximo, os novos deputados eleitos democraticamente pelo nosso Povo, assim como o novo governo que destas eleições resultar irão intensificar a acção já empreendida neste AIC, no que respeita à protecção e defesa da criança portuguesa e de todo o mundo onde as crianças vivem ainda em precárias condições de existência. E estamos certos disto porque este é o espírito democrático do nosso Povo, o espírito do Portugal democrático que estamos consolidando e que, apesar de todas as dificuldades, marchará para o socialismo».

Como conclusão deste debate sobre a protecção à família e os cuidados à infância e juventude, seria aprovada por unanimidade, uma resolução que contém todo um programa de acção a desenvolver para a transformação da situação da criança nas regiões do mundo onde ela é ainda explorada, discriminada. Resolução que os deputados a eleger nas próximas eleições intercalares deverão ter em conta a nível legislativo e a nível de fiscalização da política do Governo face à família, às crianças e aos jovens.

Resolução da 66.ª Conferência

Proteger a família, a criança, o jovem

Na Resolução adoptada por unanimidade, a 66.ª Conferência da União Interparlamentar, como conclusão do debate sobre a protecção à família e os cuidados gerais devidos à criança e à juventude, afirma-se "profundamente preocupada com as condições precárias de existência de milhões de crianças no mundo, vítimas de má nutrição, subalimentação, doença, uso de drogas, escolarização insuficiente, maus tratos, falta de instrução, discriminação racial ou qualquer outra, domínio colonial e estrangeiro", constacta situações como a exploração da criança, nomeadamente para fins pornográficos e outros e considera que a corrida aos armamentos compromete gravemente a subida do nível de vida material e espiritual das crianças e dos jovens de todo o mundo.

A 66.ª Conferência apela aos Parlamentares dos países representados na União Interparlamentar para que desenvolvam iniciativas diversas, de modo a assegurar, entre outras, uma protecção crescente às grávidas e às mães, nutrição e cuidados médicos adequados a todas as crianças; intensificação dos esforços de escolarização; educação cívica e social dos jovens para que estes possam depois participar de modo responsável na vida pública do seu país; desenvolvimento de estabelecimentos e de métodos de educação especiais para crianças deficientes no sentido da sua integração familiar e social; redução das despesas militares, utilizando-se os fundos libertados para o desenvolvimento social e económico, permitindo a melhoria da situação das famílias e das crianças em todo mundo; luta contra a toxicomania.

A 66.ª Conferência Interparlamentar convida não só, os grupos parlamentares a desenvolverem e a encorajarem os Governos a praticarem uma política nacional a favor da infância, mas também a estimularem as acções para a realização dos objectivos nacionais e internacionais do AIC, nomeadamente apoiando as Comissões nacionais criadas durante este ano; mobilizando a opinião pública para as carências da infância; intensificando o estudo e as informações nos domínios da família, da infância e da juventude; agindo em prol de educação da juventude no espírito dos grandes ideais da paz, do respeito mútuo e da compreensão entre os povos; atendendo sistematicamente ao factor familiar em toda a política governamental.

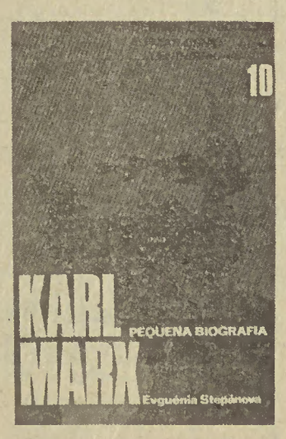
Convidando os Governos e os organismos de ajuda ao desenvolvimento a levarem à prática todos os projectos com especial incidência sobre a infância, desejando que a comunidade internacional ractifique rapidamente a Convenção da OIT de 1973 relativa à ideia mínima de emprego e que adopte logo que possível a Convenção dos Direitos da Criança que está a ser elaborada, a Resolução unânime da 66.º Conferência da UIP termina apelando aos grupos parlamentares que insistam junto dos respectivos governos para que, a partir do AIC, se cumpra como objectivo permanente, a promoção sob todos os aspectos, da criança e da juventude, e para que aumentem de forma contínua as suas contribuições às organizações internacionais de auxílio à infância.

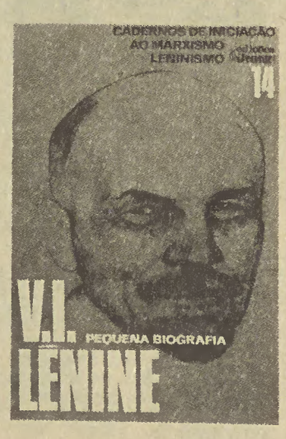
Nove dirigentes do Partido Comunista do Chile analisam, em artigos separados, as causas fundamentais da derrota provisória da revolução chilena, e caracterizam as vias para a libertação do país da ditadura fascista e o prosseguimento da revolução interrompida.

Os Mil Dias da Revolução Chilena ..... 90$00

O movimento comunista internacional é a força política mais vasta e influente da nossa época. Este livro trata do seu papel de vanguarda na luta contra o imperialismo, das componentes do processo revolucionário mundial e da unidade entre elas.

O Movimento Comunista Internacional
1.º volume ..... 90$00
2.º volume ..... 80$00
3.º volume ..... 100$00





edições Avante!

KARL MARX (Pequena Biografia)
Evgénia Stepánova 50$00

V. I. LÉNINE (Pequena Biografia)
G. Obitchkine, K. Ostroukhova, M. Pankratova, A. Smirnova, E. Steliferowskaia 100$00

F. ENGELS (Pequena Biografia)
Evgénia Stepánova 90$00

Semana

26
Quarta-feira

1957 — Decisão do CC do PCUS e do Conselho de Ministros da URSS sobre a entrada em funcionamento do plano setenal de desenvolvimento da economia socialista.

Georges Marchais

Ange Potasse, antigo primeiro-ministro do ditador Bokassa e exilado há mais de dois anos em Paris, é impedido pela Polícia francesa de embarcar num avião para o seu país, a República Centro Africana ■ O secretário-geral do Partido Comunista Francês, Georges Marchais, reitera em Estrasburgo as suas críticas ao alargamento da CEE e define a linha de conduta do seu Partido no Parlamento Europeu ■ As Forças Armadas da República Dominicana impedem uma tentativa de golpe de Estado para derrubar o presidente Guzman Fernandes, em funções há 13 meses; os militares e civis que preparavam o golpe estavam estreitamente ligados ao ex-presidente Balaguer ■ Ahmmd Sudki Dajani, membro do Conselho Executivo da OLP, denuncia em Roma que a Força Aérea israelita está a usar bombas com material químico e bacteriológico no Sul do Líbano ■ O governo espanhol informa que o primeiro-ministro Adolfo Suarez cancelou a sua viagem ao estrangeiro por causa do "terrorismo basco" ■ O senado dos EUA aprova o novo texto da lei da execução do Tratado do Canal do Panamá, que terá de ser ratificado pela Câmara dos Representantes ainda esta semana ■ Robert Mugabe, co-dirigente da Frente Patriótica do Zimbabwé, declara ser possível um acordo na conferência de Londres ■ O presidente Carter anuncia que irá "intervir directamente" no "caso das tropas" soviéticas em Cuba, desconhecendo-se o que pretende o presidente dos EUA dizer com tal afirmação.

27
Quinta-feira

1939 — Os nazis ocupam Varsóvia.

Começa o Congresso Extraordinário do Partido Socialista Operário Espanhol (PSOE) ■ Cessa oficialmente as suas funções a Organização do Tratado Central (CENTO) ■ O comando das Forças Armadas racistas do governo fantoche de Salisbúria anuncia ter desencadeado mais um ataque contra o território da República Popular de Moçambique, ataque esse que "ainda continuava" ■ A polícia espanhola anuncia que explodiu uma bomba esta madrugada em Madrid, junto ao Ministério da Saúde, que apenas causou estragos materiais ■ Um comunicado do ministério da Defesa de Angola revela que aviões sul-africanos bombardearam ontem duas cidades angolanas, provocando a morte de 60 pessoas e ferimentos em 126 ■ O antigo primeiro-ministro de S. Tomé e Príncipe, Miguel Trovoada, pede asilo na representação da ONU no seu país ■ O primeiro-ministro dinamarquês, Anker Joergensen, anuncia a realização de eleições legislativas antecipadas em Outubro próximo ■ O antigo primeiro-ministro centro afircano Ange Pakasse, chefe do Movimento de Libertação Popular Centro-Africano, refugia-se na embaixada da Líbia em Paris na sequência da decisão francesa de o impedir de abandonar a França, e lança um apelo à mobilização geral de todo o povo centro-africano para derrubar o presidente Dacko.

28
Sexta-feira

1949 — É fundado o Partido Guatemalteco do Trabalho.

Anker Joergensen

Um incêndio num hotel em Viena de Áustria, no bairro Prater, vitima pelo menos 23 pessoas ■ O Parlamento Europeu convida os nove governos da "Comunidade" a intensificarem a cooperação entre as suas polícias para que os responsáveis de actos de terrorismo sejam levados à justiça o mais rapidamente possível ■ Uma organização de extrema-direita intitulada "Grupo Espanhol Armado" responsabiliza-se pelo assassinato, esta manhã, de um membro nacionalista-basco do Conselho Municipal de San Sebastian ■ O governo francês formaliza a venda de 16 aviões "Mirage" à Força Aérea do Chile ■ O chefe da polícia da cidade industrial Adrana, na Turquia, é morto a tiro e várias pessoas são feridas noutras cidades turcas ■ Tropas e aviões rodesianos continuam a atacar território moçambicano ■ Joergensen, primeiro-ministro dinamarquês, entrega o seu pedido oficial de demissão à rainha Margarida e marca novas eleições gerais para 23 de Outubro ■ Ange Pakasse, chefe do Movimento de Libertação Popular Centro-Africano, deixa a França com destino a Tripoli, a bordo de um avião da Libayn Airlines.

29
Sábado

1965 — Golpe militar fascista na Indonésia, na sequência do qual foram assassinados meio milhão de comunistas.

O papa João Paulo II chega a Dublin no início da sua viagem de três dias à Irlanda do Norte, de onde seguirá para os EUA ■ O general argentino Luciano Menendez, Comandante-Chefe do 3.º Corpo do Exército de Córdoba, tenta uma insurreição militar contra a Junta que governa o país e exige que o general Viola, Comandante-Chefe das FFAA argentinas, se demita por não "ter eliminado" a subversão e o "ressurgimento marxista" no país, sendo rapidamente destituído das suas funções ■ O ditador deposto da Guiné Equatorial, Francisco Macias Nguema, e seis dos seus sanguinários cúmplices, são condenados à morte após um julgamento de quatro dias por assassínio em massa, traição e desvio de fundos, sendo executados em seguida.

30
Domingo

1941 — Inicia-se a batalha de Moscovo.

Heng Samrim

O presidente do Kamputchea, Heng Samrim, é reeleito para a chefia da Frente de Unidade Nacional, movimento que dirigiu a luta contra o regime terrorista de Pol Pot ■ Filipe Gonzalez é reeleito secretário-geral do PSOE, no que se traduziu por uma derrota da "ala esquerda" do Partido ■ É assassinado um chefe da Polícia Municipal na província basca da Biscaia ■ Os dirigentes chineses festejam o 30.º aniversário da fundação da República Popular da China sem fazerem qualquer referência a Mao Tsé Tung ■ O Partido Trabalhista Britânico inicia mais um Congresso ■ Os racistas rodesianos prosseguem os seus ataques em território moçambicano, no seu 4.º dia consecutivo de agressão.

1
Segunda-feira

1684 — Morre em Paris o dramaturgo Pierre Corneille, considerado o "pai da tragédia francesa".

O primeiro-ministro grego Constantino Karamanlis, parte para a União Soviética, primeira etapa de uma digressão oficial que prevê igualmente a visita à Hungria e à Checoslováquia ■ A ditadura chilena liberta os três oficiais chilenos condenados nos EUA por terem organizado o assassínio de Orlando Letelier, antigo ministro dos NE do governo de Allende ■ Carter dá por finda a "crise dos mísseis", considerando-se "tranquilizado" com as garantias do governo soviético e anunciando que os EUA irão "reforçar" a sua presença nas Caraíbas ■ O antigo presidente da República Popular da China, Liu Shao Chi, é "reabilitado", encontrando-se em curso os preparativos para a publicação das suas obras completas ■ Os racistas rodesianos retiram de Moçambique, após cinco dias de agressão e grandes destruições em território moçambicano ■ O general Obasango entrega oficialmente o poder da Nigéria ao presidente civil eleito, Haji Shehu Shagari.

2
Terça-feira

1966 — Congresso Constituinte, em Auckland, do Partido de Unidade Socialista da Nova Zelândia (PUSNZ).

O presidente soviético Leónid Brejnev previne os governos ocidentais de que estão a brincar com o fogo se tencionam instalar na Europa Ocidental novos mísseis americanos "Persleing", capazes de atingir a URSS ■ "L'Unitá", órgão do PC Italiano, critica, sob todos os seus aspectos, os resultados do Congresso Extraordinário do PSOE, sublinhando com ironia que o novo sistema eleitoral "fez maravilhas" reduzindo à insignificância os há quatro meses maioritários opositores de Gonzalez.

Progressos na luta contra o neocolonialismo em África

Num momento em que são particularmente sensíveis os progressos do movimento revolucionário a nível internacional, o continente africano aparece, com clareza, como um expoente dessa nova realidade em transformação. Assumindo embora por vezes formas muito incipientes, dada a extrema fraqueza e em muitos casos a inexistência de classe operária, tal movimento abala toda a estrutura neocolonialista.

O poderoso exemplo de países virados abertamente para uma opção socialista, como é o caso de Angola e Moçambique, e de um conjunto apreciável de países progressistas, a envergadura da luta que se trava na Rodésia, na África do Sul, na Namíbia – neste momento pontos fulcrais para África –, põem em causa todo o sistema neocolonial, mesmo onde o movimento de libertação não se constituiu ainda como expressão organizada da real revolta popular.

Esta situação desenvolve-se simultâneamente a uma visível preocupação das velhas potências coloniais quanto à defesa dos seus interesses no continente, à sua ingerência, clara e sob diversificadas formas, que, muitas vezes (e este é muito particularmente o caso de França), se traduzem numa intervenção militar directa.

A Rodésia é o mais flagrante exemplo dos esforços «diplomáticos» de uma velha potência colonial, a Grã-Bretanha, e dos Estados Unidos (mesmo quando não aparecem claramente) para preservar estruturas obsoletas, com um rosto mais apresentável. E temos a Conferência de Londres. Mais uma tentativa para salvar o regime de Smith-Muzorewa, com quaisquer outras figuras embora. Conferência onde, entretanto, pesa um dado fundamental: os êxitos do movimento de libertação. Só assim é possível abrir caminho ao debate de questões fundamentais do poder no futuro – quer a nível de governo, quer a nível de forças militares. Questões sem as quais não tem qualquer sentido falar-se de solução do problema rodesiano.

Macias, o ditador da Guiné Equatorial, momentos antes da sua execução. A repressão neste país assumiu formas impressionantes. Mais de 80 000 pessoas foram assassinadas e um terço da população procurou o exílio

Noutros pontos do continente se faz sentir o peso da revolta popular.

Na Guiné Equatorial onde, no dia 3 de Agosto, um golpe militar derrubou o ditador Macias N'Guema, o povo dançou nas ruas quando tomou conhecimento da execução do tirano, condenado por acusações de genocídio e delapidação da economia do país. A repressão neste país assumiu formas impressionantes, saldando-se no assassinato de mais de 80 mil pessoas e na fuga de quase um terço da população.

Neste momento ressaltam os profundos problemas económicos, tanto mais difíceis de resolver quanto o novo poder está longe de uma opção definida em defesa dos interesses das massas trabalhadoras.

No Ghana, o golpe militar de 4 de Junho, e que culminou lutas populares que passaram por uma vaga de greves em que participaram mais de 70 mil operários, abriu caminho a um governo civil que promete uma mudança – urgente – na actual situação do país.

Na República Centro Africana que, tal como antes, permanece colónia incontestada, e mesmo militarmente ocupada, da França, caiu um ditador para que tudo continue mais ou menos na mesma. Mas não são de bom augúrio para a política neocolonialista, nem as razões que levaram à queda de Bokassa, nem a profunda alegria popular que a acompanhou, nem a denúncia por toda a França desta clara expressão do neocolonialismo francês, nem as manifestações estudantis em Bangui contra a ingerência francesa.

Onde a política do imperialismo em África, as dificuldades que enfrenta, as manobras a que recorre, surge mais claramente, sem qualquer rebuço, é na África do Sul e na Namíbia. Em documento redigido para a 34.ª Sessão da Assembleia Geral da ONU, que se iniciou no dia 18, o Secretariado das Nações Unidas denuncia: «Durante os dez últimos anos a África do Sul tem aumentado o seu potencial militar, importando armas ocidentais e fabricando material bélico sob licença das companhias multinacionais. Os Estados Unidos – apesar do desmentido oficial – continuam a vender armas e aviões àquele país. Esse material é largamente utilizado na guerra contra o movimento de libertação nacional». E são apontados países como os EUA, a RFA, a França, a Grã-Bretanha, Israel, Bélgica, Holanda, Japão, Suíça, como os principais responsáveis pelo perigo para a paz em África que representa tal potencial militar – nomeadamente nuclear – concentrado nas mãos de Pretória.

Outras – e típicas – facetas da política imperialista em África, surgem claramente nos rumos defendidos por Pretória. E, assim, temos a preocupação de promover «reformas» «a fim de evitar a revolução», como afirmou o primeiro-ministro sul-africano Pieter Botha. A concessão de «independências» sem qualquer sentido, através da política de bantustisação. E a agressão armada – que há apenas alguns dias uma vez mais se concretizou em bombardeamentos a duas cidades angolanas, provocando a morte de 60 pessoas e ferimentos em mais de 120.

O abalo imenso provocado pelo fim do colonialismo português continua e continuará a ter grandes repercursões por todo o continente. A liquidação de focos determinantes da política imperialista em África, como é o caso do Zimbabwé, da África do Sul e da Namíbia, constituirá golpe mortal na política neocolonialista. Entre estes dois marcos a África vive hoje momentos particularmente importantes e decisivos do seu futuro imediato.

Recomeçaram as negociações de Viena. Quem quer a paz?

RECOMEÇARAM em Viena as negociações entre países socialistas e países da NATO para a redução recíproca de forças armadas e armamentos na Europa Central. Viena é uma das frentes de luta pela paz em que mais visível se torna a diferenciação de posições entre socialismo e sistema capitalista. Até à data todas as propostas construtivas partiram dos países do Pacto de Varsóvia, enquanto a NATO não só não avançou com nenhuma proposta própria, como de facto tem boicotado os esforços dos países socialistas, pelo silêncio, pela inércia, pelo levantar sistemático de novos problemas obviamente destinados a impedir qualquer tipo de acordo.

A assinatura do acordo SALT-II pelos presidentes da União Soviética e dos Estados Unidos – pelo qual no fundo fica reconhecido o tão contestado equilíbrio militar entre a NATO e o Pacto de Varsóvia – tenderia a criar condições propícias para que finalmente fossem possíveis progressos nas conversações de Viena. Entretanto múltiplos esforços têm sido desenvolvidos para que tal não aconteça: a resistência do Senado norte-americano à ratificação dos acordos SALT-II, a insistência da NATO na corrida aos armamentos reiterada em todas as suas reuniões, a deliberada deterioração das relações entre os Estados Unidos e a União Soviética recorrendo nomeadamente à súbita «descoberta» de uma brigada militar soviética em Cuba, a insistência na «ameaça soviética», na «superioridade militar» da URSS.

O que se pode constatar, quer ao longo das várias sessões de trabalho que decorrem desde 1973 em Viena (actualmente a 19.ª), quer pelo programa a longo prazo da NATO, é que os países capitalistas, bem longe de se orientarem para o desarmamento, antes tentam – a coberto da campanha da «superioridade militar» da comunidade socialista – provocar de facto uma ruptura no equilíbrio militar na Europa Central. Pretende-se obter este desequilíbrio a favor da NATO de duas formas: insistindo na exigência irrealista de que os Estados socialistas efectuam uma redução de armamento e de forças armadas três vezes e meia superior à dos Estados da NATO; levando à prática o programa da NATO aprovado em Maio passado, em que se preconiza a instalação de novos sistemas de armas nucleares na Europa Ocidental.

OUTRORA a superioridade militar podia decidir muito dos destinos dos povos e dos países. Hoje a situação é diferente e na verdade a corrida aos armamentos reflecte, quer irrealismo político, quer o interesse muito objectivo dos poderosos monopólios de produção e venda de armamentos. A verdade é que no século dos mísseis nucleares a corrida à superioridade militar é simultaneamente absurda e perigosa. Porque tanto a comunidade socialista como o pacto agressivo da NATO acumularam já potencial mais que suficiente para a destruição do planeta. Porque a superioridade militar nunca pode ser mais do que temporária, não provocando de facto, a médio prazo, qualquer desequilíbrio de potencial militar, mas conduzindo, isso sim, ao perigoso caminho da escalada armamentista, também a nível qualitativo. Um caminho a que o mais elementar realismo impõe que se ponha cobro.

Crise e terrorismo em Espanha

O mês de Outubro tende a ser este ano, em Espanha, como que o espelho dos profundos problemas que se vivem no país. No próximo dia 14 – facto que tem sido praticamente ignorado pelos órgãos informativos – prepara-se uma jornada de protesto contra o programa económico do governo, organizado pelas «Comisiones Obreras». No dia 25 deverá realizar-se o referendo sobre o estatuto de autonomia do país Basco, e que é simultaneamente contestado pela ETA, que nesse sentido tem vindo a acentuar a escalada terrorista, e pela extrema-direita espanhola.

Assim se interligam mais claramente questões que de forma alguma podem ser separadas, como política económica e realidade sociopolítica. Com uma onda de terrorismo que já fez, desde o início deste ano, 111 mortos, aberta contestação de sectores da direita do Exército à política governamental, e uma grave situação socioeconómica que o novo plano só pode vir a agravar – a palavra crise aparece como o qualificativo adequado à realidade espanhola.

O uso sistemático do terrorismo como arma política tem conduzido ao escamoteamento dos reais problemas do país Basco e das lutas de massas reclamando uma solução. Na verdade, hoje todos sabem dos mais de cem assassinatos políticos, num ano, no fundamental executados pela ETA. Mas esquece-se frequentemente a violência policial que ainda nos primeiros dias de Setembro se abateu sobre San Sebastian, face a protestos populares contra essa mesma violência, nomeadamente expressos na greve geral de 24 horas que paralisou San Sebastian e muitas outras cidades bascas.

Ligadas à prática sistemática do terrorismo que atinge figuras sensíveis da hierarquia militar, como é o caso do governador militar da província de Guipuzcoa, general Lorenzo Gonzalez Valles, assassinado em San Sebastian poucos dias depois de terem sido mortos, em Bilbau um coronel e um comandante do exército de terra, surgem movimentações no Exército, que determinam apressadas reuniões com o governo e assumem mesmo a forma de críticas públicas ao governo «por não conseguir parar a onda de violência política e o terrorismo». Uma interligação lógica e significativa.

É neste quadro político, que na verdade reflecte sérios problemas – refira-se o do desemprego, que hoje atinge quase um milhão e meio de trabalhadores – que é discutido um plano económico, de clara defesa dos interesses dos monopólios e, por isso mesmo, tendente a agravar todos os problemas pendentes. O novo plano, que preconiza o «livre jogo do mercado», aponta para uma maior concentração do poder económico com o consequente agravamento das condições de vida dos trabalhadores, agravamento que irá de imediato concretizar-se com o previsto corte drástico nas despesas públicas.

Não há saídas para os problemas políticos que se vivem em Espanha, dentro das «soluções» apontadas pela lógica do capital. Só a luta dos trabalhadores, das massas populares espanholas, virá a abrir caminho para uma real superação de tais problemas.

Não há saídas para os problemas políticos que se vivem em Espanha, dentro das «soluções» apontadas pela lógica do capital. Só a luta dos trabalhadores, das massas populares, virá a abrir caminho para uma real superação de tais problemas

Recuo da extrema-direita na Argentina

O general «pinochetista» Luciano Benjamin Mendez e o seu segundo comandante, também da extrema-direita, general Jorge Alberto Maradona, foram demitidos na sequência de uma rebelião de 36 horas, formalmente visando a destituição do chefe do Exército, general Roberto Viola, por moderação contra a «subversão», mas que apontava de facto para uma viragem mais à direita na vida política na Argentina.

Não era a primeira vez que Mendez intentava esta guinada na vida política argentina. Para além das conversações e contactos que mantinha ultimamente com forças da direita entre sociais-democratas, democratas-cristãos e alguns sectores peronistas, Mendez tentou sublevar-se em Janeiro último, durante o conflito entre a Argentina e o Chile por causa da divisão das águas territoriais e das ilhas do canal de Beagle.

O afastamento de Mendez pode representar um elemento positivo no heterogéneo panorama político argentino, na medida em que representa uma derrota para a extrema-direita, para o «pinochetismo», e porque, pela sua rapidez, pode demonstrar a intenção do Poder em não trilhar tal via.

Confirma a ambiguidade que enforma, desde o início, o golpe militar de 1976, imediatamente assinalada pelo Partido Comunista da Argentina, que salientou a heterogeneidade de forças representadas no poder, separando politicamente as correntes «pinochetista» e conservadora-liberal, e trabalhando no sentido de impedir a consolidação da primeira.

Que política tem vindo a ser seguida na Argentina desde 1976?

Ao contrário do que aconteceu quando de outros golpes militares, os partidos políticos não foram dissolvidos, mas suspensa a sua actividade partidária. O que significa que o Partido Comunista mantém também a sua legalidade formal. Entretanto a CGT e a maioria dos sindicatos foram intervencionados a pretexto de actividade partidária. A actividade sindical foi suspensa, tal como o direito à greve, e as violações a estas normas são violentamente reprimidas.

Esta investida contra o movimento popular teve como objectivo um plano económico destinado a desmantelar o sector estatal, privilegiar o capital das multinacionais em detrimento da economia nacional, descarregar o peso da crise sobre os ombros dos trabalhadores. Pretende-se assim o reforço da concentração económica, a transformação da Argentina, de país agrário-industrial em agrário-exportador, dentro do esquema de divisão internacional de trabalho imposto pelas multinacionais e a Comissão Trilateral.

Mas este programa reaccionário não se converteu em programa comum das FFAA. A chamada «luta anti-subversiva» uniu os militares no quadro de provocações dos grupos esquerdistas. Têm sido muito duros e sangrentos estes últimos anos. A chamada «guerra contra a subversão» salda-se em milhares de mortos e sequestrados, entre os quais várias centenas de comunistas. Entretanto, nestes duros e complexos anos, conseguiu-se impedir o predomínio — como um bloco — dos «pinochetistas». Os recentes acontecimentos ligados ao afastamento de Mendez vêm confirmar que este sector está a perder influência nas FFAA, enquanto se fortalecem os sectores moderados num momento particularmente importante, quando as massas trabalhadoras — num movimento de envergadura excepcional — lutam contra o plano económico do ministro José Alfredo Martinez de Hoz.

Ao longo destes anos a luta dos comunistas, com outras forças civis e militares, tem-se orientado no sentido de

liquidação do terrorismo, solidariedade com os desaparecidos e presos políticos; luta pelo restabelecimento dos direitos dos sindicatos e dos partidos políticos, contra o plano económico do grande capital financeiro e das multinacionais; organização — nas mais duras condições — de lutas operárias por melhores salários, contra os despedimentos e as repressálias.

Apesar das duras restrições, reactivou-se a vida política e sindical. A imensa maioria das forças políticas e sindicais, assim como a Igreja Católica, pronunciam-se contra o programa económico, pela libertação dos presos políticos, pelo esclarecimento da situação dos desaparecidos, pelo diálogo construtivo com civis e militares antifascistas, pelo restabelecimento dos direitos democráticos, pela reforma da lei sindical, que pretende restringir a acção do movimento operário.

No quadro das acções reivindicativas, destacam-se as grandes greves dos ferroviários, mecânicos, electricistas, têxteis, metalúrgicos e em particular a paralisação geral de 27 de Abril. As forças reaccionárias que em 1976 afirmaram aniquilar o movimento operário vêem-se hoje obrigadas a recuar.

Actualmente, a iniciativa escapou das mãos dos que em 1976 ameaçavam inundar de sangue as terras da Argentina. Continuam a desenvolver-se esforços no sentido de isolar as forças caracterizadamente fascistas. Esta etapa abre condições objectivas para conseguir impor o diálogo, o restabelecimento dos direitos democráticos, uma alteração do curso da política económica. E exige — redobradamente — a unidade das forças antifascistas, a acção unida das massas trabalhadoras: importa não esquecer que foi a cisão destas forças que permitiu a deterioração da situação política na Argentina, abrindo caminho ao golpe de 1976.

Primeiro governo civil na Nigéria em 13 anos

Comemorou-se no dia 1 de Outubro o dia nacional da Nigéria com a tomada de posse do primeiro governo civil do país, desde 1966.

O regresso da Nigéria ao regime civil culmina um processo que durou quatro anos, promovido pelos oficiais então no Poder.

O actual presidente da Nigéria, ex-ministro das Finanças Alhaji Shehu Shagari, que representa o Partido Nacional da Nigéria, assume o seu cargo numa situação em que o seu partido não dispõe da maioria na Assembleia Nacional, enquanto os outros quatro partidos políticos que concorreram às eleições contestam os resultados eleitorais.

O presidente da Nigéria goza de prestígio na OUA e no Movimento dos Não-Alinhados, apoiando os movimentos de libertação na África Austral. Em declarações proferidas após a sua eleição, Shagari garantiu que o seu governo irá contribuir activamente para o desanuviamento e a paz no mundo, para o respeito pelos direitos humanos, através da OUA e das Nações Unidas.

NO NONO ANIVERSÁRIO DA CGTP-IN

Após nove anos de vida dura a Central está de boa saúde e cresce bem

Os inimigos da unidade têm razões para temer a Central Única dos trabalhadores portugueses.

A CGTP-IN saída do Congresso de Todos os Sindicatos em fins de Janeiro de 1977, no seguimento natural da Intersindical criada durante o fascismo, em 1 de Outubro de 1970, nunca teve vida fácil. Mas cresceu, tem saúde e viverá.

Inimigos poderosos tentaram destruí-la no berço.

Depois de Abril, outros continuaram essa obra sem mérito nem sucesso.

Quem não se lembra das campanhas «pluralistas» de Janeiro de 1975 e que depois se prolongaram com outros rótulos?

Quem esqueceu as «alianças» do PS com o que de pior havia, em bando, no esquerdismo da época?

Quem não recorda as incipiências da «Carta Aberta», as suas ambições ridículas, o seu fim inglório?

Muitos porventura esqueceram essa caminhada e as suas lutas.

Mas não podem esquecer, porque são de hoje, os resultados de tudo isso. Eles aí estão bem visíveis nas cedências e no recuo evidente do PS na UGT. Aí estão bem claros os «progressos» da direita em alguns Sindicatos e na UGT/PPD cada vez mais dominada por gente decidida a fazer o jogo da aliança reaccionária.

E, no entanto, a unidade comanda. É ela que assusta os inimigos da Inter. É ela a vencedora nestes nove anos da CGTP-IN. A ela pertence, de direito, um brinde dos trabalhadores, sejam eles de que partido forem, porque a divisão partidária, que os inimigos da unidade tentam introduzir no Movimento Sindical, nenhum benefício trouxe, ou trará a nenhum trabalhador. Só trouxe benefícios (embora poucos, é certo no campo sindical) àqueles que não desistem de utilizar partidariamente alguns trabalhadores para fazerem uma política contra todos os trabalhadores.

É esse o objectivo da aliança reaccionária. É esse o objectivo também da UGT/PPD, dos seus apêndices, de todas as forças políticas e sociais que representam o grande capital e o imperialismo.

Fazer recuar e destruir de uma vez esses propósitos da direita é mais do que nunca a política dos trabalhadores, a política da CGTP-Intersindical Nacional no seu 9.º ano de actividade e luta.

Unidade para vencer

Nove anos de vida são este ano comemorados pelo Movimento Sindical Unitário sob o lema constante da unidade. "Unidade sindical para defender Abril" é a palavra de ordem justa e indispensável para a viragem democrática exigida pelos trabalhadores portugueses.

Como sublinhava na última segunda-feira a União dos Sindicatos de Lisboa, "apesar das tentativas para quebrar a sua unidade, a CGTP-IN vê, em cada dia que passa, crescer à sua volta o apoio incontestável dos trabalhadores – **que sistematicamente vêm desmascarando e derrotando as acções divisionistas, cujos mentores cada vez mais claramente aparecem como traidores dos nossos interesses de classe** – consolidando-se, na sua prática diária, como indiscutível **Central Única dos Trabalhadores Portugueses** em torno da qual estes reforçam e alargam a sua unidade e fortalecem a sua organização e capacidade de luta".

Capacidade de luta, que a aliança reaccionária teme e tenta anular por todos os meios, incluindo os violentos, eficácia para lutar e vencer que têm marcado um caminho cheio de dificuldades e de esforços, nelas se reflecte todos os dias a força da unidade aglutinada na CGTP-Intersindical Nacional.

Neste nono aniversário é a altura de relembrar que a luta pela unidade do Movimento Sindical, encabeçado pela CGTP-IN, se baseia na liberdade, na independência e na democracia de todas as estruturas sindicais.

A unidade defendida pela CGTP-IN dá corpo cada vez mais amplo e forte à liberdade sindical que na Constituição é reconhecida aos trabalhadores como "condição e garantia da construção da sua unidade para defesa dos seus direitos e interesses" e não para fazer dessa mesma liberdade a bandeira do divisionismo e da cisão.

«Este é o caminho certo»

"Este é o caminho certo" – assim intitulava a "Alavanca" de Março de 1979 a sua reportagem da I Conferência Nacional de Organização Sindical que, em 17 e 18 de Fevereiro de 1979 reuniu no Pavilhão dos Desportos, em Lisboa, mais de um milhar de delegados de 294 organizações sindicais representando cerca de 1 800 000 trabalhadores.

"Este é o caminho certo e seguro para a defesa dos interesses dos trabalhadores, do regime democrático e das conquistas dos trabalhadores portugueses", lia-se no balanço final de uma das maiores realizações da CGTP-IN no decorrer do seu nono ano de actividade.

A organização sindical foi aí caracterizada como "tarefa constante, dinâmica e dinamizadora, obrigatória e exaltante, que a todos compete". Marco significativo na evolução da Central, essa Conferência foi "o maior e mais sério esforço realizado até hoje pelo Movimento Sindical para o levantamento dos problemas existentes no campo organizativo e para o apontar das soluções e medidas a adoptar para a sua resolução, de um ponto de vista global e nacional".

"O Povo não aceita governo de direita" era a manchete da "Alavanca" no seu número de Abril de 1979, que relatava as grandiosas manifestações no Porto e em Lisboa, convocadas pela CGTP-IN para 10 e 17 do mês anterior.

"A luta continua, Mota Pinto para a rua". E Mota Pinto foi. A luta dos trabalhadores resultou.

E veio o 1.º de Maio. "Confiantes no Futuro" era a capa da "Alavanca" de Junho de 1979, tendo por fundo uma multidão imensa que está fresca na memória de todos. "Um milhão e meio de pessoas manifestaram-se este ano, no maior 1.º de Maio jamais celebrado em Portugal". "Não voltaremos atrás" – podia afirmar com confiança o órgão mensal da CGTP-IN.

Dois meses depois de Maio, era a derrota do "projecto Gonelha". Na grande manifestação de Lisboa, convocada pela CGTP-IN, garantia-se que o "projecto" não passaria. E não passou.

E antes e depois de Maio e Junho de 1979, houve a preocupação sempre renovada pela defesa da Reforma Agrária e pela consolidação da democracia. "Mais de um milhão de portugueses, por todo o País, participaram nas concentrações, paralisações, plenários e reuniões, recolhas de assinaturas e outras iniciativas, que constituiram a impressionante jornada de luta em defesa da Reforma Agrária, no passado dia 24 de Janeiro", escrevia a "Alavanca" de Fevereiro de 1979.

Organização e o seu reforço, luta contra um governo que tentava pôr em causa o próprio regime democrático, grandes acções de massas, como o 1.º de Maio, a jornada de luta em defesa da Reforma Agrária, o combate ao "projecto Gonelha" são algumas das datas realizações de um ano de reforço do poder de intervenção do Movimento Sindical Unitário, do aumento da sua eficácia na luta pelos direitos, liberdades, garantias e interesses fundamentais das classes trabalhadoras em Portugal.

O significado político das comemorações

As comemorações do 9.º aniversário da CGTP-IN decorreram de norte a sul do País. Incluíram um grande comício no Porto (ver esta página), sessões culturais, desportivas e recreativas em Lisboa, outros actos comemorativos em Braga, Beja, Portalegre, Vieira de Leiria e plenários alusivos em várias empresas como a Covina, Mague, Robialac, Sorefame.

O significado político desses actos, sessões e comícios inscreve-se na luta geral dos trabalhadores pelos grandes objectivos consagrados na Constituição, fortemente atacados pelos governos de direita, designadamente o de Mota Pinto/PPD/CDS, cujos resultados nefastos continuam a fazer-se sentir na vida diária das classes trabalhadoras e de todo o Povo.

A força e a legitimidade da Central Única dos Trabalhadores Portugueses fizeram com este aniversário mais uma clara e firme advertência às forças do passado. A elevada responsabilidade na condução das lutas, a percepção da sua inevitabilidade, a sua aprovação democrática, a serenidade e o realismo nas reivindicações têm feito do Movimento Sindical Unitário o instrumento insubstituível nas lutas de massas contra o desemprego, pela contratação colectiva, contra a repressão nas empresas, pelos direitos, liberdades e garantias sindicais de todos os trabalhadores.

Fundada em 1 de Outubro de 1970 por 14 Sindicatos, nas duras condições do fascismo, a Intersindical agrupa hoje 220 Sindicatos, que incluem a esmagadora maioria dos maiores e mais representativos Sindicatos do País em todos os sectores de actividade.

Prosseguir nessa via de reforço, reorganização e avanço é um objectivo central de todos os trabalhadores. Significativo é o facto de hoje participarem na actividade normal da CGTP-IN 89 Sindicatos não filiados que representam 230 mil trabalhadores sindicalizados.

Os números divulgados permitem garantir que hoje as actividades da Central abrangem dois milhões de trabalhadores. Chamar à participação directa muitos deles, em sectores difíceis como o dos assalariados rurais, trazer aos Sindicatos e às suas lutas e tarefas um número cada vez maior de trabalhadores e uni-los à volta de um projecto comum é um dos grandes objectivos que perpassa e prossegue na actividade normal da CGTP-IN.

A preparação do III Congresso, já convocado para os dias 6, 7, 8 e 9 de Março de 1980, em Lisboa, vai permitir chamar às fileiras ainda mais trabalhadores para que a Central cresça em número, em força e em organização – ponto este em que muito se avançou no ano corrente sobretudo no campo das novas estruturas, designadamente Federações e Uniões.

Saudação mútua, fraterna e firme aos trabalhadores portugueses

O Secretariado Nacional da CGTP-IN aprovou, por acasião do IX aniversário da Central, uma saudação aos trabalhadores portugueses. Publicamos na íntegra o texto desse documento datado de 25 de Setembro findo:

A Confederação Geral dos Trabalhadores Portugueses-Intersindical Nacional vai comemorar nove anos de existência.

Criada na luta contra o regime fascista, pela conquista dos mais elementares direitos dos trabalhadores, reultante das suas necessidades de organização, a Intersindical Nacional constituiu-se, a par das forças democrátics e progressistas, num dos factores determinantes e decisivos para a criação das condições que tornaram possível o aparecimento e o êxito do glorioso 25 de Abril que restituiu ao Povo português a liberdade, a dignidade e a paz.

Enraizada no sentir e no querer dos trabalhadores, fiel intérprete dos seus anseios mais profundos, a Central sindical portuguesa, pólo aglutinador da unidade e dos interesses de classe dos trabalhadores, lutou e contribuiu para tornar possíveis as grandes conquistas da Revolução de Abril — as transformações políticas e económicas, sociais e culturais que a Constituição da República Portuguesa

consagra: a liberdade, a democracia, as nacionalizações, a Reforma Agrária e o controlo de gestão, e, em sua defesa, tem dado combate à política de recuperação capitalista, prosseguida ao arrepio dos interesses do Povo e do País.

Alvo preferencial das forças reaccionárias e do grande capital que nela têm encontrado uma barreira sólida que sempre impediu a concretização das acções desesperadas de desestabilização e tentativa de destruição das novas realidades do Portugal de Abril, a CGTP-Intersindical Nacional vê crescer à sua volta o apoio dos trabalhadores que sistematicamente têm vindo a desmascarar e a derrotar as acções divisionistas, cujos mentores cada vez mais claramente aparecem e se assumem como traidores dos nossos interesses de classe.

Consolidando-se na sua prática diária como a indiscutível Central única dos trabalhadores portugueses, em torno da qual reforçam e alargam a sua unidade e fortalecem a sua organização e capacidade de luta, a CGTP-Intersindical Nacional prepara o seu III Congresso no qual os trabalhadores reafirmarão a sua determinação de lutar na defesa dos seus interesses de classe, no reforço da sua organização, na defesa e prossecução dos ideais de Abril, do regime democrático e da Constituição da República Portuguesa, na derrota dos intentos das forças políticas e sociais que representam o grande capital e o imperialismo.

O 9.º aniversário é, assim, motivo de júbilo de todos os trabalhadores portugueses, saudação mútua, fraterna e firme, momento ideal no estimular da nossa vontade colectiva e no renovar de energias para construirmos um futuro melhor e mais próspero, para prosseguirmos o rumo traçado na Constituição — a democracia, a independência nacional, o socialismo.

No Porto
A CGTP-IN exige do Governo atitudes firmes e concretas

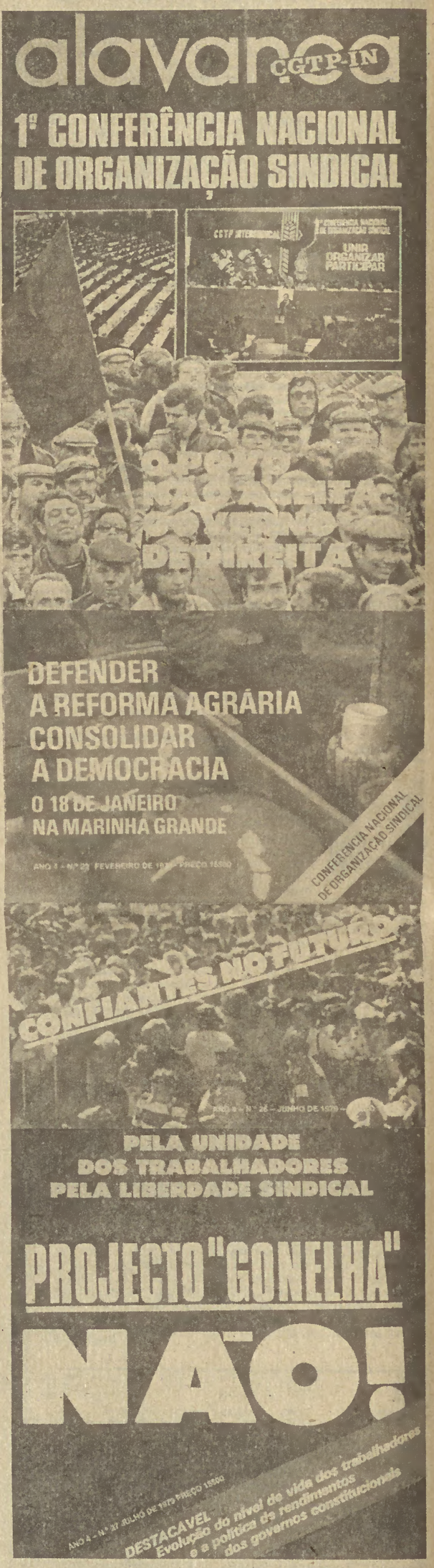
«A realização próxima do III Congresso constituirá um marco importante na consolidação da unidade dos trabalhadores portugueses, na reafirmação da sua determinação em lutar na defesa dos seus interesses de classe», declarou Armando Teixeira da Silva, coordenador da Comissão Executiva do Secretariado da CGTP-IN e dirigente do Sindicato dos Gráficos do Porto, na intervenção proferida durante o comício comemorativo do 9.º aniversário daquela Central Sindical Unitária.

Quer no comício, quer na manhã infantil que se realizou no mesmo local, no domingo, estiveram presentes muitos milhares de pessoas que praticamente encheram o Pavilhão do Académico. A jornada de sábado à noite exprimiu os desejos unitários dos trabalhadores e também o seu enorme repúdio pelo crime de Montemor-o-Novo. Além de terem guardado um minuto de silêncio em memória dos dois trabalhadores assassinados pela GNR, os milhares de participantes no comício exigiram a responsabilização e punição dos autores do crime, solidarizando-se uma vez mais com os obreiros da Reforma Agrária e com todos os que lutam em defesa dessa importante conquista de Abril.

A moção aprovada exigia também do actual executivo a tomada de uma posição clara «em relação a estes acontecimentos, através da suspensão imediata e definitiva das entregas de reservas, do estabelecimento de um clima de diálogo com os trabalhadores e da retirada da GNR do Alentejo. Num grande clamor a multidão que, praticamente enchia o pavilhão, gritou muitas vezes em uníssono: «Fascismo, nunca mais».

Abordando aspectos da actual situação, Armando Teixeira da Silva reclamou do actual Governo «atitudes firmes e concretas contra todas as situações de ilegalidade, arbítrio e prepotência, que foram uma constante da acção política do IV Governo (...) por isso, o V Governo, para ser coerente com as afirmações produzidas, tem de, sem demora e com vigor, pôr termo às anomalias, irregularidades, ilegalidades e prepotências que o Governo precedente cometeu e que agudizaram as tensões sociais, que se instalaram na sociedade portuguesa.

Neto da Silva, dirigente de um sindicado não filiado na CGTP-IN, Químicos do Norte, denunciou as tentativas divisionistas no movimento sindical. A dado passo, recordou que «a anterior direcção do Sindicato dos Químicos do Norte, constituída por provocadores divisionistas seguiu uma prática sistemática de corrupção, com gastos sumptuosos, desvios de dinheiro, despesas com grandes banquetes», enquanto «não realizavam reuniões, os problemas dos trabalhadores não tinham solução, os processos de conflitos ficavam arrumados nas gavetas.»

«Esta desastrosa actuação», acentuou, «teve efeitos nefastos: a desmobilização dos trabalhadores, a desorganização do Sindicato e o seu consequente enfraquecimento. E, depois de derrotados nas eleições, lá foram eles formar o seu sindicato paralelo. A aversão dos divisionistas à democracia e a falta de respeito pelos trabalhadores são por demais evidentes. Veja-se o caso dos Escritórios do Porto em que, numa situação da mais completa ilegalidade, os divisionistas se mantêm à frente do Sindicato, não permitindo a tomada de posse daqueles que receberam a maioria dos votos nas eleições realizadas.»

Numa outra moção aprovada pelos milhares de participantes no comício, foram repudiados os recentes aumentos generalizados dos preços dos bens essenciais e serviços, e particularmente a ausência de medidas imediatas de compensação do brutal agravamento do custo de vida. Além da rápida adopção de medidas no campo social, os milhares de presentes reclamaram «a alteração da política do Governo, o que passa pelo abandono do que de mais grave para os trabalhadores estava contido na política do anterior Governo Mota Pinto.»